



ÍNDICE

I. - INTRODUÇÃO	4
1. MISSÃO.....	6
2. VISÃO.....	6
3. ATIVIDADE E POLÍTICAS.....	6
4. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA.....	7
5. CADEIA DE VALOR	9
6. OS NOSSOS STAKEHOLDERS.....	10
7. ESTRUTURA ACIONISTA	10
8. MODELO DE NEGÓCIO	10
9. RECURSOS HUMANOS.....	14
10. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE ATIVIDADE.....	15
II. - A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	22
III. - PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	25
1. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	29
2. INDICADORES FINANCEIROS.....	31
3. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO.....	32
IV. - RECURSOS HUMANOS	34
1. PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS GASTOS COM PESSOAL	34
2. EVOLUÇÃO DO <i>HEADCOUNT</i> DE RH.....	35
3. JUSTIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES.....	37
4. SUBSTITUIÇÕES NO PERÍODO DE 2026 A 2028.....	40
5. EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE RH.....	40
6. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	46

V. - INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	47
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O TRIÉNIO 2026 A 2028.....	47
2. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS PARA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026 A 2028.....	58
3. ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO 2026 A 2028.....	59
VI. CONTRATO PROGRAMA / CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	76
VII. - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL.....	77
1. INVESTIMENTO.....	78
2. DESAGREGAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO DO INVESTIMENTO.....	80
3. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF).....	87
4. IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 12 MILHÕES DE EUROS OU A 10 % DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2026 92	
5. MEMÓRIA DESCRITIVA DOS NOVOS INVESTIMENTOS, PLANO FINANCEIRO PLURIANUAL, OBJETIVOS A ATINGIR E INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS.....	95
6. PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	102
7. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO.....	105
VIII. - QUADRO SÍNTESE COM AS AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS.....	106
IX. - CONCLUSÕES.....	108
X. - ANEXOS.....	109

I. - INTRODUÇÃO

O Alentejo, em particular o Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central, é reconhecidamente uma região com graves carências de abastecimento de água para consumo humano em termos de qualidade e quantidade, sujeita a frequentes episódios continuados de Seca, em particular na zona mais a sul do Sistema, nos concelhos de Castro Verde, Mértola, Almodôvar, Ourique e Odemira, ainda não servida pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA). Tendo por base a avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e os instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, relativos às regiões hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana, ambos promovidos pela Autoridade Nacional da Água, constata-se a previsão do agravamento significativo da situação de escassez hídrica no território abrangido pela AgdA, reflexo da redução da precipitação, da crescente pressão sobre os sistemas hídricos e os efeitos das alterações climáticas. Paralelamente, tem-se mantido no Alentejo o registo sistemático de temperaturas elevadas e o aumento da frequência de ondas de calor, que para além do impacto direto no ciclo hidrológico, acabam por contribuir para um aumento do consumo de água potável. Neste contexto, cabe à entidade gestora promover uma avaliação e gestão do risco criteriosas, de modo a incrementar a resiliência dos sistemas de abastecimento de água.

Mantêm-se ainda os problemas ao nível do tratamento de águas residuais urbanas, concentrados num conjunto significativo de pequenas instalações de tratamento dispersas no território, após terem sido ultrapassados os antecedentes com processos em fase de contencioso comunitário por incumprimento da Diretiva da Águas Residuais Urbanas. Também se tem verificado para algumas instalações, nomeadamente as que descarregam em massas de água sensíveis ou que drenam para águas balneares, o aumento do seu impacto no meio hídrico, fruto da redução do escoamento superficial. Para além da necessidade do reforço das rotinas de operação, o aumento de incumprimentos nas massas de água referidas, tem conduzido a uma revisão das condições de descarga pela autoridade competente, com impacto financeiro na empresa.

Em 25 de setembro de 2009 foi assinado entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo um contrato de Parceria Pública que visando a conceção, construção e exploração de um Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAAlentejo), envolvendo as componentes abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais urbanas, ambas na vertente “em alta” e por um período de 50 anos, pretendia solucionar os problemas de escassez e de qualidade de água que até então assolavam a região, porém, o contexto socioeconómico do período 2010 a 2016, posteriormente a Pandemia por COVID-19, a crise energética e o aumento dos preços dos materiais em resultado da guerra na Europa, tem vindo a atrasar o desenvolvimento e implementação das soluções preconizadas.

No âmbito desse contrato foi criada, como entidade gestora da Parceria, a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA, também designada por AgdA, atualmente com um capital social de € 11.332.560 (onze milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta euros) repartidos entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51%) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo (49%), à qual foi cometida, através de um contrato de gestão celebrado entre os Parceiros e a Sociedade, não só a

responsabilidade pela execução de um vasto programa de investimentos em infraestruturas e equipamentos, mas também a exploração e a gestão dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais urbanas pelo período de 50 anos de vigência da Parceria.

Formalmente constituída em setembro de 2009, a AgdA inicia a sua atividade operacional em 1 de julho de 2010, integrando gradualmente os sistemas de abastecimento de água e de saneamento “em alta” dos 20 municípios que atualmente integram a Parceria.

No que diz respeito ao ano de 2026 e seguintes, importa ter presente que o orçamento plurianual foi elaborado tendo em consideração os pressupostos de atividade e de investimento previstos no contrato de gestão e respetivo aditamento, bem como na proposta de revisão do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) para o quinquénio de 2026 a 2030 e remanescente período da Parceria, que se encontra em fase de conclusão para posterior aprovação. Também importa destacar a entrada em vigor do novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano (Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto), com implicações no reforço de monitorização e na disponibilização da informação, bem como no universo de parâmetros e valores paramétricos mais exigentes a considerar na avaliação da qualidade da água. Com a aprovação da revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas em 2024, e posterior transposição para o direito interno, verifica-se a extensão das obrigações de tratamento a aglomerados com mais de 1000 habitantes, a definição de normas de descarga mais restritivas para os nutrientes, a remoção de poluentes emergentes e o reforço da eficiência energética, entre outros aspetos.

Tendo em conta o acima referido, o Plano de Atividades e Orçamento 2026 assenta nos pressupostos da revisão do EVEF, em fase de conclusão para posterior aprovação, que suportará os contratos de Parceria e de Gestão, e que inclui a atualização do plano de investimento que se prevê vir a realizar entre 2026 e 2030, a consolidação do quadro de pessoal pela integração total da atividade de saneamento de águas residuais, ocorrida em novembro de 2024, e pela anualização dos seus efeitos nos respetivos encargos relativamente à aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho.

Em termos comparativos, tendo em conta as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos, será utilizado o ano de 2025 e, far-se-á a explanação da trajetória dos valores da atividade em 2024 quando se justifique, conforme indicado nas *“Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”*.

1. MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAAlentejo), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2. VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

3. ATIVIDADE E POLÍTICAS

A AgdA assume o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e colocará, nos vários níveis da sua organização, todo o empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores e comunidade.

Na sua atividade, assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, com vista à eficiência, e prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, a região do Alentejo, contribuindo para a gestão adequada dos recursos disponíveis na região e para a requalificação ambiental do território.

Conhecedora dos problemas ainda não resolvidos no setor do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais e consciente das suas responsabilidades no cumprimento das metas nacionais e comunitárias, a AgdA desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir ativamente para serem atingidas as metas 87% e 80% de atendimento nas componentes abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, respetivamente, estabelecidas no Aditamento ao Contrato de Gestão, relativamente ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Na sua gestão, a empresa cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas pelos acionistas.

A Empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Na sua atividade, assume os seguintes objetivos:

- Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante da especificidade do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
- Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da entidade gestora do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- Contribuir ativamente para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente.

4. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

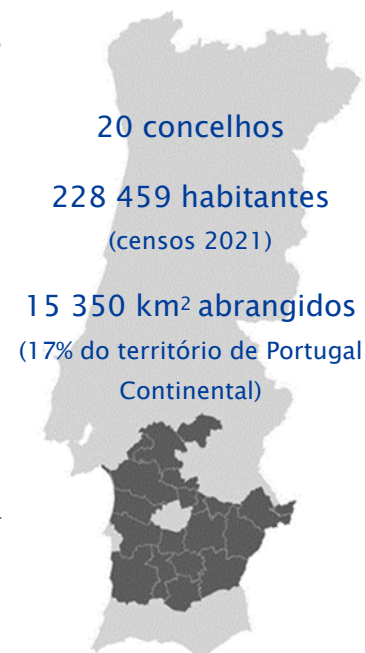
A Empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAALENTEJO, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA, a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 253 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 198 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 228 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.



5. CADEIA DE VALOR

A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.



6. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



7. ESTRUTURA ACIONISTA

O parceiro Estado, através da AdP SGPS, e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAALENTEJO, através da AMGAP, repartem o capital social da entidade gestora (AgdA) em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

Estrutura Acionista	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 155 921	5 779 606	5 779 606
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 110 591	5 552 954	5 552 954
TOTAL	100%	2 266 512	11 332 560	11 332 560

8. MODELO DE NEGÓCIO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais descarregadas pelos municípios nas respetivas redes de drenagem. Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, como é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, ainda em fase de aprovação.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo *nexus* água-energia será uma das prioridades.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e na abordagem, que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que no triénio de 2026 a 2028 daremos continuidade.

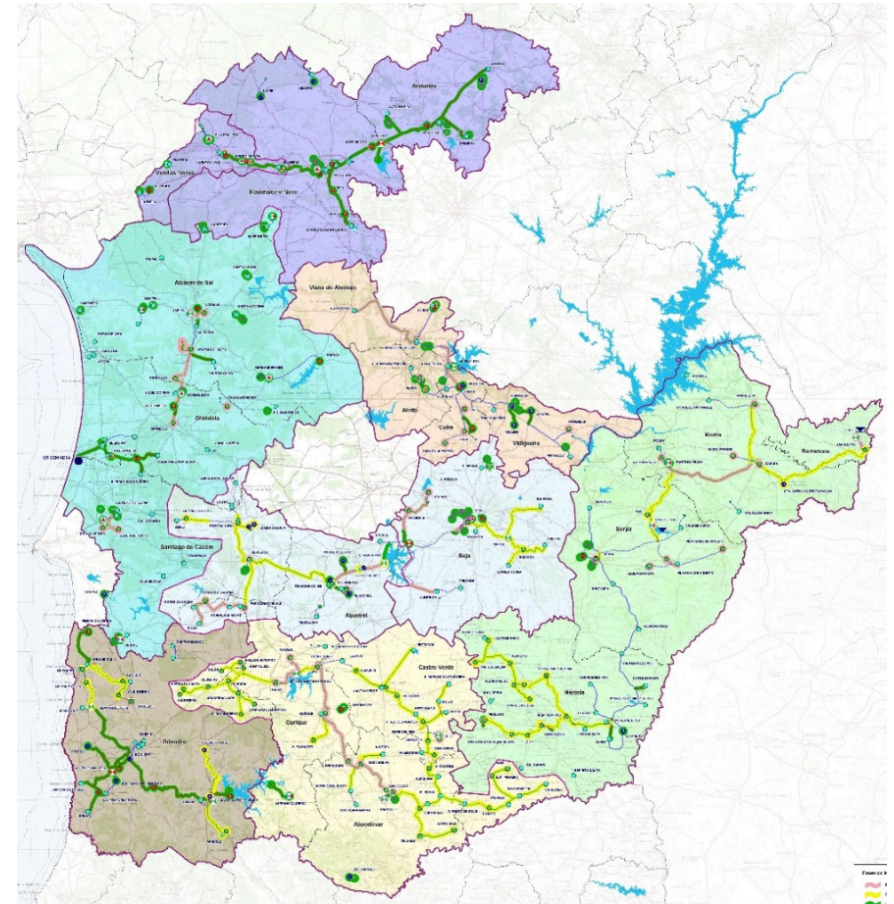
A carteira variada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõe novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada. É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que permitirão orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas, foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana Sul, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma característica a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que representam a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema de parceria.



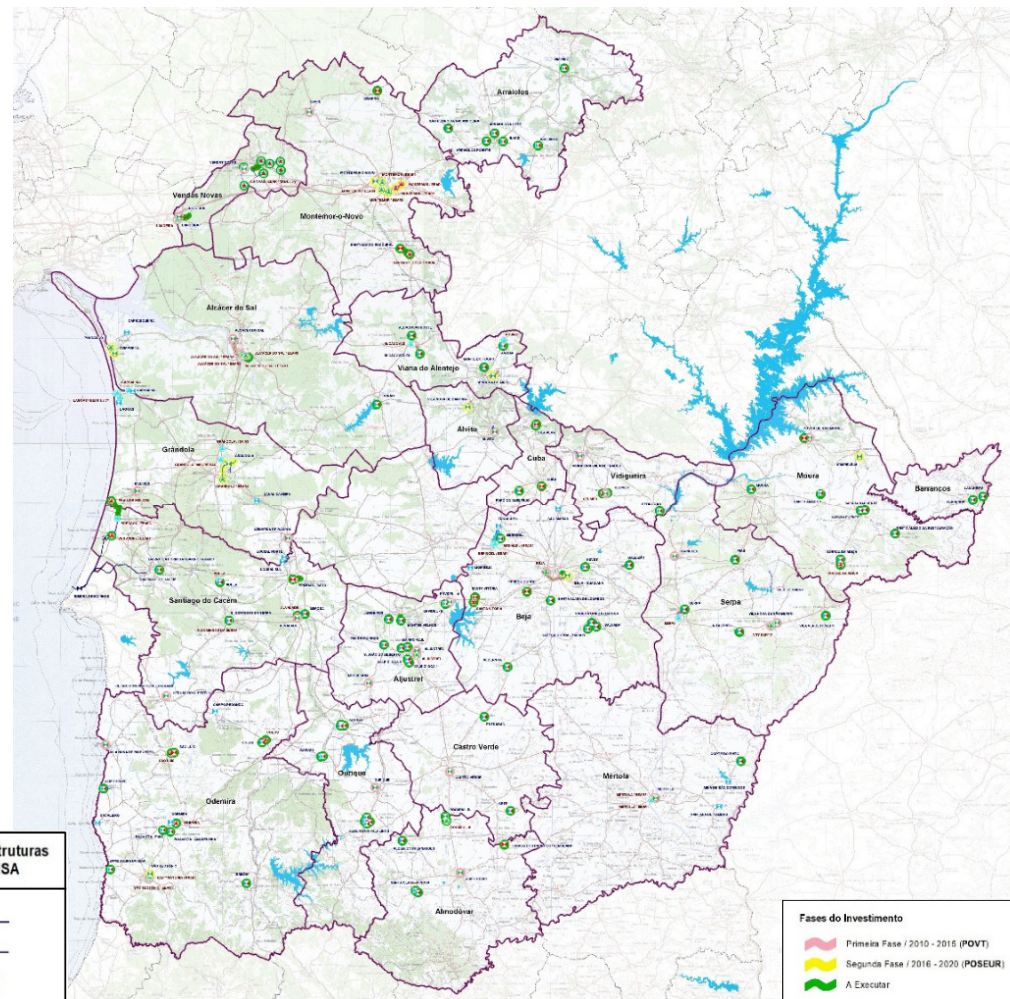
Sistemas de Abastecimento			
	Sistema Alentejo Litoral		Sistema Magra / Roxo
	Sistema Alvito		Sistema Monte da Rocha
	Sistema Bica Fria / Minutos		Sistema Santa Clara
	Sistema Guadiana Sul		

Abastecimento	Reabilitar	Integrado	Construir	Construído Reabilitado
Condução Elevatória				
Adutora Gravítica				
ETA				
Reservatório				
Estação Elevatória				
Captação				

Fases do Investimento	
	Primeira Fase / 2010 - 2015 (POVT)
	Segunda Fase / 2016 - 2020 (POSEUR)
	A Executar

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

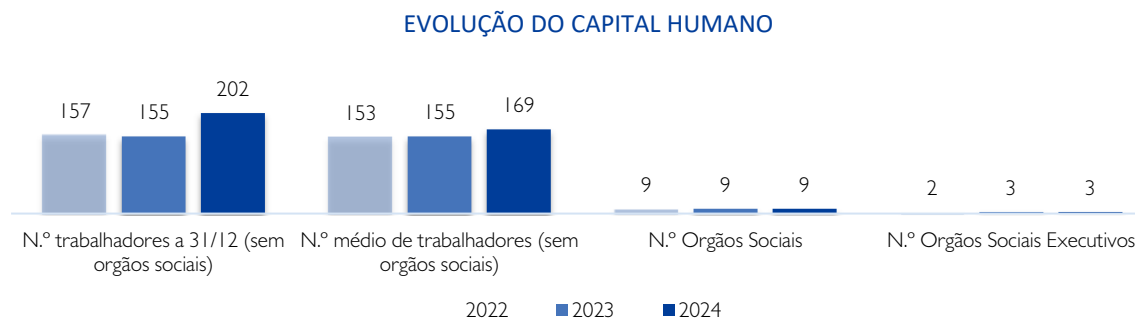
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



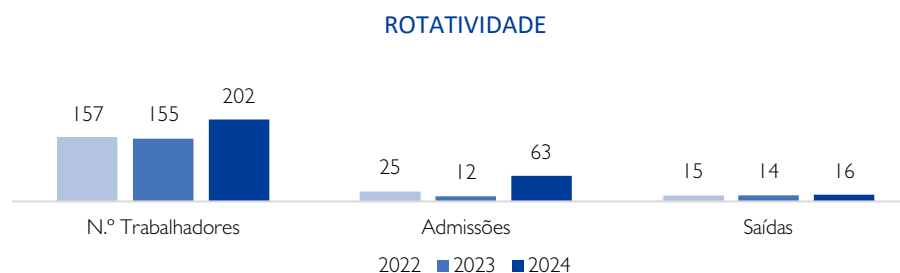
	Reabilitar	Integrado	Construir	Construído Reabilitado	Infraestruturas AdSA
Conduta Elevatória	---	---	---	---	---
Emissário Gravítico	---	---	---	---	---
ETAR	⊠	⊠	⊠	⊠	⊠
Estação Elevatória	⊠	⊠	⊠	⊠	⊠

9. RECURSOS HUMANOS

A Empresa concluiu o ano de 2024 com 202 trabalhadores. Ao número de trabalhadores deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 2 são Vogais Executivos e 2 são Vogais não executivos.



A empresa tem apresentado elevados níveis de rotatividade do quadro de pessoal em resultado da fraca competitividade remuneratória o que, em grande medida, tem vindo a condicionar uma evolução positiva de indicadores de atividade.



Em Plano de Atividades e Orçamento 2026 foi prevista a manutenção do quadro de pessoal com 209 trabalhadores acrescido de 9 órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 2 são Vogais Executivos e 2 são Vogais Não Executivos.

Sem prejuízo, a 31.12.2024 encontravam-se em curso processos de recrutamento externo para colmatar as falhas no quadro de pessoal em resultado da rotatividade existente.

10. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE ATIVIDADE

A informação financeira da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. a 31 de dezembro de 2024 está vertida no Relatório e Contas 2024 publicado em: <https://aqda.pt/geral/relatorio-e-contas>.

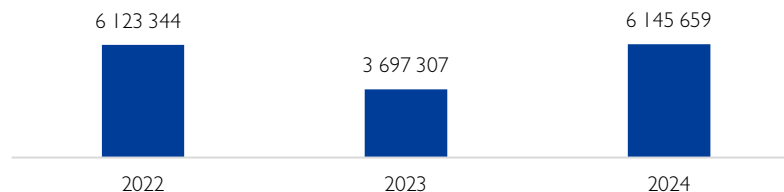
Apresenta-se de seguida alguma informação que resume a situação financeira e de atividade a dezembro de 2024, bem como a sua comparabilidade com os exercícios de 2023 e 2022.

A AgdA encerrou o exercício de 2024 com um resultado líquido de 767 mil euros, acima do valor do ano transato em resultado da remuneração do capital social realizado no final de 2023. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Em 2024, os capitais próprios foram remunerados à taxa de 6,12%.



O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos, ascende a 6,146 milhões de euros, o que representa um aumento de 66,22% relativamente ao ano anterior.

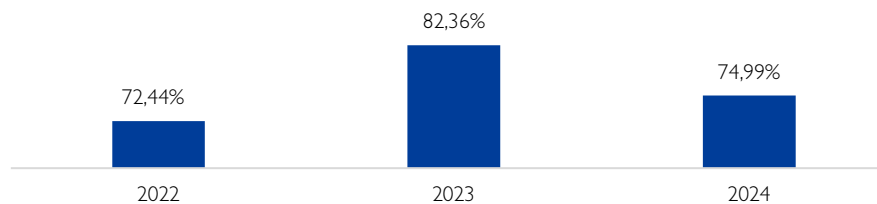
EBITDA AJUSTADO S/ DRG (€)



Sem prejuízo, merece destaque a melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)¹ face ao passado recente, evidenciando uma consolidação das atividades, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva.

Importa destacar que a evolução de 2022 para 2023 corresponde a fatores excecionais decorrentes da crise Geopolítica e Energia com um aumento muito significativo do custo energético com forte impacto nos gastos operacionais, situação analisada e detalhada em R&C 2023.

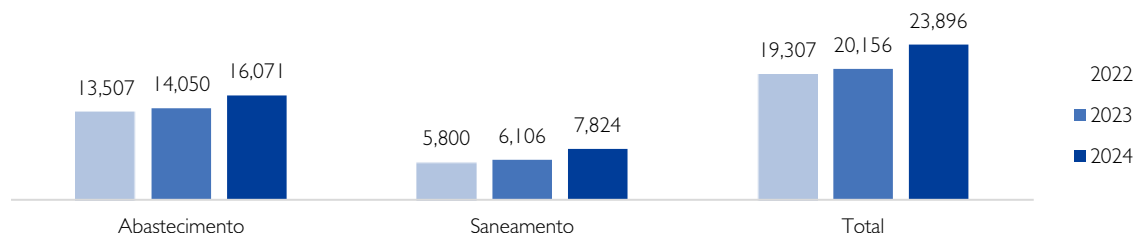
GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS



¹ GO/VN | GO=CMVMC+FSE+GP | VN=VENDAS+PSERV.

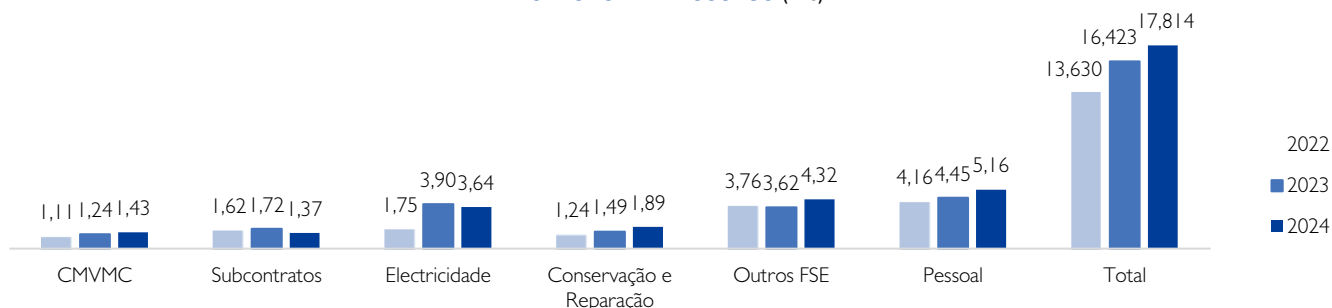
O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 23,896 milhões de euros, ou seja mais 18,56% relativamente ao ano anterior.

VOLUME DE NEGÓCIOS POR ATIVIDADE (M€)



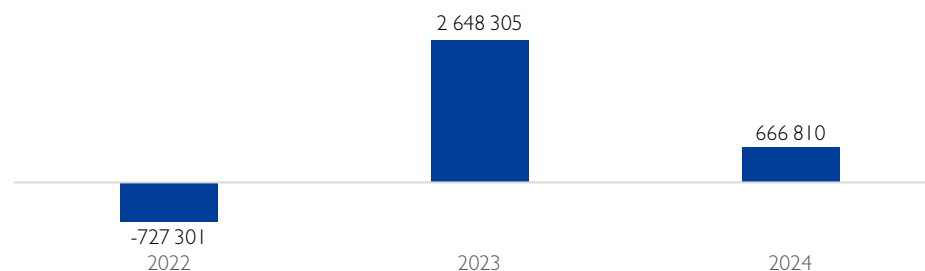
O conjunto de gastos de exploração aumentou 1,391 milhões de euros em 2024, passando de 16,423 milhões de euros para 17,814 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos, que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado, antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento. Dar particular relevância ao aumento de gastos com a manutenção de infraestruturas, reforçando a necessidade de adotar práticas preventivas na conservação de infraestruturas de forma a mitigar riscos de degradação e ineficiências no funcionamento destas. Também os gastos com pessoal evoluíram positivamente, justificado pelo aumento de remunerações pela concretização do acordo plurianual de valorização remuneratória e ainda pelo aumento do quadro de pessoal, já previsto e aprovado em PAO 2024 pela internalização da atividade de saneamento verificada no último trimestre de 2024.

ESTRUTURA DE CUSTOS (M€)



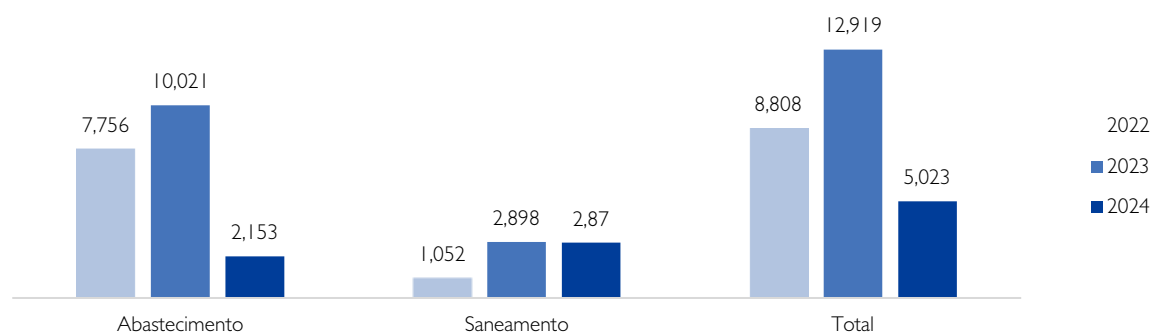
O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade. Este foi deficitário em 0,667 milhões de euros, circunstância a que não é alheia à insuficiência do volume de negócios uma vez que não foram implementados todos os pressupostos previsto em Plano de Atividade e Orçamento, nomeadamente no que respeita à implementação da tarifa prevista em revisão do EVEF e ainda à evolução dos caudais tratados versus faturados.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (€)



O ativo líquido total diminuiu cerca de 5,539 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (-6,092 milhões de euros) e do ativo não corrente (+0,553 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Desvio de Recuperação de Gastos.

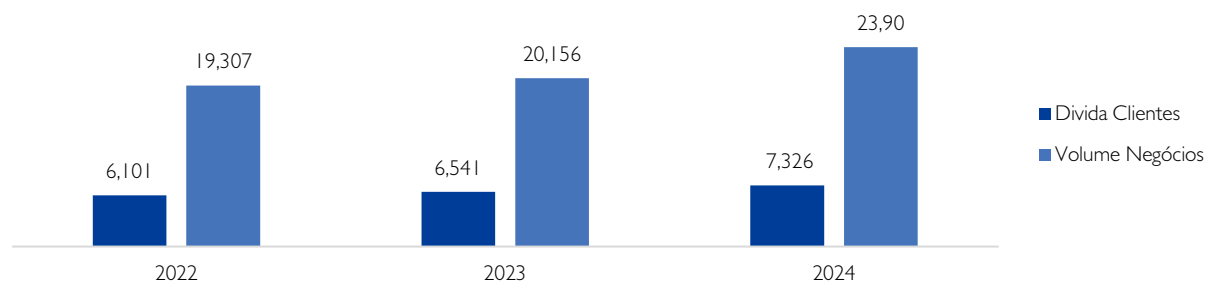
INVESTIMENTO POR ATIVIDADE (M€)



A diminuição em ativos correntes justifica-se maioritariamente pela diminuição de outros ativos correntes designadamente pela conclusão das operações de financiamento do POSEUR, tendo-se recebido o valor em dívida no final de 2023 em 2024.

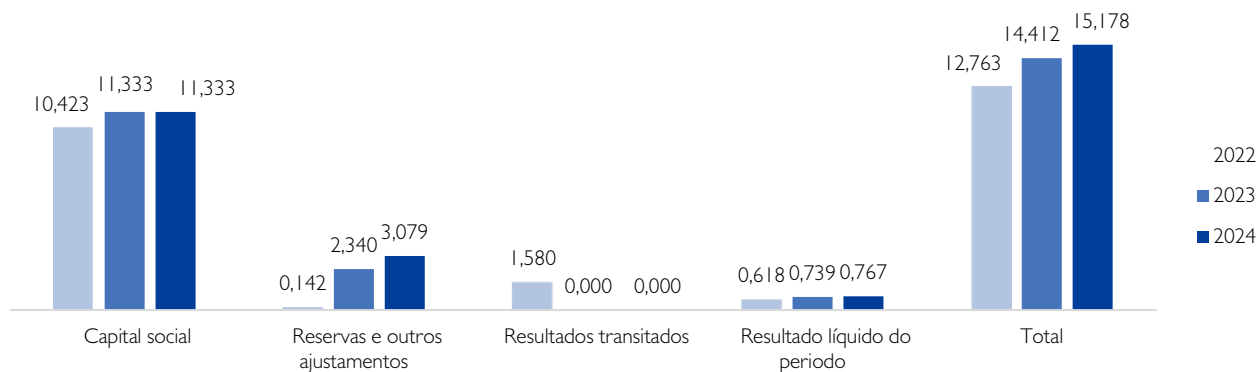
O crédito de clientes registou uma subida de 15% associada essencialmente ao aumento do volume de negócios uma vez que este aumentou cerca de 19%.

DÍVIDA TOTAL DE CLIENTES vs VOLUME DE NEGÓCIOS (M€)

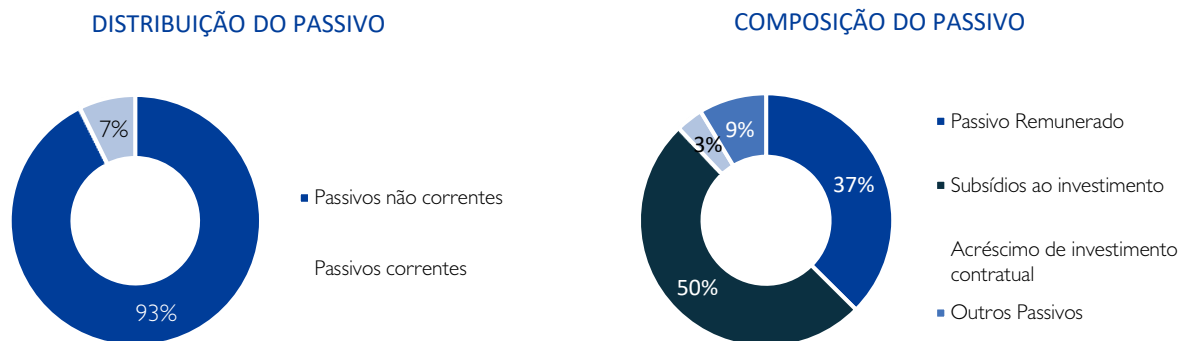


O capital próprio aumentou 0,766 milhões de euros no exercício, correspondendo ao resultado líquido de 2024, totalizando 15,178 milhões de euros,

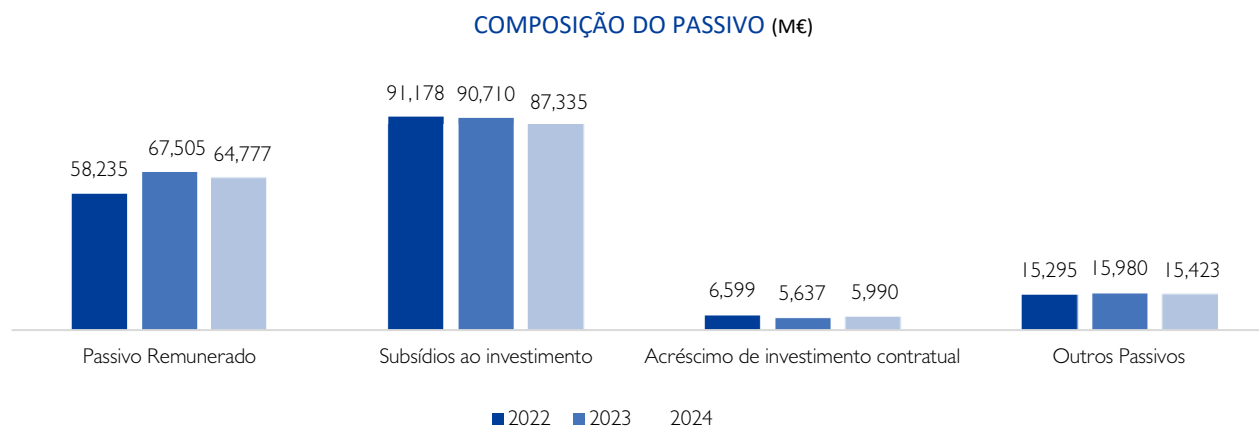
DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (M€)



O passivo total diminuiu 3,50%, passando para 173,5 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição do endividamento em 3,350 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 161,6 milhões de euros, representa 93,12% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 63,241 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 87,335 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 5,990 milhões de euros).

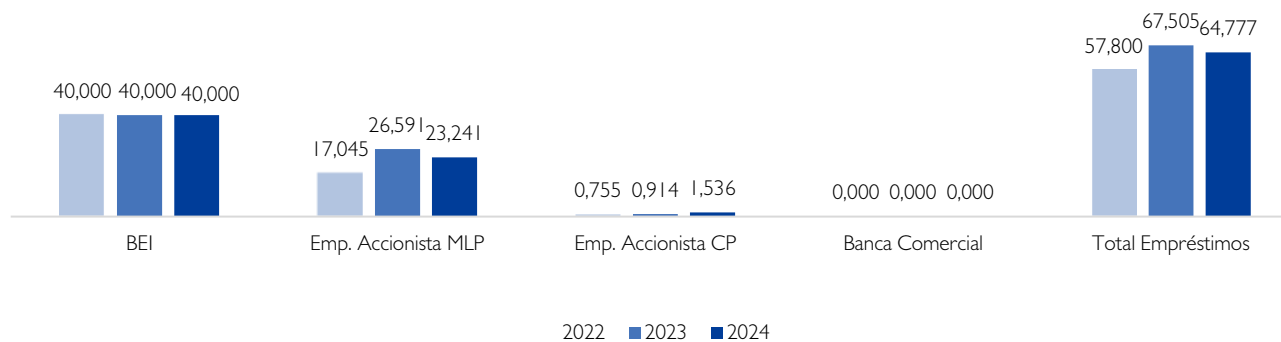


No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como quasi-capital.



O valor de passivo remunerado ascende a 64,777 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em 2024 em resultado do recebimento de fundos comunitários que permitiram amortizar financiamento.

EMPRÉSTIMOS (M€)



II. - A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

A atividade das empresas operacionais do Grupo Águas de Portugal (AdP), às quais foi confiada a prestação de um serviço público, mormente as concessionárias e gestoras de sistemas multimunicipais, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público², termos e condições plasmados nos contratos de Concessão, de Parceria e de Gestão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

A AgdA, enquanto empresa responsável pela exploração e gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAentejo), em regime de parceria pública, tem por missão a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional, em que as tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, asseguram o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de parceria e em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a redução de perdas de água e a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da empresa no domínio da prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

²Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

Em qualquer dos modelos de gestão de sistemas de abastecimento de água para consumo público e/ou de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado ou os contratos de parceria e gestão celebrados com o Estado e os Municípios, assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora. No caso das Parcerias, os contratos de parceria e gestão definem as regras a observar quanto aos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela comissão de parceria.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superávits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas³ reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque no “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com:

- i) a evolução do resultado operacional, através do rácio GOMN
- ii) evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais;
- iii) dos projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular.

³ Consultar anexo I.

Foram definidos os seguintes indicadores de desempenho:

Tipo	Objetivo	Calculo	Ano 2026		Ano 2027		Ano 2028	
			Escala	Peso	Escala	Peso	Escala	Peso
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)								
Sectorial (30%)	Qualidade da Água Fornecida	AQA	3. AQA >= 99,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 1. AQA < 97,00%	10%	3. AQA >= 99,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 1. AQA < 97,00%	10%	3. AQA >= 99,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 1. AQA < 97,00%	10%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR	3. AQAR > 95,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 1. AQAR < 90,00%	10%	3. AQAR > 95,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 1. AQAR < 90,00%	10%	3. AQAR > 95,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 1. AQAR < 90,00%	10%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3. N.º Ações executadas face ao previsto >= 90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% < 90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >= 90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% < 90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >= 90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% < 90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10%
Objetivos Estratégicos (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)								
Resultado Operacional (30%)	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10%	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10%	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10%
Estratégicos (15%)	Água para Reutilização	Implementação iniciativas ApR	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO	5,00%
	Plano de lamas	Implementação do Plano de lamas	3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% da produção de lamas prevista no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% da produção de lamas prevista no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 20% da produção de lamas prevista no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% da produção de lamas prevista no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% da produção de lamas prevista no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 20% da produção de lamas prevista no PAO	5,00%	3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% da produção de lamas prevista no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% da produção de lamas prevista no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 20% da produção de lamas prevista no PAO	5,00%

Importa referir que o peso dos indicadores cumpre com o definido na Portaria 317-A/2021 sendo alocado aos objetivos individuais dos Administradores com funções executivas o peso de total de 25% a que se acrescerá os restantes indicadores setoriais e estratégicos.

III. - PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A atual década é considerada a mais crítica de sempre na relação água-energia-alimentação, a nossa ambição de maior autonomia alimentar pressiona os recursos hídricos, sendo tal particularmente evidente no Alentejo, a par da dinâmica de desenvolvimento a que se assiste na sub-região do Alentejo Litoral.

A instabilidade geopolítica e a adversidade macroeconómica mais recentes concorrem com um evento pandémico global sem precedentes, que embora mitigado, ainda persiste, o que a par da evolução climática configuram a combinação para uma “tempestade perfeita”.

A relevância de reforçar a segurança hídrica na Europa foi enfatizada nas diretrizes políticas para a próxima Comissão Europeia 2024-2029. Uma nova Estratégia Europeia de Resiliência da Água, iniciativa não legislativa, deverá contemplar aspetos como a eficiência no uso da água, a escassez hídrica, a poluição e os riscos associados aos recursos hídricos. Adicionalmente, segundo a presidente da Comissão Europeia, a estratégia deverá "otimizar a competitividade e a inovação do setor da água, incorporando uma abordagem de economia circular".

A preocupante e acentuada escalada da incerteza torna, mesmo urgente, organizações mais ágeis, em especial, nas entidades gestoras de infraestruturas críticas e serviços essenciais, como o nosso caso. Este requisito concorre com as exigências crescentes de governo societário, bem como de transparência e reporte com um número acrescido de partes interessadas.

Os últimos anos são assinalados pela continuidade da situação de Seca em Portugal, circunstância que constitui um importante teste à estratégia que tem vindo a ser implementada no Alentejo, singular no território Continental, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas. Importa destacar que em determinadas partes do território abrangidas pelo Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo) têm sido verificadas, nos últimos anos, condições que induzem a uma antecipação do clima projetado pelos modelos climáticos para meados do século, considerados no âmbito do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (Agência Portuguesa do Ambiente). Esta situação, para além das implicações a curto prazo, evidencia a necessidade de assumir condições mais secas para o futuro, obrigando a uma avaliação de risco associada à continuidade da prestação dos serviços.

Apesar de muito cientes que o atual desempenho não é uma garantia absoluta para o futuro, tal não impede que encaremos com confiança, e com necessidade acrescida de monitorização e proatividade, os desafios que enfrentamos.

Esta circunstância impõe que, à resolução das situações de maior urgência no abastecimento de água às populações e de contencioso ambiental no tratamento de águas residuais, sucedam, como previsto, intervenções noutras partes do território, igualmente relevantes e prementes, por idênticos motivos. Acrescem a estas, as novas exigências derivadas do novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo (Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto).

À semelhança de anos anteriores, foram exatamente em sistemas de abastecimento de água ainda não intervencionados e com histórico de frágil fiabilidade, que vieram a implicar o maior esforço com transporte de água por autotanque no presente ano. As nossas prioridades estendem-se aos concelhos de Arraiolos, Alcácer do Sal, Grândola e Odemira, este último caso, que de forma inesperada entrou na agenda das preocupações, confirmando a elevada incerteza que caracteriza os nossos tempos e a necessidade continuada de esforços destinados a aumentar a segurança hídrica e no qual se perspetivam avultados investimentos.

Parte destes concelhos coincidem com bacias hidrográficas que mais preocupação inspiram a nível nacional no presente e face às repercussões dos fenómenos associados às alterações climáticas (Sado e Mira⁴). Refira-se que no âmbito do estudo “Avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e aplicação do índice de escassez WEI+” (Agência Portuguesa do Ambiente, 2023) o referido índice de escassez atinge valores preocupantes de “escassez severa” e “escassez extrema” nas bacias hidrográficas do Sado e do Mira, respetivamente.

São aliás as sub-regiões onde se inserem estes concelhos que constituem a prioridade de intervenção para o último terço do plano inicial de investimentos em infraestruturas, cuja execução se tem prolongado de forma significativa, em consequência dos constrangimentos que vieram a ser impostos na sequência da crise financeira, cujos desenvolvimentos recentes tornam mais evidente a importância da sua concretização para evitar a imposição de acrescidos encargos e constrangimentos às populações e atividades económicas.

O ritmo e a oportunidade destas intervenções estão fortemente associados à garantia e previsibilidade do seu cofinanciamento, de acordo com os compromissos políticos subjacentes à constituição da parceria, evidenciados nas várias versões atualizadas do estudo de viabilidade económica e financeira, de onde são retiradas as tarifas a praticar. Num momento em que entram na fase decisiva as conversações relativas à revisão quinquenal (2026-2030), e se consolidam as prioridades de alocação dos fundos comunitários do PT 2030, urge contemplar este compromisso, em linha com o efetuado no passado com os sistemas multimunicipais e sistemas intermunicipais. Também o limiar de materialidade dos investimentos deve merecer uma atenção, de modo que não agrave os atrasos na execução das intervenções, num momento de grande incerteza climática em que se acentuam as preocupações ambientais e se perspetiva a elevação das exigências comunitárias neste domínio com riscos de novos contenciosos.

⁴ Para além do Guadiana.

As intervenções previstas num setor de serviços de infraestruturas sendo centrais, são apenas instrumentais de algo mais abrangente. Neste sentido, é cada vez mais urgente contrariar de forma mais efetiva a erosão na exploração e gestão destes sistemas, num momento em que são requeridas novas competências e aumentam as necessidades de maior especialização, indispensáveis para responder à complexidade e exigência na antecipação e na mitigação de um vasto leque de fenómenos, mas também às oportunidades da agenda da descarbonização e economia circular.

É neste contexto que, e sem prejuízo de alguns passos, se aposta em mais um avanço na concretização da necessária valorização remuneratória dos trabalhadores destes serviços essenciais, que suportado na informação do diagnóstico de recursos humanos desenvolvido no Grupo AdP para todas as empresas, torna cada vez mais evidente e incompreensível a diferenciação negativa face a trabalhadores em funções públicas em domínios como a insalubridade e penosidade e a urgência de concluir a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, quando se encontra mais do que demonstrada a virtude da aposta de décadas num modelo assente na especialização e gestão do tipo empresarial.

A elevada rotação de trabalhadores é também uma forte preocupação da empresa e o reflexo da incapacidade de atração e retenção de quadros, mas também já de cansaço, apesar das limitadas ofertas de trabalho no território, circunstância que se repercute de forma muito negativa e a vários níveis no nosso desempenho diário, como na atempada implementação de um conjunto de iniciativas estruturantes em curso, destinadas a responder ao aumento crescente de exigências, em especial de transparência e contratação, mas também de desempenho ambiental, onde a pressão das comunidades é cada vez mais evidente.

A sustentabilidade é aliás patente no nosso percurso e nas versões de trabalho já disponíveis da atualização do estudo de viabilidade económica e financeira em discussão pelos parceiros Estado e Municípios, para o que muito contribui o reforço da aposta nos domínios da eficiência e produção de energia e da valorização orgânica de lamas, ou seja, as oportunidades da agenda da descarbonização e da economia circular.

Num projeto fortemente beneficiário e promotor de novas parcerias e no alargamento das existentes, e onde os tempos vão tornar mais prováveis situações de contingência, vamos continuar a diligenciar no sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, e naturalmente, na resolução do único processo de contencioso existente em termos da justa repartição dos encargos.

Em linha com a revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o ano de 2026 e seguintes marcará ainda a consolidação da integração total da atividade de saneamento, subcontratada até final de 2024. A subcontratação revelou-se problemática para a empresa, desde logo pela dificuldade na própria contratação e do acompanhamento dos contratos a par com as exigências da região com elevada dispersão de infraestruturas e ausência de quadros especializados, observando-se por vezes o incumprimento contratual que resulta na

deterioração da qualidade de serviço público prestado aos utilizadores, bem como na degradação acentuada das infraestruturas. Importa também avaliar a solução do ponto de vista económico e financeiro uma vez que se tem revelado num sobrecusto da atividade de saneamento.

É assim num contexto de aposta e de confiança na evolução na resolução de parte dos principais constrangimentos que ainda persistem e têm limitado o nosso desempenho, que elaborámos e apresentamos a presente proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

I. INDICADORES DE DESEMPENHO

Para o acompanhamento e monitorização da atividade a Empresa dispõe de um conjunto vasto de indicadores de desempenho, parcialmente com origem na legislação vigente para o setor, outros com origem nos contratos de Parceria e de Gestão e ainda outros identificados pelos parceiros. A fixação de objetivos e metas permitem a avaliação do cumprimento legal, de atividade e de gestão.

No quadro seguinte são identificados os indicadores de desempenho, bem como os objetivos e as metas para monitorização e acompanhamento.

Principais Desafios e Prioridades	Descrição do Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta
Sustentabilidade Ambiental	Qualidade de Serviço AA04ab	Qualidade da Água Fornecida	AA04ab	99,50%
Sustentabilidade Ambiental	Qualidade de Serviço AR21ab	Qualidade das Águas Residuais	AR21ab	85%
Adequação do serviço ao utilizador	Cobertura potencial de Serviço AA	Cobertura de Serviço AA	Pop Pot Ser / Pop Abrangida	87%
Adequação do serviço ao utilizador	Cobertura potencial de Serviço AR	Cobertura de Serviço AR	Pop Pot Ser / Pop Abrangida	80%
Adequação do serviço ao utilizador	Ocorrência de falhas no abastecimento AA03a	Falhas no abastecimento	AA03a	0,05 por ponto de entrega / ano
Adequação do serviço ao utilizador	Ocorrência de colapsos estruturais em coletores AR10ab	Ocorrência de Inundações	AR10ab	200 por m2/ano n.º/ano
Adequação do serviço ao utilizador	Resposta a reclamações escritas AA	Resposta a reclamações escritas AA	Reclamações respondidas dentro do prazo / reclamações respondidas	100%
Adequação do serviço ao utilizador	Resposta a reclamações escritas AR	Resposta a reclamações escritas AR	Reclamações respondidas dentro do prazo / reclamações respondidas	100%
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cash-cost AA	Cash-cost AA	GO/m3 fornecido	0,46€/m3
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cash-cost AR	Cash-cost AR	GO/m3 tratado	0,46€/m3
Sustentabilidade Ambiental	Água Não Faturada AA08ab	Eficiência na utilização dos recursos hídricos	$AA08ab = dAA60b / dAA48ab \times 100$	5%
Sustentabilidade Ambiental	Plano de ação para influências indevidas dAR98ab	Influências Indevidas	dAR98ab	
Sustentabilidade Ambiental	Produção de água para reutilização (%) AR18ab	Água para Reutilização	AR18ab	
Sustentabilidade da gestão do serviço	Eficiência de Gestão	Eficiência de Gestão	$PRC = (GV + FSE + GP) / VN$	Redução face ao PAO Redução face ao anterior

Principais Desafios e Prioridades	Descrição do Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta
Sustentabilidade da gestão do serviço	Dívida Comercial de Devedores Municipais	Dívida Comercial de Devedores Municipais	dívida vencida de n / dívida vencida de n-1	Redução face ao anterior
Sustentabilidade da gestão do serviço	Limite ao Endividamento	Limite ao Endividamento	Stock dívida n / stock dívida n-1	Limite 2% aumento
Sustentabilidade da gestão do serviço	Respeito pelos Prazos Médios de Pagamento	Respeito pelos PMP	RCM 34/2008	< 45 dias
Sustentabilidade da gestão do serviço	Rentabilidade	Rentabilidade	(RL - DRG) / PAO	Aumento
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cumprimento do Plano de Manutenção	Plano de Manutenção	N.º de Ações excetuadas / ações em plano	superior a 80%
Sustentabilidade da gestão do serviço	Redução do consumo energético	Implementação de medidas de redução do consumo energético em atividade comparável;	(KWh/m3 de n) / (KWh/m3 de n-1) (em infraestruturas com 12 meses de atividade e sem investimento adicional)	Reduzir consumo energético em atividade comparável
Sustentabilidade da gestão do serviço	Aumentar o n.º de melhorias que resultem em eficiência energética implementadas	N.º melhorias que resultem em eficiência (elétrica / processos / tempos)	N.º de melhorias implementadas	>=4

2. INDICADORES FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta os indicadores financeiros para o período 2026 a 2028:

Demonstrações financeiras						
	Unid:					1 000 €
Balço	2024	2025	2026	2027	2028	
Ativo (total)	188 703	192 902	217 328	286 300	348 657	
não corrente	175 421	182 720	205 333	253 694	313 216	
corrente	13 282	10 182	11 995	32 606	35 442	
CP (total)	15 178	15 894	17 541	21 453	26 585	
Resultados transitados	0	405	1 085	1 767	2 721	
Passivo (total)	173 525	177 008	199 787	264 847	322 073	
não corrente	161 592	162 317	183 552	255 358	313 176	
corrente	11 933	14 690	16 235	9 488	8 896	
Demonstração de resultados	2024	2025	2026	2027	2028	
Volume de Negócios (incl. ICs)	23 896	26 829	31 682	36 335	36 499	
% de crescimento		12%	18%	15%	0%	
Gastos com Pessoal ajustados para efeitos de rácio	-5 014	-6 180	-7 323	-7 633	-7 841	
% de crescimento		23%	18%	4%	3%	
Fornecimentos e serviços externos	-11 233	-12 007	-12 614	-12 398	-12 261	
% de crescimento		7%	5%	-2%	-1%	
EBITDA	7 293	6 332	9 696	15 302	15 699	
% de crescimento		-13%	53%	58%	3%	
EBITDA Ajustado	6 626	6 648	10 097	15 832	16 142	
% de crescimento		0%	52%	57%	2%	
EBIT	3 449	2 801	3 106	4 346	5 105	
% de crescimento		-19%	11%	40%	17%	
EBIT Ajustado	2 783	3 117	3 507	4 876	5 548	
% de crescimento		12%	13%	39%	14%	
Resultado líquido	767	716	718	1 004	1 259	
% de crescimento		-7%	0%	40%	25%	
Resultado líquido Ajustado	100	1 031	1 119	1 533	1 702	
% de crescimento		934%	8%	37%	11%	
Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027	2028	
GOMN	74,99%	74,43%	69,86%	60,44%	60,37%	

3. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Tendo por objetivo a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas da empresa para as atividades de Abastecimento e de Saneamento de Águas residuais, a AgdA dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo dos quais se destacam pela sua importância económicos e financeiros:

a) *EVEF – Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro*

O documento é elaborado quinquenalmente, como obrigatoriedade do próprio contrato de gestão, e para o horizonte da parceria, revisitando pressupostos, encargos, investimentos e estabelecendo as tarifas para o quadro de sustentabilidade económica e financeira da parceria. Periodicamente é efetuada a avaliação do estado de realização e acompanhamento financeiro da execução com as previsões em EVEF sendo o acompanhamento analisado pela Administração e pela Comissão de Parceria.

b) *PAI – Plano Anual de Investimentos*

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que se preveem realizar para esse período, tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. A realização dos projetos é controlada por meio do sistema SAP e o acompanhamento é efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

c) *PAC – Plano Anual de Compras*

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de dois anos e consiste numa previsão de todos os procedimentos de compras de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. O Plano Anual de Compras permite planear com maior rigor e antecipar a elaboração de procedimentos no âmbito do Código da Contratação Pública, sendo a execução da despesa controlada através do sistema SAP e o acompanhamento efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

d) *Orçamento Anual*

É elaborado anualmente, com a participação de todos os segmentos da organização, um orçamento de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa. As aquisições de bens e serviços previstas em orçamento são controladas através de mecanismos de controlo interno incorporados no Sistema SAP, em termos de autorizações que traduzem a delegação de competências em vigor na Empresa.

A avaliação da execução do Plano de Investimentos, Plano de Compras e o Orçamento anual é feito trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão e Relatórios de Execução Trimestral que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais. Anualmente é ainda feita a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão, constando o atingimento do relatório anual de prestação de contas e Relatório de Governo Societário, que é disponibilizado publicamente no site da AgdA.

IV. - RECURSOS HUMANOS

No presente capítulo, será apresentada, conforme determinam as *“Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”*, a informação relacionada com a evolução de Recursos Humanos da Empresa.

I. PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS GASTOS COM PESSOAL

A proposta de PAO 2026 tem em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- ✓ Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- ✓ Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- ✓ Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- ✓ Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho para trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, publicado no boletim do Trabalho e Emprego n.º 41 de 8 de novembro de 2018;
- ✓ Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro;
- ✓ Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março;
- ✓ *“Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”*

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III do ACT, o qual regula as promoções salariais, (evolução vertical) e de progressões salariais (evolução horizontal).

A progressão na carreira é efetuada com base nos créditos salariais atribuídos na sequência da avaliação de desempenho, e a promoção depende de decisão de gestão.

2. EVOLUÇÃO DO HEADCOUNT DE RH

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução dos recursos humanos entre 2026 e 2028, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIA Alentejo), encontrando-se esta suportada na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, em fase de análise pelos Parceiros.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 01.01.2026			Movimentos de Pessoal - 2026		Situação a 31/12/2026
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outros)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)	(6)	$(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)$
Órgãos Sociais (OS)	9	9	0	0	0	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	7	8	47	0	0	0	2	10
Técnica Superior C	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Superior B	39	40	43	0	0	0	16	56
Técnica Superior A	5	8	30	0	0	0	0	8
Técnica C	8	8	42	0	0	0	3	11
Técnica B	31	32	43	1	0	0	6	38
Técnica A	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Operativa C	2	2	64	2	0	0	0	2
Técnica Operativa B	110	111	44	8	0	1	2	112
Técnica Operativa A	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	211	218	44	11	0	1	29	246

No quadro acima é solicitada autorização para o movimento de Pessoal em 2026, do qual resulta uma previsão de saída de 1 trabalhador por reforma, a sua substituição e a contratação de 28 novos trabalhadores. Deste facto apenas é solicitada autorização para contratação de 28 novas funções atendendo a que uma corresponde a substituição.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Movimentos de Pessoal - 2027	Situação a 31/12/2027	Movimentos de Pessoal - 2028		Situação a 31/12/2028
				Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outros)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	(6)	= '2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)	(6)	= '2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	0	9	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	7	8	10	0	10	0	0	10
Técnica Superior C	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Superior B	39	40	56	1	57	0	0	57
Técnica Superior A	5	8	8	0	8	0	0	8
Técnica C	8	8	11	0	11	0	0	11
Técnica B	31	32	38	0	38	0	0	38
Técnica A	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Operativa C	2	2	2	0	2	1	1	2
Técnica Operativa B	110	111	112	0	112	0	1	113
Técnica Operativa A	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	211	218	246	1	247	1	2	248

3. JUSTIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES

A AgdA estima fechar o ano de 2025 com um número total de trabalhadores (*headcount*) de 209 trabalhadores (sem considerar os Órgãos Sociais).

Para avaliação das necessidades de contratações para 2026, o Grupo AdP desenvolveu uma nota técnica que partilhou com a ETF justificando a necessidade de contratações para as empresas como uma divisão por tipologia de empresas correlacionadas com a atividade, no nosso caso atividade de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

Neste estudo foi efetuada uma correlação entre o *headcount* com variáveis relevantes em termos de caracterização das empresas, como, por exemplo, a dimensão da população servida e a dimensão da rede operada e mantida verificando-se consistência **no dimensionamento das empresas de AA & AR com a população** servida e a respetiva adequação às atividades desempenhadas pela empresa.

Concretamente a AgdA é a empresa que apresenta um maior desvio face ao vetor de correlação, tendo o número de RH abaixo da média. Este facto decorre de a AgdA manter ainda parcialmente da atividade subcontratada e ainda do facto de atuar numa região com infraestruturas muito dispersas e com muito baixa densidade populacional.

Já no que diz respeito à correlação do número de trabalhadores com a rede de infraestruturas, verificamos que a AgdA se encontra acima da média, ou seja, um trabalhador terá de dar uma maior cobertura territorial e acompanhar um maior número de infraestruturas do que as restantes empresas.

Em complemento a uma análise quantitativa, é importante apresentar os principais desafios de gestão de pessoas que enfrentamos, nomeadamente:

- Crescente insatisfação dos trabalhadores, em particular no que diz respeito sobreposição de funções e consequentemente à reclassificações ao abrigo da cláusula 21.^a dos Acordos Coletivos de Trabalho e à inexistência de promoções nos últimos anos, que poderá resultar em processos de contencioso;
- Crescente dificuldade na retenção de talento, por falta de competitividade no mercado, em particular em funções-chave e que carecem de conhecimento especializado, em muitos casos com escassez em processos de recrutamento (com diversos a não terem sucesso por não existirem candidatos);
- Modelo de carreiras e tabela de remuneração a carecer de revisão face à sua antiguidade, estando obsoletos face às boas-práticas nacionais e internacionais, questão que será endereçada no processo de revisão dos Acordos Coletivos de Trabalho que se encontra em curso;
- Questões de equidade salarial, muitas com razões históricas, mas outras decorrentes das recentes subidas da remuneração mensal mínima garantida e dos níveis de entrada nas carreiras, o que levou à desconfiguração e distorção da nossa tabela de remunerações;

- Clima social que tem vindo a ficar fragilizado, por falta de perspetivas de gestão de carreira e de evolução profissional, o que ficou bem espelhado nos resultados dos questionários de clima que foram realizados em 2024.

Neste contexto a AgdA propõe um aumento do número de trabalhadores em 28 pessoas sendo este aumento motivado por:

- Consolidação da internalização da atividade de saneamento, até ao momento parcialmente subcontratada;
- A incorporação de novas infraestruturas sob gestão;
- Reforço da qualidade do serviço prestado, em especial da manutenção, em função de necessidades observadas no terreno;
- cumprimento de requisitos legais.

As variações propostas de *headcount* são apresentadas abaixo e fundamentadas individualmente no anexo I, indicando a unidade organizacional, a função, a carreira e categoria e o enquadramento salarial.

Categoria	Função	Área / Departamento / Direção	Data de Admissão	Fundamentação da Necessidade	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Técnico Superior B	Coordenador de Departamento	Apoio Jurídico/Secretário da Sociedade	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	43 376 €	58 917 €	58 917 €
Técnico Superior B	Coordenador de Departamento	Sistemas de Informação e Digitalização	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	27 835 €	58 917 €	58 917 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de SE	Sustentabilidade Empresarial	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	15 040 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de GO	Gestão de Origens	01/04/2026	Cumprimento de requisitos legais	23 417 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de GO	Gestão de Origens	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8 377 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Responsável de Área	Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	31 770 €	43 146 €	43 146 €
Técnico Superior B	Coordenador de Departamento	Gestão de Recursos Humanos	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23 417 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de Engenharia	Engenharia	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	17 194 €	36 359 €	36 359 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de Engenharia	Engenharia	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8 377 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de Engenharia	Gestão de Ativos e Inovação Energética	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23 417 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Coordenador de Departamento	MAN_Operacional	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	43 376 €	58 917 €	58 917 €
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Sul	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico Superior B	Responsável de Área	MAN Área de Gestão Sul	01/04/2026	Internalização da atividade	37 455 €	50 725 €	50 725 €

Categoria	Função	Área / Departamento / Direção	Data de Admissão	Fundamentação da Necessidade	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Este	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Este	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico Superior B	Responsável de Área	MAN Área de Gestão Centro	01/04/2026	Internalização da atividade	37 455 €	50 725 €	50 725 €
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Centro	01/04/2026	Internalização da atividade	23 055 €	31 180 €	31 180 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de IA	Instrumentação e Automação	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8 377 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de Eletromecânica	Eletromecânica	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23 417 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Operativo B	Técnico Operativo	Área de Gestão de Bica Fria / Minutos	01/04/2026	Integração de novas infraestruturas	19 860 €	26 871 €	26 871 €
Técnico Superior B	Responsável de Área	SAR Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	33 788 €	45 836 €	45 836 €
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Noroeste	01/09/2026	Internalização da atividade	13 634 €	38 930 €	38 930 €
Técnico Superior B	Responsável de Área	SAR Sul	01/03/2026	Internalização da atividade	37 804 €	45 836 €	45 836 €
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Centro	01/08/2026	Internalização da atividade	17 042 €	38 930 €	38 930 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de Controlo de Gestão	Planeamento e Controlo de Gestão	01/11/2026	Cumprimento de requisitos legais	6 609 €	37 612 €	37 612 €
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Este	01/01/2026	Internalização da atividade	38 930 €	38 930 €	38 930 €
Sub-total 2026					678 297 €	1 072 075 €	1 072 075 €
Técnico Superior B	Técnico Superior de SE	Sustentabilidade Empresarial	01/01/2027	Internalização da atividade	0 €	31 793 €	31 793 €
Sub-total 2027					0 €	31 793 €	31 793 €
Técnico Operativo B	Técnico Operativo de Operação	SAR Este	01/01/2028	Integração de novas infraestruturas	0 €	0 €	26 771 €
Sub-total 2028					0 €	0 €	26 771 €
Total					678 297 €	1 103 868 €	1 130 639 €
Aumento de Headcount					28	1	1

4. SUBSTITUIÇÕES NO PERÍODO DE 2026 A 2028

Para os anos de 2026 a 2028 apenas estão consideradas as substituições de trabalhadores por aposentação, sendo certo que ocorrerão também situações imponderáveis de cessação ou interrupção de contratos de trabalho por razões não imputáveis à empresa pelo que deverá ser delegado no seu Conselho de Administração a competência para autorizar a substituição de todos os trabalhadores nesta situação, desde que:

- i. Sejam imprescindíveis à continuidade da atividade da empresa;
- ii. Seja garantido que os contratos realizados ao abrigo desta delegação de competências não gerem mais gastos do que aqueles em que a empresa incorreria se o contrato original se mantivesse.

5. EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE RH

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos estimados para o triénio de 2026 a 2028 e a sua comparação com os anos de 2024 e 2025:

Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	211	218	218	246	247	248	28	13%
N.º de membros dos órgãos sociais	9	9	9	9	9	9	0	0%
N.º de membros cargos de direção	7	7	8	10	10	10	2	25%
N.º dos restantes trabalhadores	195	202	201	227	228	229	26	13%
Gastos totais com pessoal*	5 491 088 €	6 897 560 €	6 705 727 €	8 152 118 €	8 505 657 €	8 722 916 €	1 446 391	22%
Gastos com órgãos sociais	355 434 €	352 019 €	386 741 €	401 398 €	444 202 €	453 681 €	14 657	4%
Gastos com cargos de direção	472 341 €	511 260 €	515 062 €	552 665 €	609 394 €	625 536 €	37 603	7%
Remuneração do pessoal	4 330 513 €	4 316 057 €	5 749 117 €	7 112 057 €	6 772 839 €	6 950 076 €	1 362 940	24%
Ajudas de custo	587 €	1 200 €	572 €	558 €	544 €	531 €	-14	-3%
Restantes encargos	332 214 €	1 717 024 €	54 235 €	85 440 €	678 677 €	693 093 €	31 205	58%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2025	0 €	0 €	42 361 €	103 458 €	103 458 €	103 458 €	61 097	144%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0 €	0 €	0 €	678 297 €	1 103 868 €	1 130 639 €	678 297	

Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
(iii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	232 021 €	259 493 €	288 957 €	324 729 €	324 729 €	324 729 €	35 772	12%
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-355 434 €	-352 019 €	-386 741 €	-401 398 €	-444 202 €	-453 681 €	-14 657	-4%
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-232 021 €	-259 493 €	-288 957 €	-324 729 €	-324 729 €	-324 729 €	-35 772	-12%
(+) Absentismo	110 624 €	0 €	191 833 €	0 €	0 €	0 €	-191 833	-100%
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	5 014 257 €	6 286 048 €	6 179 502 €	7 322 534 €	7 633 268 €	7 841 049 €	1 143 032	18%
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	86%	69%	93%	97%	89%	89%	0	4%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	9%	8%	8%	8%	8%	8%	0	-9%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	7%	6%	6%	5%	6%	6%	0	-12%

Com vista à aplicação do previsto no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado em 24 de outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória. Assim aconteceu no Grupo AdP entre 2022 e 2025, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio. Em cumprimento com o referido acordo, para 2026 e para além dos gastos correntes com pessoal, foi considerado um aumento de 4,6% relativamente aos gastos com pessoal de 2025.

Importa salientar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na empresa, quer por ter como referência um valor estimado e não real (exercício de 2025), quer por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao grupo AdP que, mantendo os critérios de 2025, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes nas empresas, à semelhança de anos anteriores.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2026-2028, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

Da aplicação do previsto no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado em 24 de outubro de 2022, aos trabalhadores da AgdA resulta o aumento de gastos com pessoal a seguir discriminado, com encargos sociais, para o qual se solicita a necessária autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Parte deste aumento de gastos, 324 729 euros, deverá ser ajustado do cálculo do GO/VN na medida em que se traduz numa imposição legal de igualdade de tratamento entre os trabalhadores do Estado, em sentido lato.

Impacto das Valorizações Remuneratórias	2026
Acordo Plurianual de Rendimentos (*)	278 395 €
Reclassificação de trabalhadores ao abrigo da clausula 21ª do ACT (*)	13 990 €
Progressões e outras valorizações (anexo III do ACT) (*)	32 344 €
Sub-Total	324 729 €
Promoções por Ato de Gestão	20 955 €
Nomeação de funções em Comissão de Serviço	73 639 €
Sub-Total	94 594 €
Total	419 323 €

(*) Expurgado do rácio financeiro GO/VN

Sem prejuízo do aumento referido, os gastos com o pessoal para 2026 e seguintes representam ainda a anualização das contratações aprovadas em PAO 2024 e que a seguir se detalham:

Pessoal	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Informação adicional				
(i) Gastos com as contratações aprovadas em 2023	42 361 €	103 458 €	103 458 €	103 458 €
(ii) Gastos com as contratações aprovadas em 2025	0 €	0 €	0 €	0 €
(iii) Gastos com as contratações previstas em 2026	0 €	678 297 €	1 072 075 €	1 072 075 €
(iv) Gastos com as contratações previstas em 2027 e 2028	0 €	0 €	31 793 €	58 564 €
Total	42 361 €	781 755 €	1 207 326 €	1 234 097 €

RECLASSIFICAÇÃO DE TRABALHADORES AO ABRIGO DA CLAUSULA 21ª DO ACT

Em 2022 foi realizado um processo de reclassificações ao abrigo da cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho, num trabalho exaustivo em todas as empresas no sentido de se identificarem as pessoas que deviam, ou não, ser reclassificadas, tendo sido criada uma grelha para o efeito e tendo existido o acompanhamento de uma sociedade de advogados que nos apoia em questões laborais, uma vez que desde a publicação dos Acordos Coletivo de Trabalho não tinham ainda sido concretizadas, contrariamente ao disposto nos mesmos.

Devido à aprovação apenas parcial dos PAO em 2022, as reclassificações foram aplicadas em algumas empresas logo em 2022, mas noutras empresas apenas no início de 2024, situação criou um elevado ruído na empresa.

A cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho continua em vigor e é de aplicação obrigatória e legal.

Neste sentido permanece a necessidade de se procederem a correções adicionais, uma vez que existem pessoas que na análise de 2022 ainda não cumpriam os requisitos da cláusula 21.ª e não foram reclassificadas, mas que agora já cumprem esses requisitos e de novos casos passíveis de reclassificação que surgiram entre 2022 e 2025.

De reforçar que neste momento esta é uma das principais motivações para os processos de contencioso de empresas do Grupo AdP e que apesar de na AgdA ainda não existirem processos, existe uma forte probabilidade de começarem a ser desencadeados, o que causa, inevitavelmente, interrupções na gestão e na atividade, não sendo de descurar os riscos de pagamento de indemnizações que daí possam advir.

A proposta de reclassificação para 2026 corresponde a 7 funções e que a seguir se detalham na categoria atual e futura com o respetivo impacto anual;

RECLASSIFICAÇÃO DE TRABALHADORES CLAUSULA 21ª DO ACT	Categoria Atual	Categoria Nova	2026 Impacto Anual
Identificação			
32000193	Técnico B	Técnico Superior B	12 691 €
32000243	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
32000249	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
32000264	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
32000301	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
32000302	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
32000318	Técnico Superior A	Técnico Superior B	218 €
Total			13 999 €

PROMOÇÕES / NOMEAÇÕES POR ATO DE GESTÃO

As promoções por ato de gestão estão previstas nos Acordos Coletivos de Trabalho e, na realidade, fazem parte do normal funcionamento de qualquer empresa.

Não obstante, os sucessivos Decretos-Lei de Execução Orçamental têm vindo a estabelecer restrições relevantes quanto à valorização remuneratória por via de promoções, nomeadamente exigindo autorização prévia da tutela setorial e financeira, o que tem implicado uma compressão prolongada da evolução das carreiras e das estruturas remuneratórias

internas, isto é, desde 2022 que não temos vindo a concretizar promoções, situação que nos parece que deve ser revista, pois a empresa tem situações identificadas e que carecem de ação.

No entanto, a própria legislação em vigor reconhece, ainda que em moldes restritos, a possibilidade de promoções assentes em atos de gestão, desde que devidamente fundamentadas e assegurada a cabimentação orçamental, acrescendo que a previsão, de forma prudente e proporcional, de dotações para este efeito não constitui um compromisso automático, mas sim a criação das condições que permitam a sua avaliação casuística e eventual execução, dentro dos limites legais.

Adicionalmente, a AgdA opera num setor técnico e regulado, exigindo perfis de elevada qualificação e competências específicas, em áreas críticas como engenharia, gestão de ativos, tecnologias de informação, cibersegurança, sustentabilidade, inovação e regulação, pelo que a ausência prolongada de mecanismos de progressão funcional tem vindo a gerar riscos crescentes de:

- desmotivação e rotatividade de quadros qualificados;
- perda de competitividade externa face ao mercado;
- desequilíbrio entre funções e remunerações, com impacto na equidade interna.

A possibilidade de promover, com critério e parcimónia, trabalhadores que demonstrem mérito, aquisição de novas competências ou assunção de funções de maior responsabilidade, constitui uma ferramenta essencial de gestão de recursos humanos, que importa preservar.

A ausência total de previsibilidade orçamental para promoções, mesmo que condicionadas, compromete a autonomia técnica e de gestão que a legislação confere às entidades do Setor Empresarial do Estado, fragilizando a capacidade destas empresas para assegurar a sua missão pública com as pessoas adequadas e motivadas.

Assim, solicitamos a aprovação para que, no quadro das orientações a definir para o PAO de 2026, seja reconhecida a possibilidade de prever dotações para promoções por ato de gestão, sujeitas às limitações legais aplicáveis, mas sem as excluir à partida, permitindo uma gestão mais equilibrada e eficaz do capital humano, bem como uma gestão mais eficaz da equidade salarial entres trabalhadores e da retenção do talento crítico, pois, caso contrário, os impactos a médio e longo prazo poderão ser consideráveis e difíceis de colmatar.

A proposta de promoção por ato de gestão para 2026 corresponde a 2 funções que a seguir se detalham na categoria atual e futura com o respetivo impacto anual:

PROMOÇÃO POR ATO DE GESTÃO	Ato de Gestão 1	Categoria Nova	2026 Impacto Anual
Identificação			
32000252	Promoção	Técnico C	10 478 €
32000156	Promoção	Técnico C	10 477 €
Total			20 955€

Será ainda necessário efetuar 12 nomeações em comissão de serviço, com atribuição do respetivo subsídio previsto em regulamentação coletiva de trabalho, a que corresponde a atribuição de funções previstas em organigrama subjacente à revisão do EVEF que se encontra em análise e aprovação:

PROMOÇÃO POR ATO DE GESTÃO	Ato de Gestão 2	Categoria Nova	2026 Impacto Anual
Identificação			
32000002 (*)	Subsídio de Responsabilidade	Responsável Barragens	6 133 €
32000021 (*)	Subsídio de Responsabilidade	Responsável Barragens	6 133 €
32000077 (*)	Subsídio de Responsabilidade	Responsável de Instalações Elétricas	6 133 €
32000165 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Coordenador	8 531 €
32000181 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
32000255 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
32000302	Subsídio de Isenção de Horário	Sistemas de Informação e Digitalização	5 158 €
32000304 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
32000307 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
32000357 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
32000359	Subsídio de Isenção de Horário	Sistemas de Informação e Digitalização	5 158 €
32000362 (*)	Nomeação Comissão de Serviço	Responsável Área	6 065 €
Total			73 639€

(*) A atribuição de Subsídios de Responsabilidade e Nomeação em funções em regime de Comissão de Serviço são desempenhas pelo período de um ano podendo ser renovadas. É expectativa que a nomeação seja efetuada a estes trabalhadores, porém em função do decorrer da atividade, das respetivas funções e alinhamento de interesses dos próprios que estas poderão a ser atribuídas a outros trabalhadores, no entanto o impacto financeiro será o mesmo.

6. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Na AgdA não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P. ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

V. - INFORMAÇÃO FINANCEIRA

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O TRIÉNIO 2026 A 2028

I.1 ADEQUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA À ATIVIDADE DA AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A.

A AgdA apresenta nas suas demonstrações financeiras algumas especificidades que desvirtuam a leitura de parte dos indicadores utilizados para validar o cumprimento das orientações financeira a que o presente exercício orçamental está sujeito, nomeadamente no que respeita ao registo de Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento.

Nos termos do Contrato de Gestão, é calculado e registado em cada ano o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) que resulta da diferença verificada entre o resultado líquido da empresa e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias para a recuperação integral dos gastos, acrescida da remuneração dos capitais próprios e reservas e dos impostos do exercício.

No Âmbito desta política contabilística, o reconhecimento do DRG em resultados constitui um rendimento operacional e por essa razão afeta o EBIT e o EBITDA, bem como todos os rácios para os quais estes indicadores concorram. Face a esta especificidade, a AgdA ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução do DRG de cada exercício (real, estimado ou projetado) e também os rácios que dele resultem.

Adicionalmente, de acordo com a IFRIC 12 – Contratos de Concessão, aplicável também a parcerias, a construção de infraestruturas pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente / Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá ser remunerado. No entanto, na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro, pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante, encontrando-se registados na demonstração de resultados.

Tendo em consideração que os réditos e gastos assumem igual montante não afetam qualquer indicador ou rácio.

No que respeita aos Subsídios ao Investimento, são reconhecidos quando existe uma segurança razoável do seu recebimento. Os subsídios ao investimento são registados como passivos não-correntes e são reconhecidos na demonstração de resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

Esta rubrica afeta o indicador EBITDA e os rácios para os quais este indicador concorre, pelo que a AgdA ajusta dando aos subsídios e ao investimento o mesmo tratamento contabilístico (com sinal contrário) ao que é dado às amortizações.

Assim, os rácios financeiros devem ser ajustados e calculados de acordo com as seguintes fórmulas:

- $\text{EBIT Ajustado} = \text{EBIT} - \text{DRG}$
- $\text{EBITDA Ajustado} = \text{EBITDA} - \text{DRG}$
- $\text{Resultado Líquido Ajustado} = \text{Resultado Líquido} - \text{DRG}$
- $\text{Rentabilidade do Ativo Ajustado} = \text{EBIT Ajustado} / \text{Ativo médio}$
- $\text{Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) Ajustado} = \text{Resultado Líquido Ajustado} / \text{Capital Próprio médio}$
- $\text{Rentabilidade dos RH Ajustado} = \text{EBIT Ajustado} / \text{n.º de trabalhadores}$

Tendo em conta as especificidades acima, foram acrescentadas linhas nos quadros de apoio enviados pela ETF, devidamente assinalados, para que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação. Para melhor compreensão da diferença serão sempre apresentados os indicadores originais e os ajustados.

1.2 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração da Posição Financeira Previsional da Empresa para os anos de 2026 a 2028 e comparação com os anos 2024 e 2025.

BALANÇO

Rúbricas	2024	2025	2025	1.ºT2026	2.ºT2026	3.ºT2026	4.ºT2026	2027	2028
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Unidade euros									
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos intangíveis	166 871 609 €	176 786 695 €	172 288 164 €	179 855 660 €	181 812 989 €	185 612 263 €	193 476 855 €	238 161 754 €	297 164 566 €
Ativos sob direito de uso	329 215 €	435 788 €	2 249 278 €	2 694 724 €	2 526 478 €	2 321 831 €	2 118 207 €	1 574 094 €	795 126 €
Investimentos financeiros	24 420 €	24 420 €	24 420 €	24 420 €	24 420 €	24 420 €	24 420 €	0 €	0 €
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 524 882 €	6 024 010 €	2 209 402 €	3 634 217 €	4 725 031 €	2 586 033 €	1 792 510 €	1 262 925 €	819 874 €
Clientes, contribuintes e utentes	165 304 €	26 894 €	94 460 €	76 748 €	59 037 €	41 326 €	23 615 €	0 €	0 €
Ativos por impostos diferidos	5 506 018 €	7 327 311 €	5 854 426 €	5 952 991 €	6 239 969 €	7 338 353 €	7 897 027 €	12 694 850 €	14 435 961 €
Subtotal	175 421 448 €	190 625 118 €	182 720 148 €	192 238 761 €	195 387 923 €	197 924 225 €	205 332 634 €	253 693 624 €	313 215 527 €
Ativo corrente									
Inventários	127 624 €	114 148 €	113 534 €	115 633 €	158 936 €	153 526 €	117 515 €	55 771 €	54 130 €
Clientes, contribuintes e utentes	7 160 718 €	11 864 409 €	7 230 949 €	6 932 070 €	6 844 686 €	9 447 031 €	7 833 580 €	9 493 330 €	9 536 515 €
Estado e outros entes públicos	376 520 €	160 169 €	317 428 €	203 377 €	182 343 €	161 276 €	89 463 €	3 507 416 €	3 732 126 €
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	0 €	0 €		228 332 €	383 851 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a receber	4 541 339 €	1 297 402 €	1 665 160 €	1 137 719 €	1 334 555 €	2 063 688 €	3 099 640 €	19 138 308 €	21 705 667 €
Caixa e depósitos bancários	1 075 700 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	411 556 €	413 467 €
Subtotal	13 281 901 €	14 291 128 €	10 182 071 €	9 472 131 €	9 759 371 €	12 680 522 €	11 995 198 €	32 606 382 €	35 441 904 €
Total do Ativo	188 703 350 €	204 916 246 €	192 902 219 €	201 710 892 €	205 147 295 €	210 604 747 €	217 327 831 €	286 300 006 €	348 657 432 €

BALANÇO

Unidade euros

Rúbricas	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património / Capital	11 332 560 €	15 045 425 €	11 332 560 €	11 332 560 €	11 332 560 €	11 332 560 €	12 261 715 €	15 170 030 €	19 042 800 €
Reservas	3 079 359 €	3 829 938 €	3 440 666 €	3 476 462 €	3 476 462 €	3 476 462 €	3 476 462 €	3 512 338 €	3 562 530 €
Resultados transitados	0 €	0 €	405 265 €	1 085 385 €	1 085 385 €	1 085 385 €	1 085 385 €	1 767 034 €	2 720 678 €
Resultado líquido do período	766 572 €	839 468 €	715 916 €	175 797 €	353 547 €	533 250 €	717 525 €	1 003 836 €	1 258 900 €
Total do Património Líquido	15 178 491 €	19 714 831 €	15 894 407 €	16 070 204 €	16 247 954 €	16 427 657 €	17 541 087 €	21 453 238 €	26 584 908 €
PASSIVO									
Passivo não corrente									
Provisões	480 800 €	0 €	714 800 €	796 700 €	878 600 €	960 500 €	1 042 400 €	1 042 400 €	1 042 400 €
Financiamentos obtidos	63 241 202 €	69 046 148 €	58 663 881 €	61 879 307 €	64 616 539 €	65 405 263 €	64 870 168 €	84 691 056 €	101 425 313 €
Passivo da locação	146 025 €	263 091 €	1 576 375 €	1 932 965 €	1 787 084 €	1 612 750 €	1 438 415 €	741 077 €	43 739 €
Fornecedores	0 €	0 €	0 €	4 667 165 €	4 667 165 €	4 667 165 €	4 667 165 €	3 111 443 €	1 555 722 €
Amortizações de investimento futuro	5 990 390 €	11 648 568 €	6 714 482 €	8 429 108 €	10 703 402 €	13 320 642 €	13 956 524 €	29 063 881 €	29 921 214 €
Subsídios ao Investimento	87 334 603 €	87 107 807 €	89 689 211 €	88 068 476 €	86 860 811 €	86 568 566 €	90 578 623 €	128 874 935 €	170 800 060 €
Passivos por impostos diferidos	4 398 894 €	6 739 124 €	4 958 568 €	5 392 311 €	5 923 356 €	6 534 553 €	6 998 450 €	7 833 506 €	8 387 636 €
Subtotal	161 591 915 €	174 804 739 €	162 317 318 €	171 166 031 €	175 436 957 €	179 069 439 €	183 551 746 €	255 358 298 €	313 176 083 €
Passivo corrente									
Financiamentos obtidos	1 536 058 €	1 744 868 €	2 081 461 €	3 035 191 €	3 035 191 €	3 035 191 €	3 035 191 €	2 807 918 €	2 508 645 €
Passivo da locação	121 877 €	310 823 €	525 458 €	688 110 €	697 338 €	697 338 €	697 338 €	697 338 €	697 338 €
Fornecedores	4 213 978 €	2 023 024 €	6 087 545 €	4 561 497 €	3 819 559 €	5 427 387 €	6 631 454 €	2 920 589 €	2 905 503 €
Estado e outros entes públicos	1 614 802 €	203 749 €	204 138 €	216 365 €	400 526 €	242 268 €	246 143 €	228 752 €	234 869 €
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	151 716 €	2 619 €	0 €	0 €	0 €	42 063 €	129 821 €	2 060 244 €	1 755 267 €
Outras contas a pagar	4 294 513 €	6 111 593 €	5 791 893 €	5 973 495 €	5 509 770 €	5 663 404 €	5 495 052 €	773 628 €	794 818 €
Subtotal	11 932 943 €	10 396 676 €	14 690 495 €	14 474 657 €	13 462 384 €	15 107 651 €	16 234 998 €	9 488 470 €	8 896 440 €
Total do Passivo	173 524 858 €	185 201 415 €	177 007 812 €	185 640 688 €	188 899 341 €	194 177 090 €	199 786 744 €	264 846 768 €	322 072 524 €
Total do Património Líquido e Passivo	188 703 350 €	204 916 246 €	192 902 219 €	201 710 892 €	205 147 295 €	210 604 747 €	217 327 831 €	286 300 006 €	348 657 432 €

Relativamente à Demonstração da Posição Financeira Previsional, entende-se ser de referir que a variação verificada em ativos intangíveis diz respeito ao investimento programado e orçamentado para o triénio 2026 a 2028, encontrando-se a empresa a realizar um conjunto muito significativo de investimentos que visam a resolução de problemas de abastecimento de água às populações abrangidas, bem como do tratamento e rejeição de efluentes. É de salientar ainda que os investimentos em curso e programados dizem respeito aos investimentos previstos no Contrato de Parceria e no Contrato de Gestão e respetivos aditamentos, cuja programação inicial estava concentrada entre 2010 e 2015, mas que face ao contexto económico e financeiro verificado no período em questão e ao conjunto de importantes restrições tem-se prolongado significativamente no tempo.

Importa também destacar e explicitar os montantes previstos em empréstimos, representando um aumento para o triénio 2026 a 2028, situação que se justifica com a necessidade de financiamento da componente nacional dos investimentos programados, parcialmente mitigada pelo aumento de capital social previsto em 0,929 milhões de euros em 2026, 2,908 milhões de euros em 2027 e 3,873 milhões de euros em 2028.

1.3 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas Previsional para os anos de 2026 a 2028 e comparação com os anos 2024 e 2025.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Unidade euros								
Rendimentos e Gastos	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Vendas	16 071 431 €	19 062 654 €	18 099 701 €	4 170 348 €	8 931 467 €	15 728 474 €	21 366 527 €	22 883 280 €	22 945 397 €
Prestações de serviços	7 824 442 €	9 758 559 €	8 729 428 €	2 064 144 €	4 447 872 €	7 634 400 €	10 315 947 €	13 451 373 €	13 554 061 €
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	666 810 €	1 502 881 €	-315 481 €	1 424 816 €	2 515 629 €	376 631 €	-401 059 €	-529 585 €	-443 051 €
Rendimentos de serviços de construção	6 684 620 €	14 063 587 €	10 852 641 €	3 521 026 €	7 207 681 €	12 953 629 €	23 647 929 €	53 224 783 €	69 848 641 €
Trabalhos para a própria entidade	819 445 €	753 978 €	658 609 €	252 753 €	523 504 €	806 580 €	1 091 870 €	1 904 943 €	2 145 085 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 428 991 €	-1 623 411 €	-1 545 438 €	-355 690 €	-783 699 €	-1 288 934 €	-1 691 084 €	-1 380 819 €	-1 374 737 €
Fornecimentos e serviços externos	-11 232 639 €	-14 145 119 €	-12 106 693 €	-3 288 484 €	-6 597 018 €	-9 805 899 €	-12 614 401 €	-12 398 280 €	-12 260 842 €
Gastos com pessoal	-5 491 088 €	-6 897 560 €	-6 705 727 €	-1 989 872 €	-4 160 149 €	-5 888 277 €	-8 152 118 €	-8 505 657 €	-8 722 916 €
Gastos de serviços de construção	-6 684 620 €	-14 063 587 €	-10 852 641 €	-3 521 026 €	-7 207 681 €	-12 953 629 €	-23 647 929 €	-53 224 783 €	-69 848 641 €
Provisões (aumentos/reduções)	-252 714 €	0 €	-312 000 €	-81 900 €	-163 800 €	-245 700 €	-327 600 €	0 €	0 €
Outros rendimentos e ganhos	424 272 €	290 498 €	287 747 €	53 953 €	107 905 €	161 858 €	215 810 €	50 522 €	82 077 €
Outros gastos e perdas	-107 800 €	-117 455 €	-457 950 €	-21 493 €	-47 687 €	-76 757 €	-108 231 €	-173 332 €	-226 206 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	7 293 166 €	8 585 025 €	6 332 196 €	2 228 574 €	4 774 025 €	7 402 376 €	9 695 662 €	15 302 444 €	15 698 869 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-7 402 835 €	-11 983 426 €	-6 967 460 €	-3 464 565 €	-7 659 740 €	-12 455 021 €	-16 144 563 €	-20 555 444 €	-20 088 858 €
Subsídios ao Investimento	3 559 140 €	5 522 878 €	3 436 618 €	2 031 580 €	4 518 909 €	7 381 660 €	9 554 481 €	9 599 441 €	9 495 368 €
Resultado operacional (EBIT)	3 449 471 €	2 124 476 €	2 801 354 €	795 589 €	1 633 194 €	2 329 015 €	3 105 580 €	4 346 441 €	5 105 379 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	3 702 185 €	2 124 476 €	3 113 354 €	877 489 €	1 796 994 €	2 574 715 €	3 433 180 €	4 346 441 €	5 105 379 €
Juros e rendimentos similares obtidos	270 997 €	322 984 €	248 376 €	69 878 €	120 251 €	177 137 €	240 560 €	0 €	0 €
Juros e gastos similares suportados	-2 641 678 €	-1 388 536 €	-2 098 683 €	-582 824 €	-1 204 504 €	-1 838 781 €	-2 474 157 €	-2 774 016 €	-3 278 194 €
Resultado antes de impostos	1 078 789 €	1 058 925 €	951 047 €	282 643 €	548 941 €	667 371 €	871 983 €	1 572 425 €	1 827 186 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Unidade euros								
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Imposto sobre o rendimento	-312 217 €	-219 457 €	-235 131 €	-106 846 €	-195 394 €	-134 121 €	-154 458 €	-568 589 €	-568 286 €
Resultado líquido do período	766 572 €	839 468 €	715 916 €	175 797 €	353 547 €	533 250 €	717 525 €	1 003 836 €	1 258 900 €

Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para o triénio 2026 a 2028 e previstas em Contrato de Gestão, sustentado na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade, para além da já plasmada nos respetivos contratos e na revisão do EVEF que se encontra em fase de aprovação.

O volume de negócios previsto para 2026, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao verificado nos anos de 2024 e 2025, em resultado da aplicação da tarifa prevista na revisão do EVEF, atualizada a 2026, assim como à alteração da metodologia de cálculo do caudal tratado e faturado em águas residuais, passando de uma estimativa de 64% para 72% dos volumes fornecidos em abastecimento de água para a mesma população abrangida, em virtude desta corresponder aos valores da medição real.

No que diz respeito às rúbricas de gastos, prevêem-se para 2026 algumas alterações significativas cuja análise mereceu particular destaque na introdução e que seguidamente se clarifica.

O custo das vendas representa em 2026 um valor superior ao verificado nos anos de 2024 e 2025, em resultado da variação dos preços de aquisição de matérias subsidiárias, nomeadamente os produtos utilizados no processo. Em resultado de variações de preços que se iniciaram em 2022 e 2023, espera-se que o gasto total venha a ser superior aos anos anteriores, mas em linha com o previsto na revisão do EVEF. Referir que para os anos seguintes, 2027 e 2028, com a conclusão das empreitadas de ampliação da ETA do Enxoé, construção da conduta que liga a conduta do EFMA à ETA do Roxo e construção da conduta que liga a conduta do EFMA à ETA do Monte da Rocha será possível encontrar alternativa às origens de água atuais e consequentemente procurar a melhor eficiência operacional no que respeita à qualidade de água bruta e otimização do processo de tratamento, resultando daqui um menor encargo para a mesma quantidade de água tratada.

No que diz respeito aos fornecimentos e serviços externos, verificamos um aumento de 4% comparativamente ao ano de 2025 que resulta essencialmente do aumento com o gasto com tratamento de resíduos e lamas e Conservação e Reparação conforme justificado no ponto 3, alínea d) do Capítulo V.

O ano de 2026 será ainda um ano de consolidação da estrutura atendendo a que no ano de 2024 se iniciou internalização total da atividade de saneamento, fator que tem justificado o aumento do número de trabalhadores. Esta transição iniciou-se no último trimestre de 2024, com o término do contrato de Outsourcing, manteve-se durante todo o ano de 2025, e espera-se a sua consolidação com melhoria de resultados em 2026.

Acresce ser de referir que o elevado nível de incumprimentos ambientais, seja por limitações de acompanhamento de um *outsourcing* da O&M de SAR, seja pelo histórico de elevadas restrições do passado levaram à acumulação de um passivo de lamas que se estimou em cerca de 2 milhões de euros e cuja recuperação se encontra em curso com um esforço anual previsto entre 300 a 600 mil euros, a par com o aumento significativo deste serviço, pelo que na rubrica de tratamento de resíduos e lamas foi registado o respetivo efeito. Este passivo está essencialmente associado a um conjunto de 42 ETAR com processo de tratamento por lagunagem, cuja responsabilidade de exploração foi assumida entre 2010 e 2013. Da avaliação efetuada na altura, constatou-se que, na maioria das instalações, a acumulação de lamas já era muito significativa, resultante da ausência de qualquer intervenção de limpeza no passado, situação que se foi mantendo pelas restrições orçamentais e que agora, em risco sistémico de incumprimento ambiental, foi definido um plano de recuperação do passivo constituído, resultando deste facto um significativo aumento na referida rubrica.

No que respeita à componente de conservação e reparação, também esta representa a necessidade de implementação progressiva da função de manutenção planeada, onde um histórico de insustentáveis níveis de execução do plano de manutenção, traduzem-se hoje num esforço acrescido para recuperação do défice acumulado de conservação das infraestruturas em elevado estado de degradação, e que nos remetem para gastos anuais mais concordantes com o valor de ativos de substituição, cujo total se espera vir a ascender a 591 milhões de euros em 2030.

No entanto, procedendo-se à atualização tarifária prevista na revisão do EVEF, importa destacar que para 2026 se prevê um desvio de recuperação de gastos negativo (superavit tarifário), o que demonstra que os rendimentos totais serão suficientes para cobrirem a totalidade dos custos, incluindo a remuneração acionista. Prevê-se que para 2027 e 2028 se mantenha a regresse tendência de desvios de recuperação de gastos negativos (superavitário), pela otimização dos processos como uma grande aposta na digitalização e na energia fotovoltaica, minimizando os défices tarifários acumulados até então e que se prevê totalmente eliminados em 2029 / 2030, conforme se poderá ver em Balanço.

No que concerne à remuneração acionista, importa salientar que, nos termos dos Contratos de Parceria e de Gestão e respetivos aditamentos, a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que para o triénio 2026 a 2028 não se prevê que venham a ocorrer fatores que reduzam o risco do capital social investido, foi mantido o prémio de risco de 3 pontos percentuais, prevendo-se uma remuneração acionista total de 5,79% em 2026, 5,81% em 2027 e 5,79% em 2028.

1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional para os anos de 2026 a 2028 e comparação com os anos 2024 e 2025.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Unidade euros								
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais									
Recebimentos de clientes	24 926 781 €	29 196 268 €	30 836 479 €	6 945 889 €	14 645 059 €	22 670 263 €	33 154 268 €	37 692 847 €	38 660 311 €
Pagamentos a fornecedores	-15 281 860 €	-18 661 968 €	-18 882 011 €	-3 487 192 €	-8 128 324 €	-12 487 775 €	-16 506 038 €	-17 664 866 €	-13 831 649 €
Pagamentos ao pessoal	-5 272 526 €	-4 425 736 €	-5 240 095 €	-1 989 872 €	-4 160 149 €	-5 888 277 €	-8 152 118 €	-8 505 657 €	-8 722 916 €
Caixa gerada pelas operações	4 372 395 €	6 108 564 €	6 714 373 €	1 468 826 €	2 356 586 €	4 294 211 €	8 496 111 €	11 522 324 €	16 105 745 €
Outros recebimentos/pagamentos	1 306 255 €	-1 386 049 €	16 740 €	484 138 €	398 299 €	563 394 €	585 461 €	600 098 €	615 100 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	5 678 651 €	4 722 516 €	6 731 113 €	1 952 964 €	2 754 885 €	4 857 605 €	9 081 573 €	12 122 422 €	16 720 845 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Pagamentos respeitantes a:									
Ativos intangíveis	-5 105 830 €	-14 429 127 €	-8 231 394 €	-6 392 696 €	-10 643 371 €	-14 619 157 €	-23 907 436 €	-48 295 308 €	-67 077 998 €
Recebimentos provenientes de:									
Subsídios ao investimento	5 326 938 €	4 369 089 €	5 071 864 €	939 089 €	2 013 884 €	3 866 750 €	8 932 797 €	33 806 715 €	46 954 598 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	221 108 €	-10 060 038 €	-3 159 530 €	-5 453 607 €	-8 629 487 €	-10 752 407 €	-14 974 640 €	-14 488 592 €	-20 123 399 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Recebimentos provenientes de:									
Financiamentos obtidos	2 000 000 €	3 873 728 €	5 209 743 €	5 041 589 €	7 778 822 €	9 439 980 €	8 904 885 €	7 547 232 €	8 614 360 €
Realizações de capital	0 €	1 831 420 €	0 €	0 €	0 €	0 €	929 155 €	2 908 315 €	3 872 770 €
Outras operações de financiamento	0 €	43 797 €	29 432 €	12 365 €	24 490 €	36 375 €	48 020 €	0 €	0 €
Pagamentos respeitantes a:									
Financiamentos obtidos	-4 704 546 €	-1 099 707 €	-7 040 069 €	-872 434 €	-872 434 €	-1 744 868 €	-1 744 868 €	-2 390 029 €	-2 807 918 €
Juros e gastos similares	-2 624 917 €	-1 425 203 €	-1 867 192 €	-680 877 €	-1 056 276 €	-1 836 684 €	-2 244 125 €	-2 774 016 €	-3 278 194 €
Outras operações de financiamento	-256 416 €	0 €	-124 196 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Unidade euros								
	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	-5 585 879 €	3 224 035 €	-3 792 283 €	3 500 643 €	5 874 602 €	5 894 802 €	5 893 067 €	5 291 501 €	6 401 018 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)	3 13 880 €	-2 113 486 €	-220 700 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	761 820 €	2 968 486 €	1 075 700 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 075 700 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €	855 000 €

A AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. tem solicitado nos últimos anos à Secretaria de Estado do Tesouro a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividades assenta no princípio de que em 2026 o regime de exceção será solicitado e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

As fontes de financiamento da empresa são constituídas por linhas de suprimento e apoio de tesouraria do acionista, Banco Europeu do Investimento, pela realização de capital próprio e, ainda, pela tarifa praticada aos utilizadores do sistema.

As variações das rúbricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente, de investimento e financeira projetada para 2026 e seguintes.

Ao analisar as rúbricas com maior expressão podemos observar a estabilização dos recebimentos de clientes em resultado do cumprimento, pela maioria dos clientes, dos prazos de pagamento.

Conforme se pode verificar na rúbrica de pagamento de ativos intangíveis, o triénio 2026-2027 continuará a ser marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de gestão e na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro em Curso. Em contrapartida, a AgdA prevê receber o respetivo subsídio comunitário, partindo-se do pressuposto que o investimento venha a ser participado em pelo menos 70%.

É ainda de referir que para o ano 2026 e seguintes, foi previsto o aumento do Capital Social em 0,929 milhões de euros, 2,908 milhões de euros e 3,873 milhões de euros, de acordo com o previsto na revisão do EVEF, o que contribuirá para mitigar a necessidade de aumento do financiamento, uma vez que será necessário ainda recorrer a empréstimos para garantia da componente nacional do investimento previsto.

2. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS PARA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026 A 2028

Os pressupostos macroeconómicos utilizados foram indicados, sempre que aplicável, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através das “*Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS*” de 2025, pelas recomendações da ERSAR na qualidade de entidade reguladora do Setor, pelos Acionistas AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. e AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão de Água Pública do Alentejo e pela Comissão de Parceria na qualidade de órgão supervisor da Empresa.

Pressupostos Macroeconómicos	Estimativa 2025	Orçamento 2026	Projeção 2027	Projeção 2028
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista				
Euribor 1m	2,09%	1,89%	2,19%	2,19%
Euribor 3m	2,10%	1,90%	2,20%	2,20%
Euribor 6m	2,21%	2,01%	2,31%	2,31%
Euribor 12m	2,23%	2,03%	2,33%	2,33%
OT	2,90%	3,05%	3,05%	3,05%
Remuneração de Capitais Próprios ⁽¹⁾	5,87%	5,79%	5,81%	5,79%
Spread financiamentos bancários curto prazo	0,88%	0,88%	0,88%	0,88%
Spread apoios AdP SGPS curto prazo	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
Spread apoios AdP SGPS médio e longo prazo	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Financiamentos BEI Existentes	0,62%	0,62%	0,62%	0,62%
Financiamentos BEI Novos	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Juros de Mora				
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	9,15%	9,15%	9,15%	9,15%
Taxas de Atualização de Preços				
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Índice de Preços do Consumidor (IPC)	2,00%	1,90%	2,00%	2,00%
Gastos com Pessoal				
Atualização salarial	4,70%	4,60%	4,60%	4,60%
Impostos				
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	20%	20%	20%	20%
Derrama Estadual	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%

⁽¹⁾ Calculado nos termos do Contrato de Gestão

3. ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO 2026 A 2028

O cumprimento das Orientações Financeiras para o triénio pode ser verificado de forma global no seguinte quadro resumo:

IEPAO	Unidade: 1 000 €			
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO				
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0
a) Volume de negócios	26 829	31 682	36 335	36 499
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	3 113	3 433	4 346	5 105
b)' EBIT Ajustado de DRG	3 429	3 834	4 876	5 548
c) Resultado Líquido	716	718	1 004	1 259
c)' Resultado Líquido Ajustado de DRG	1 031	1 119	1 533	1 702
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	1,47%	1,51%	1,73%	1,61%
d)' Rentabilidade do Ativo (ROA) Ajustado de DRG	1,63%	1,71%	1,94%	1,75%
e) Rentabilidade dos RH	12 850x	12 624x	17 597x	20 586x
e)' Rentabilidade dos RH Ajustado de DRG	13 188x	14 297x	14 255x	19 741x
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	4,61%	4,29%	5,15%	5,24%
f)' Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) Ajustado de DRG	6,64%	6,69%	7,86%	7,09%
g) Financiamento líquido de novos investimentos	69 996	77 132	99 861	120 468
h) Pagamentos em Atraso (<i>Arrears</i>)	0	0	0	0
i) Volume de negócios (corrigido do IHPC)	26 829	31 061	34 924	34 394
ii) Gastos operacionais	19 969	22 133	21 960	22 034
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS				
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	20 069	21 699	21 529	21 602

ALÍNEA A) CRESCIMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS

O volume de negócios resulta da aplicação de uma tarifa definida na revisão do EVEF para os anos de 2026 a 2028 que se encontra em análise pelos Parceiros e pela Comissão de Parceria. A tarifa compreende uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Servidos, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa, e uma componente variável aplicada aos volumes efetivamente fornecidos / tratados. Referir ainda que a atualização da tarifa é sujeita a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

As tarifas compreendem uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Servidos, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa e, uma componente variável aplicada aos metros cúbicos efetivamente fornecidos / tratados.

Assim, as tarifas previstas em Plano de Atividades e Orçamento de 2026 são as que constam da revisão do EVEF, que se encontra em fase de aprovação, atualizadas pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF), nomeadamente:

Atualização da Tarifa				
	Componente Fixa AA	Componente Variável AA	Componente Fixa AR	Componente Variável AR
Tarifa até 30.06.2026 EVEF atual	35,8789	0,5702	26,0311	0,5515
Tarifa após 01.07.2026 EVEF em revisão	47,6686	0,7253	31,7134	0,6690

A quantidade de água fornecida e tratada depende de fatores de procura, externos à empresa, estimando-se que no ano de 2026 os volumes se venham a manter em linha com os anos anteriores. No que diz respeito à atividade de saneamento, importa referir que apenas a partir de 2016 a AgdA pratica a tarifa de saneamento para as infraestruturas construídas, remodeladas, e que não necessitem de investimento, sendo que às restantes infraestruturas, que são alvo de investimento por parte da empresa, é efetuado o ressarcimento dos gastos com a atividade operacional, sendo estes registados na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais.

Referir que a variação positiva que se verifica está relacionada com a conclusão de investimentos programados e, conseqüentemente, com o início da atividade operacional dessas infraestruturas, levando a que se comece a praticar a tarifa prevista, prevendo-se o arranque em 2026 da ETAR de Cuba, ETAR de Ermidas, ETAR de Ciborro, ETAR de Escoural e ETAR de Boavista dos Fiais e Amarelinha, com a conclusão dos investimentos previstos nestas instalações.

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpr. 1.º ano		Cumpr. Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%				
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%				
a) Volume de negócios	26 829	31 682	36 335	36 499	18%	15%	0,5%	11%	S		S	

Pela análise do quadro acima, poderemos verificar que, quer no ano de 2026, com um crescimento de 18%, quer no conjunto dos anos do triénio, com um crescimento médio de 11%, o volume de negócios da empresa tem um crescimento superior ao do Produto Interno Bruto (PIB), tendo sido **acolhidas as orientações financeiras**, justificando-se a seguir o facto de ser superior a este.

Tendo em conta as previsões orçamentais, a evolução do volume de negócios decorre da alteração da tarifa, passando a ser utilizada a tarifa da revisão do EVEF após 01 de julho de 2026, assim como da alteração do método de cálculo dos caudais de saneamento, justificado na página 53, contribuindo para um aumento do volume de negócios em valor superior ao PIB o que se considera positivo do ponto de vista de gestão.

ALÍNEA B) EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações financeiras quanto à evolução dos Gastos Operacionais para o ano de 2026, bem como no triénio:

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
i) Volume de negócios	26 829	31 682	36 335	36 499	18%	15%	0,5%	11%				
ii) Gastos operacionais	19 969	22 133	21 960	22 034	11%	-1%	0%	3%	S		S	

No que respeita aos gastos operacionais verificamos que tanto no ano de 2026 como no triénio, o indicador evolui numa percentagem inferior ao volume de negócios.

A proposta de plano de atividades e orçamento para 2026 evidencia uma evolução de 11% face a 2025 e uma evolução média no triénio de 3% **acolhendo** as orientações financeiras, uma vez que o volume de negócios apresenta uma evolução de 18% face a 2025 e uma evolução média no triénio de 11%.

Sem prejuízo do referido, os gastos operacionais ajustados de IHPC evoluem em resultado do aumento dos gastos com pessoal, (0,989 M€), das CMVMC (0,143M€) e dos FSE (0,498 M€), sendo solicitada autorização no Capítulo "VIII – Quadro síntese com as autorizações requeridas" para o crescimento. Os valores apresentados são ajustados de IHPC

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS												
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	20 069	21 699	21 529	21 602	1 630	- 169	72	511		N		N

ALÍNEA C) EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações financeiras quanto à evolução dos Gastos com Pessoal para o ano de 2026, bem como no triénio:

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
i) Volume de negócios	26 829	31 682	36 335	36 499	18%	15%	0,5%	11%				
iii) Gastos com Pessoal ajustados para efeito de rácio	6 180	7 323	7 633	7 841	18%	4%	3%	8%	S		S	

No que respeita aos gastos com pessoal verificamos que tanto no ano de 2026 como no triénio, o indicador evolui numa percentagem igual ou inferior ao volume de negócios.

A proposta de plano de atividades e orçamento para 2026 evidencia uma evolução de 18% face a 2025 e uma evolução média no triénio de 8% **acolhendo** com as orientações financeiras, uma vez que o volume de negócios apresenta igualmente uma evolução de 18% face a 2025 e uma evolução média no triénio de 11%.

ALÍNEA D) EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

O quadro seguinte apresenta as maiores rúbricas de fornecimentos e serviços externos no ano de 2026 e a sua comparação com os anos de 2024 e 2025.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE - Subcontratos	1 371 554	214 631	779 565	229 576	454 105	452 950	-549 989	-71%
FSE - Assistência Técnica	180 667	276 301	370 950	528 123	322 007	321 739	157 173	42%
FSE - Colheitas e Análise	537 424	742 655	712 734	845 512	769 352	771 189	132 778	19%
FSE - Tratamento de Resíduos e Lamas	1 347 200	1 878 027	1 236 184	1 294 378	1 132 673	1 210 484	58 194	5%
FSE - Administração e Gestão	537 662	648 477	603 655	712 856	817 530	821 238	109 200	18%
FSE - Outros Serviços e Trabalhos Especializados	125 832	611 866	124 308	150 652	801 929	841 322	26 344	21%
FSE - Publicidade e Propaganda	12 362	65 740	48 615	72 314	71 421	72 849	23 699	49%
FSE - Segurança no Trabalho	74 756	218 350	87 872	98 936	79 997	81 597	11 064	13%
FSE - Conservação e Reparação	1 888 588	4 660 972	2 549 927	3 457 218	3 009 748	3 068 590	907 291	36%
FSE - Materiais	100 486	117 446	102 746	114 883	66 210	67 682	12 137	12%
FSE - Energia e Fluídos	4 007 694	3 730 901	4 124 588	4 124 376	4 259 948	3 907 811	-212	0%
FSE - Deslocações, Estadias e Transportes	131 515	97 393	118 587	143 875	116 567	118 898	25 288	21%
FSE - Rendas e Alugueres	579 214	447 631	783 608	312 414	74 727	76 221	-471 194	-60%
FSE - Comunicações	65 557	80 109	69 854	81 527	82 416	84 065	11 673	17%
FSE - Seguros	86 861	85 543	88 106	91 225	108 656	125 047	3 119	4%
FSE - Limpeza, Higiene e Conforto	54 452	116 469	64 169	116 469	114 642	116 935	52 300	82%
FSE - Outros Serviços	130 816	152 606	241 225	240 068	116 352	122 223	-1 157	0%
TOTAL	11 232 639	14 145 119	12 106 693	12 614 401	12 398 280	12 260 842	507 707	4%

O montante previsto para 2026 na rúbrica de FSE representa um aumento significativo quando comparada com a estimativa de 2025, cerca de 508 mil de euros, cuja análise merece particular destaque.

De salientar, o aumento que se tem vindo a notar desde 2023 na rúbrica tratamento de resíduos e lamas, que resulta da necessidade de transporte a destino final de um passivo acumulado de lamas deixado, e que dá origem a inúmeros incumprimentos cuja resolução é urgente. Este aumento resulta, principalmente, do aumento do valor da unidade transportada (tonelada) que tem sofrido aumentos muito significativos e pouco justificados a nível nacional.

Importa destacar a rúbrica com maior expressão, designadamente a conservação e reparação, pela necessidade de aumento de manutenção preventiva nas mais variadas infraestruturas. O desinvestimento em atividades de manutenção tem resultado na necessidade de antecipação de novos investimentos e cada vez mais profundos atendo em conta o acentuar do número de ocorrências e a obsolescência das infraestruturas.

Em oposição temos uma diminuição para 2025, mantendo-se para 2026, da rúbrica de Subcontratos atendendo à estratégia de internalização da atividade de saneamento, iniciada em 2024 e que se prevê consolidada em 2026. Também a rúbrica de rendas e alugueres, que inclui maioritariamente o aluguer operacional de viaturas, tendo em conta o plano de substituição da frota aprovado em PAO 2025 prevê-se que este venha a ocorrer gradualmente entre 2025 e 2026 e que em resultado desta situação é efetuado o reconhecimento em ativos por se tratar de uma locação financeira, conforme norma contabilística IFRS 16.

i. DESLOCAÇÕES E ALOJAMENTO, AJUDAS DE CUSTO, ENCARGOS COM A FROTA AUTOMÓVEL E ENCARGOS COM CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

O quadro seguinte apresenta os gastos com Deslocações, Ajudas de Custo, Alojamento, Encargos com a Frota Automóvel e Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria estimados para 2026 e seguintes e a sua comparação com os anos de 2024 e 2025.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	5 778	19 393	8 354	10 754	24 515	25 005	2 400	29%
Ajudas de custo	587	1 200	572	558	544	531	-14	-3%
Associados à frota automóvel	803 028	776 968	1 204 225	1 307 186	868 244	832 505	102 961	9%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	75 931	10 000	8 500	10 000	0	0	1 500	18%
TOTAL	885 323	807 562	1 221 651	1 328 498	893 302	858 040	106 847	9%

A variação da rubrica está relacionada com o aumento do número de viaturas e conseqüente aumento de gastos com o aluguer operacional, combustíveis, seguros e outros.

Desde 2024 que a empresa tem vindo a integrar a totalidade da atividade de saneamento, pretendendo-se que a consolidação desta integração em 2026. Este fator tem vindo a ser motivo de aprovação de contratação de trabalhadores nos PAO 2024. Sem prejuízo, não será possível garantir a operacionalidade e mobilidade das equipas sem que estas disponham dos meios de deslocação necessários numa região com infraestruturas tão dispersas como é o caso da área abrangida pelo SPPIAAlentejo atuando em cerca de 17% do território nacional continental.

Neste contexto foi aprovado em PAO 2024 a contratação de 16 viaturas operacionais bem como para os respetivos encargos que se mostraram insuficientes. Importa ainda referir que pese embora o aumento do encargo global previsto, a empresa manterá uma política de ajustamento dos seus encargos encontrando-se a variação justificada no referido ponto.

Acresce ser de referir que pese embora o aumento do número de viatura a empresa otimizará o rácio de trabalhadores por viaturas que se consideram enquadrável face à dispersão territorial, dispondo de uma estabilização entre 2,32 e 2,34.

Frota automóvel	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	803 028	776 968	1 204 225	1 307 186	868 244	832 505	102 961	9%
Operacional - n.º de viaturas	84	84	84	106	106	106	22	26%
N. de trabalhadores / viaturas	2,51	2,60	2,60	2,32	2,33	2,34	0	-11%
Encargo Média / Viatura	9 560	9 250	14 336	12 332	8 191	7 854	-2 004	-14%

ii. FROTA AUTOMÓVEL

A AgdA dispõe, atualmente, 84 viaturas operacionais, existindo uma coerência no dimensionamento da frota das várias empresas, consoante a dispersão territorial em que opera, ou seja, extensão da rede opera, no nosso caso da área abrangida pelo SPPIAAlentejo atuando em cerca de 17% do território nacional continental.

No que respeita à sua tipologia, a AgdA tem atualmente 26 viaturas ligeira comercial pick-up, 40 viaturas ligeiras comerciais furgão e viaturas ligeiras de passageiros.

O modelo adotado no Grupo AdP e conseqüentemente na AgdA, para a contratação das viaturas é o Aluguer Operacional (AOV), com os serviços associados a: Manutenção Corretiva/Preventiva, Seguro Automóvel, Assistência em Viagem, Viatura de Substituição, Gestão de Sinistros, Pneus, Pagamento de IUC e Inspeções, preconizando-se a transferência do risco operacional e de depreciação do ativo a quem o administra de forma mais eficiente, as Locadoras. À respetiva contratação estão subjacentes procedimentos pré-contratuais que aproveitam da escala angariada do Grupo AdP, avaliando na equação adjudicatória os custos com o ciclo de vida dos contratos (rendas, combustíveis, seguros e externalidades) explorando durações e quilometragens contratadas otimizadas e ajustadas às necessidades aquisitivas que lhes estão subjacentes.

Sucedem que, com a idade das viaturas e o acumular de quilómetros face à exigente necessidade de cobertura no território com infraestruturas muito dispersas, a prorrogação de contratos de AOV nem sempre se mostram (quando aceite pela locadora) uma alternativa economicamente viável, na medida em que as projeções das novas rendas passam defletir gradualmente os riscos acrescidos de manutenção corretiva, retenção em oficina e viaturas de substituição, o que subverte o propósito inicial de transferência desse risco para a Locadora, tornando-os muitas vezes incomportáveis. Nessas situações, para a qual inexoravelmente todos os contratos de AOV caminham, e nos casos de não aceitação de prorrogação por parte da locadora, a única alternativa viável no imediato até repor novamente a disponibilidade daquelas viaturas com recurso a contratos de AOV são os RAC, opção que não partilha das mesmas vantagens e méritos dos AOV e são uma contingência (obrigando muitas vezes à degradação dos segmentos por falta inclusive de oferta no mercado de viaturas comerciais, e quando existem a valores desproporcionais, traduzindo a escassez).

Fazendo uma ligação entre a frota automóvel e a atividade da empresa, a AgdA dispõe atualmente de uma rede cerca de 1 700km o que representa 5,2 viaturas por cada 100 quilómetros, abaixo da média das empresas do Grupo AdP que se posiciona em 6,27. Porém, justificado pela dispersão territorial e baixa densidade populacional, a AgdA terá 4,2 viaturas por cada 10 mil habitantes residentes.

Estas variáveis, particularmente a dispersão de infraestruturas e os quilómetros de condutas demonstram a consciencialização e a necessidade de ajustamento e evolução da frota operacional ao serviço da empresa, com riscos acrescidos no incumprimento contratual, caso não seja concretizada, por falta de acompanhamento dos Sistemas de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais.

É neste sentido que a AgdA propõe um aumento da sua frota em 2026 em 22 viaturas justificado pela necessidade de reforçar e garantir as suas obrigações inerentes à sua atividade operacional (13 viaturas), decorrente da internalização da atividade de saneamento. Adicionalmente, propõe-se a aquisição de 9 viaturas para afetação a funções de suporte, de apoio transversal à empresa. Esta acréscimo acompanha o aumento proposto de recursos humanos e alinhado com o previsto na proposta de revisão do EVEF pelo que os encargos se encontram integrados na tarifa da revisão do EVEF em fase de análise e aprovação.

Atendendo ao acima exposto, no quadro seguinte apresenta-se a previsão de substituição da frota automóvel entre 2026 e 2028 integrando a tipologia de viaturas a contratar.

Referir que em 2026 é prevista a aquisição de 24 viaturas, 22 pelo aumento acima referido e 2 em substituição dos contratos existentes e para 2027 apenas a substituição de 10 viaturas com contrato existentes.

Importa ainda destacar que a informação abaixo assenta no pressuposto de contratação de novas viaturas sendo que se reconhece a aprovação de substituição de 72 viaturas aprovadas em sede de PAO 2025.

Substituição / Aquisição	Orçamento 2026	Previsão 2027	Previsão 2028
Aquisição de Viaturas a Combustão	11	0	0
Aquisição de Viaturas Elétricas	11	0	0
Viaturas a combustão a substituir por viatura a combustão	0	0	0
Viaturas a combustão a substituir por viatura a combustão	2	10	0
Total	24	10	0

ALÍNEA E) EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Para análise do indicador importa ter presente a evolução da atividade da empresa, uma vez que se encontra em fase de investimento e consequentemente com alteração de soluções tecnológicas em infraestruturas herdadas dos municípios já degradadas e com o arranque de novas infraestruturas, e ainda, sujeita a impactos climáticos muito relevantes que afetam particularmente a região Sul e interior do nosso País, concretamente o Alentejo, o que se traduz numa necessidade acrescida de resiliência dos sistemas, nomeadamente no que respeita à adequação de processos de tratamento pela degradação da qualidade de água bruta como pela escassez desta em determinadas regiões do Alentejo. Assim, não é completamente possível exercer uma comparabilidade entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável não só pelo facto do investimento realizado trazer novas soluções técnicas e alterações ao *Modus Operandi* dos sistemas, mas também pelo facto de com a conclusão dos investimentos irem entrando em funcionamento novas infraestruturas. Para além disso, deve ser referida a alteração do quadro legal associado à qualidade da água para consumo humano, que, entre outros aspetos, apresenta novas disposições associadas à avaliação de conformidade, monitorização, avaliação de risco e disponibilização da informação.

Como referido anteriormente no relatório, tem-se verificado em certas partes do território do SPPIA Alentejo uma antecipação de determinadas condições climáticas previstas nos modelos climáticos apenas para meados do século XXI. A tendência decrescente dos níveis de precipitação e crescente dos valores de temperatura, tem provocado, nos últimos anos, uma pressão acrescida na disponibilidade dos recursos hídricos, muitas vezes conjugada com o aumento da procura, o que obriga a uma gestão cada vez mais proativa e flexível. Apesar disso, a empresa sempre se mostrou sustentável, evidenciando nas suas contas anuais resultados positivos através da acumulação de desvios de recuperação de gastos negativos (*superavit* tarifário) devidamente auditados por entidade independente e vertidos nos Relatórios & Contas anuais da empresa. Devido às circunstâncias geopolíticas internacionais, com aumentos muito significativos no custo de energia e de aquisições de bens e serviços, esta situação se alterou em 2023 e 2024, com desvios de recuperação de gastos positivos (défice tarifário) no entanto verifica-se um regresso à normalidade já em 2025 e continuidade para os anos 2026 e seguintes, desde logo com a aposta em origens de água controladas, aposta na digitalização e em energias renováveis, mitigando o elevado gasto com energia.

Merece também especial relevo a eficiência da empresa que, numa gestão financeira pautada pelo baixo custo, se preveem melhorias significativas no que diz respeito ao serviço de abastecimento de água e saneamento, com destaque para a qualidade de água para abastecimento e na qualidade de águas residuais tratadas.

É neste contexto que a empresa se propõe para o exercício de 2026 a manter o nível de serviço público prestado com estrito cumprimento pelas orientações transmitidas à empresa, mantendo elevados os padrões de qualidade e serviço público aos cerca de 250 mil habitantes, pese embora os resultados financeiros apresentados e que se esperam vir a ser corrigidos na sequência da revisão tarifária com a revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que permitirá evoluir no volume de negócios.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da Eficiência Operacional da AgdA estimado para o ano de 2026 e seguintes corrigido de impactos decorrentes de obrigações legais, conforme ponto seguinte, devendo observar-se o resultado abaixo e que se cifra em 69,86% que compara com 74,43% de 2025 e num sentido de continua redução quando comparado com 2024. Relativamente ao triénio verifica-se que em qualquer um dos anos existe uma tendência de redução comparativamente com o ano anterior.

Eficiência operacional	2024 Execução	2025 PAO	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	Unidade	Euros	
						2028 Previsão	Δ (2026-2025)	
							Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-18 152 719	-22 666 090	-20 357 858	-22 457 603	-22 284 756	-22 358 495	-2 099 744	-10,3%
CMVMC	-1 428 991	-1 623 411	-1 545 438	-1 691 084	-1 380 819	-1 374 737	-145 646	-9,4%
FSE	-11 232 639	-14 145 119	-12 106 693	-12 614 401	-12 398 280	-12 260 842	-507 707	-4,2%
Gastos com pessoal	-5 491 088	-6 897 560	-6 705 727	-8 152 118	-8 505 657	-8 722 916	-1 446 391	-21,6%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	232 021	259 493	288 957	324 729	324 729	324 729	35 772	12%
Impacto de valorizações remuneratórias obrigatórias	232 021	259 493	288 957	324 729	324 729	324 729	35 772	0
Gastos operacionais ajustados	17 920 698	22 406 597	20 068 902	22 132 874	21 960 027	22 033 766	2 063 972	10,3%
Volume de negócios	23 895 873	28 821 213	26 829 129	31 682 474	36 334 653	36 499 459	4 853 346	18,1%
Vendas	16 071 431	19 062 654	18 099 701	21 366 527	22 883 280	22 945 397	3 266 826	18,0%
Prestações de Serviços	7 824 442	9 758 559	8 729 428	10 315 947	13 451 373	13 554 061	1 586 519	18,2%
Volume de Negócios ajustado	23 895 873	28 821 213	26 829 129	31 682 474	36 334 653	36 499 459	4 853 346	18,1%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	74,99%	77,74%	74,80%	69,86%	60,44%	60,37%	-0,05	

* Se aplicável: Os impactos/gastos excecionais devem ser justificados em sede de PAO e devidamente discriminados

Da análise ao quadro anterior, a AgdA **dá cumprimento** à Eficiência Operacional na medida em que o rácio de Gastos Operacionais pelo Volume de Negócios tem vindo a seguir uma tendência de redução, também pelo crescimento do volume de negócios da empresa, com o aumento expressivo das tarifas praticadas aos utilizadores.

ALÍNEA F) EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL (EBIT)

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à melhoria do Resultado Operacional para o ano de 2026, bem como no triénio:

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	3 113	3 433	4 346	5 105	320	913	759	664	S		S	
b)' EBIT Ajustado de DRG	3 429	3 834	4 876	5 548	405	1 042	672	707	S		S	

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo V, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, nomeadamente dos Desvios de Recuperação de Gastos, cuja justificação de ajustamento foi devidamente já apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução do resultado operacional (EBIT) importará avaliar o indicador ajustado. Neste contexto, a proposta de plano de atividades e orçamento para 2026 evidencia um crescimento de 0,405 milhões de euros face a 2025 e um crescimento médio no triénio de 0,707 milhões de euros **acolhendo** as orientações financeiras.

ALÍNEA G) EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à melhoria do Resultado Líquido para o ano de 2026, bem como no triénio:

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
c) Resultado líquido	716	718	1 004	1 259	2	286	255	181	S		S	
c)* Resultado líquido Ajustado de DRG	1 031	1 119	1 533	1 702	87	415	169	224	S		S	

Conforme referido no ponto I.1 do capítulo V, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, nomeadamente o Desvios de Recuperação de Gastos, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à melhoria do resultado líquido importará avaliar o indicador ajustado tendo em conta que o resultado líquido apresentado corresponde à remuneração acionista. Neste contexto a proposta de plano de atividades e orçamento para 2026 evidencia uma melhoria do resultado líquido em 0,087 milhões de euros face a 2025 e um crescimento médio no triénio de 0,224 milhões de euros **acolhendo** as orientações financeiras.

ALÍNEA H) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DOS RH

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à evolução da Rentabilidade dos Recursos Humanos para o ano de 2026, bem como no triénio:

Unidade: 1 000 €

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
e) Rentabilidade dos RH	12 850x	12 624x	17 597x	20 586x	- 226x	4 973x	2 989x	2 579x		N	S	
e)' Rentabilidade dos RH Ajustado de DRG	13 188x	14 297x	14 255x	19 741x	1 109x	- 43x	5 486x	2 184x	S		S	

Conforme referido no ponto I.1 do capítulo V, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, nomeadamente dos Desvios de Recuperação de Gastos, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução da Rentabilidade dos Recursos Humanos importará avaliar o indicador ajustado, tendo em conta que para análise do indicador deverá ser utilizado o EBIT Ajustado. Neste contexto, a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2026 evidencia uma evolução positiva da Rentabilidade dos Recursos Humanos 1 109 euros/trabalhador face a 2025 e um crescimento médio no triénio de 2 184 euros/trabalhador, **acolhendo** as orientações financeiras.

ALÍNEAS I, J) NOVOS INVESTIMENTOS E PLANOS FINANCEIROS

A presente alínea é desenvolvida no capítulo VII – Plano de Investimentos Anual e Plurianual do Plano de Atividades e Orçamento 2026.

ALÍNEA K) ENDIVIDAMENTO

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações financeiras quanto à evolução do endividamento Líquido de Novos Investimentos para o ano de 2026, bem como no triénio:

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpre 1.º ano		Cumpre Triénio	
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	S	N
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO												
g) Financiamento líquido de novos investimentos	72 078	75 793	79 239	95 686	3 715	3 446	16 447	7 869			N	N

No que respeita ao endividamento, com a estratégia prevista e para garantia da execução dos investimentos previstos e necessários para cumprimento da garantia de serviço, não será possível, no triénio, reduzir o endividamento ou este ficar limitado ao valor máximo de 2%.

No entanto, atendendo a que a AgdA se encontra em fase de investimento, e que as necessidades de financiamento serão garantidas pelo Acionista AdP SGPS, o limite do endividamento deverá ser aferido em termos consolidados pela AdP SGPS, atendendo à relação de grupo.

Sem prejuízo e subjacente a esta estratégia está a realização de investimentos da empresa apenas com recurso a financiamentos comunitários a fundo perdido, procurando mitigar o encargo associado às tarifas. A empresa procurará ainda recuperar todos os ativos convertíveis em tesouraria, nomeadamente no que respeita à dívida de clientes e recuperação de fundos comunitários.

Endividamento (fórmula)	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	11 332 560	15 045 425	11 332 560	12 261 715	15 170 030	19 042 800	929 155	8%
Financiamento remunerado	64 777 260	70 791 016	60 745 342	67 905 358	87 498 974	103 933 958	7 160 017	12%
(-) Novos investimentos com expressão material*		1 704 370	0	4 374 226	23 430 193	27 291 181	4 374 226	
Δ de endividamento (%)		10,54%	-5,30%	5,15%	-1,16%	-6,80%	10,5 p.p.	

* Os Novos investimentos com expressão material são apresentados na página 92 do presente documento.

ALÍNEAS L, M) EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) E PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento e as dívidas a fornecedores estimado para o ano de 2026 calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009.

Em orçamento para 2026 verifica-se a manutenção do prazo médio de pagamento face ao previsto para 2025.

Outros	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	32	31	32	32	32	32	0	0%

A AgdA não prevê a existência de pagamentos em atraso (*arrears*) e apresenta prazos médios de pagamento adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores, pelo que são **acolhidas** as orientações financeiras.

IEPAO	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio	Cumpr. 1.º ano			Cumpr. Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
h) Pagamentos em Atraso (<i>Arrears</i>)	0	0	0	0	0	0	0	0			N/A			N/A

VI. CONTRATO PROGRAMA / CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a AgdA não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, tendo presente o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º, "Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização", propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão / parceria e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Dispõe ainda que:

- As propostas a apresentar devem integrar parâmetros que permitam garantir níveis adequados de satisfação dos utentes, bem como assegurar a respetiva compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;
- Às empresas públicas encarregadas de proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiado a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto;
- As empresas públicas a que se refere o número anterior adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

VII. - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

Conforme resulta do apresentado no Capítulo I, a AgdA executa duas atividades distintas, a saber:

- Atividade de Abastecimento de Água em Alta no SPPIAAlenentejo – suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;
- Atividade de Saneamento de Águas Residuais em Alta no SPPIAAlenentejo – suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;

Dando resposta ao indicado nas *“Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”*; dado que as duas atividades estão sujeitos às regras específicas do referido Contrato de Gestão e Aditamento são exercidos sob tutela setorial, entende-se que toda a atividade da AgdA tem como objetivo proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral - *a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, bem como a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas e o respetivo tratamento e rejeição* - ao longo dos anos de execução do referido contrato.

Neste contexto, as atividades da AgdA têm por objetivos garantir:

- A qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações;
- A acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária;
- Contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário;
- O cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

Atendendo às especificidades do Contrato de Gestão da Empresa, cometidas pelo Parceiros através do Contrato de Parceria, foram definidos um conjunto de indicadores e objetivos de serviço público a que a entidade se encontra sujeita, vertidos também estes nesta proposta de PAO, concretamente no capítulo III e identificados como anexo VI-A do Aditamento ao Contrato de Gestão e que se anexam.

O plano de investimento para os anos de 2026, 2027 e 2028 vai ao encontro da solução técnica constante do contrato de gestão e do EVEF da Parceria, bem como dos desenvolvimentos efetuados na revisão do EVEF para o quinquénio 2026-2030 e seguintes, que se encontram em fase de análise e aprovação pelos Parceiros, e que incluem os contributos de trabalhos desenvolvidos desde 2024.

I. INVESTIMENTO

Os investimentos para 2026, 2027 e 2028 para as infraestruturas e equipamentos associados ao abastecimento de água correspondem à realização dos investimentos programados no qual se inclui a construção de novas infraestruturas e a reabilitação de existentes e têm como objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento de água “em alta” tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos nalgumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas acentuadas nos últimos anos pelo agravamento da situação de seca hidrológica.

Na componente de tratamento de águas residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para responder a situações graves e persistentes de incumprimentos ambientais, com sérios riscos de evolução e reincidência de contencioso comunitário por manifesto incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, agora, no essencial, ao nível de aglomerados mais pequenos, sem prejuízo da necessidade de completar as intervenções em ETAR que se encontravam em processos de contencioso comunitário.

A constante oscilação do preço de aquisição energia, levou-nos a acelerar a concretização do plano de neutralidade energética através da realização de investimentos em Unidades de Produção de Energia para Autoconsumo, que em simultâneo com o desenvolvimento das Comunidades Energéticas (CER) permitirá, num futuro próximo, a produção de energia numa infraestrutura para consumo numa outra, contribuindo para um *payback* mais rápido e conseqüentemente uma autossuficiência.

O quadro seguinte contempla o investimento na construção e remodelações previstas em infraestruturas para os anos de 2026, 2027 e 2028.

Investimento	Real	Estimativa	PAO	Previsão	Previsão	Variação	Variação	Variação	Variação
<i>Unidade: milhões de euros</i>	2024	2025	2026	2027	2028	E25/ R24	O26/ E25	P27 / O26	P28 / P27
Investimento em Abastecimento de Água									
Empreitada	1,794	0,888	12,282	30,955	42,451	-50,51%	1283,23%	152,04%	37,14%
Estudos	0,059	1,153	0,072	0,310	0,033	1859,19%	-93,74%	329,20%	-89,34%
Fiscalização	0,169	0,147	0,477	1,393	1,910	-12,88%	224,10%	192,30%	37,14%
Terrenos	0,062	0,325	0,860	2,167	2,297	100,00%	164,18%	152,04%	6,01%
Assessorias /outros	0,069	0,149	0,239	0,310	0,425	113,94%	60,52%	29,73%	37,14%
Total Investimento em Abastecimento de Água	2,153	2,662	13,929	35,134	47,116	23,66%	423,25%	152,24%	34,10%
Investimento em Saneamento de Águas Residuais									
Empreitada	2,553	3,308	2,826	16,213	19,836	29,57%	-14,56%	473,62%	22,35%
Estudos	0,073	0,863	0,287	0,000	0,045	1088,31%	-66,68%	-100,00%	100,00%
Fiscalização	0,205	0,117	0,112	0,704	0,893	-42,85%	-4,15%	526,49%	26,79%
Terrenos	0,000	0,016	0,136	0,811	0,992	100,00%	768,96%	495,67%	22,35%
Assessorias /outros	0,039	0,024	0,027	0,162	0,198	-38,70%	14,80%	495,67%	22,35%
Total Investimento em Saneamento de Águas Residuais	2,870	4,328	3,390	17,890	21,963	50,81%	-21,68%	427,78%	22,77%
TOTAL	5,022	6,990	17,319	53,024	69,079	39,17%	147,78%	206,17%	30,28%

(*) Não inclui Capitalizações de Encargos, Investimento de Substituição e Integração de Património

2. DESAGREGAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

O quadro seguinte desagrega e calendariza o investimento previsto para o ano de 2026 e seguintes, integrados no Plano de Investimentos do SPPIAAlentejo.

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
1	Adução a Silveiras e Marconi (Via Vendas Novas)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,357	1,211	1,568
2	Reservatório Aguiar (Viana do Alentejo)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,155	0,270	0,425
3	Reservatório da Forca (Vila Alva)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,187	0,680	0,867
4	Reservatório do Moinho e conduta (Cuba)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,583	1,000	1,582
5	Reabilitação do reservatório de Alvito, condutas e EE Horta do Loureiro (Alvito) e reservatório VNB	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,577	0,878	1,455
6	Reabilitação dos Reservatórios, captações e adução a Selmes (Vidigueira), conduta adutora Vidigueira - Alcaria da Serra e Captações de Pedrógão	2027	0,000	0,000	0,000	0,089	2,369	0,000	2,458
7	Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	2026	0,000	0,000	0,683	1,096	0,000	0,000	1,779
8	Reabilitação do Centro Produtor e captações de Terras Frias	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	1,120	1,400	2,520
9	Reabilitação das Captações de Fonte da Telha (Moura)	2026	0,000	0,000	0,060	1,090	0,000	0,000	1,150
10	Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	2026	0,000	0,000	0,220	0,208	0,000	0,000	0,428
11	ETA de S. Teotónio (Odemira)	2026	0,000	0,000	2,500	6,000	5,100	0,000	13,600
12	Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	2027	0,000	0,000	0,000	2,835	17,150	15,015	35,000
13	Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	2026	0,000	0,000	0,326	3,494	1,090	0,000	4,910
14	Expansão em Santiago do Cacém (Reabilitação de SAA - Centro Produtor Vale da Rainha, Furos Escatelares, Reservatório de Romeirinhas)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,720	2,100	2,820
15	Reabilitação do sistema autónomo da Sonega	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,249	0,000	0,249
16	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Interior)	2027	0,000	0,000	0,000	0,002	1,286	0,404	1,692
17	Reabilitação da Adução ao Torrão e aumento da reserva	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,317	0,269	0,587
18	Adução a Vale do Guizo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,300	0,000	0,300
19	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Litoral) - Comporta	2027	0,000	0,000	0,000	0,001	1,033	0,000	1,034
20	Telegestão 2ª fase	2025	0,000	0,146	0,455	0,000	0,000	0,000	0,601
21	Telegestão 3ª fase	2026	0,000	0,000	0,529	1,980	0,000	0,000	2,509
22	Adução a Grândola 2ª Fase	2026	0,000	0,000	0,325	1,168	0,000	0,000	1,493

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
23	Reforço da Fiabilidade de Adução a Beja	<2025	1,320	1,504	1,844	0,000	0,000	0,000	3,348
24	Interligação SAA Vendas Novas - SAA Minutos	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	1,314	5,221	6,535
25	Reforço de Armazenamento a Vendas Novas RA6	2027	0,000	0,000	0,000	0,040	1,500	1,017	2,557
26	Reabilitação SAA Arraiolos (R Arraiolos, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igreja) (Reabilitação captação Gafanhoeira) (Reabilitação captação Vimieiro)	2026	0,000	0,000	0,409	2,072	0,706	0,000	3,188
27	Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	2026	0,000	0,000	0,534	5,537	0,748	0,049	6,867
28	Expansão em Mértola Noroeste 2.ª Fase	2026	0,000	0,000	0,070	1,436	0,000	0,000	1,506
29	Reabilitação 16 reservatórios	2027	0,000	0,000	0,000	0,450	1,900	1,063	3,413
30	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 1ª fase	2025	0,000	0,066	1,158	0,708	0,000	0,000	1,933
31	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 2ª fase	2027	0,000	0,000	0,000	0,515	2,216	7,296	10,027
32	Reabilitação do Sistema Produtor Herdade de Frades	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,115	0,000	0,115
33	Cisterna do Roxo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,400	0,000	0,400
34	Intervenção Barragem Enxoé e Monte Clérigo	2026	0,000	0,000	1,700	0,000	0,000	0,000	1,700
35	Empreitada ligação EDIA-Monte da Rocha	2025	0,000	0,150	0,200	0,000	0,000	0,000	0,350
36	Reabilitação estrutural de Reservatórios (Almograve e S. Francisco da Serra)	2026	0,000	0,000	0,974	0,000	0,000	0,000	0,974
37	Reabilitação estrutural de Reservatórios - 2ª Fase (10 Reservatórios)	2027	0,000	0,000	0,000	2,040	0,960	0,000	3,000
38	Reabilitação da conduta existente na Ponte de Vila Nova de Milfontes	2026	0,000	0,000	0,294	0,196	0,000	0,000	0,490
39	Projeto Sistema de S. Teotónio	<2025	0,030	0,054	0,006	0,000	0,000	0,000	0,059
40	Projeto Sistema de São Teotónio - Adicional I	<2025	0,009	0,025	0,005	0,000	0,000	0,000	0,030
41	Projeto Reforço do Abastecimento a Santiago do Cacém (Escatelares)	2025	0,000	0,084	0,000	0,009	0,000	0,000	0,094
42	Projeto Reforço de adução a Melides	<2025	0,016	0,048	0,000	0,005	0,000	0,000	0,053
43	Projeto Adução a Vale Figueira, S. Francisco da Serra e a St Margarida da Serra (via Melides) e captações	2027	0,000	0,000	0,000	0,065	0,000	0,000	0,065
44	Projeto para Reservatório de Vale Gamito	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015	0,000	0,015
45	Projeto Arranjo de Recintos (Reabilitação de 214 Reservatórios)	2027	0,000	0,000	0,000	0,090	0,000	0,010	0,100
46	Projeto para Armazém de Grândola	2027	0,000	0,000	0,000	0,020	0,000	0,000	0,020
47	Projeto Adução a Alcarias e Conceição	2026	0,000	0,000	0,018	0,000	0,000	0,002	0,020
48	Projeto Sistema Autónomo de São Barnabé	2026	0,000	0,000	0,014	0,000	0,000	0,002	0,015

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
49	Projeto Adução a Santana da Serra	2026	0,000	0,000	0,030	0,000	0,000	0,004	0,034
50	Projeto Reabilitação da captação da Albufeira de Monte Clérigo e adução á ETA da Rabaça	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,018	0,000	0,018
51	Projeto Sede da ETA da Magra	2027	0,000	0,000	0,000	0,075	0,000	0,000	0,075
52	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	<2025	0,663	0,774	0,177	0,155	0,212	0,223	1,541
53	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	<2025	0,338	0,355	0,061	0,155	0,212	0,378	1,161
54	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	<2025	1,095	1,420	0,860	2,167	2,297	2,610	9,354
55	Fiscalização Sistema Guadiana Sul	<2025	0,714	0,827	0,004	0,000	0,000	0,000	0,831
56	Fiscalização Reforço Adução a Beja	<2025	0,112	0,117	0,083	0,000	0,000	0,000	0,200
57	Fiscalização Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	2026	0,000	0,000	0,031	0,049	0,000	0,000	0,080
58	Fiscalização Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	2026	0,000	0,000	0,010	0,009	0,000	0,000	0,019
59	Fiscalização ETA de S. Teotónio (Odemira)	2026	0,000	0,000	0,113	0,270	0,230	0,000	0,612
60	Fiscalização Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	2027	0,000	0,000	0,000	0,128	0,772	0,676	1,575
61	Fiscalização Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	2026	0,000	0,000	0,015	0,157	0,049	0,000	0,221
62	Fiscalização Reabilitação do sistema autónomo da Sonega	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,011	0,000	0,011
63	Fiscalização Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Interior)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,058	0,018	0,076
64	Fiscalização Adução a Vale do Guizo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,014	0,000	0,014
65	Fiscalização Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Litoral) - Comporta	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,046	0,000	0,047
66	Fiscalização Adução a Grândola 2ª Fase	2026	0,000	0,000	0,015	0,053	0,000	0,000	0,067
67	Fiscalização Reabilitação SAA Arraiolos (R Arraiolos, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igreja) (Reabilitação captação Gafanhoeira) (Reabilitação captação Vimieiro)	2026	0,000	0,000	0,018	0,093	0,032	0,000	0,143
68	Fiscalização Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	2026	0,000	0,000	0,024	0,249	0,034	0,002	0,309
69	Fiscalização Expansão em Mértola Noroeste 2.ª Fase	2026	0,000	0,000	0,003	0,065	0,000	0,000	0,068
70	Fiscalizaçãoreabilitação 16 reservatórios	2027	0,000	0,000	0,000	0,020	0,086	0,048	0,154
71	Fiscalização Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 1ª fase	2025	0,000	0,003	0,052	0,032	0,000	0,000	0,087
72	Fiscalização Reabilitação do Sistema Produtor Herdade de Frades	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005	0,000	0,005

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
73	Fiscalização Cisterna do Roxo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,018	0,000	0,018
74	Fiscalização Intervenção Barragem Enxoé	2026	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,002
75	Fiscalização Reabilitação dos Reservatórios, captações e adução a Selmes (Vidigueira), conduta adutora Vidigueira Alcaria da Serra e Captações de Pedrógão	2027	0,000	0,000	0,000	0,004	0,107	0,000	0,111
76	Fiscalização Reabilitação do Centro Produtor e captações de Terras Frias	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,050	0,063	0,113
77	Fiscalização Reservatório da Forca (Vila Alva)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,008	0,031	0,039
78	Fiscalização Reservatório do Moinho e conduta (Cuba)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,026	0,045	0,071
79	Fiscalização Reabilitação do reservatório de Alvito, condutas e EE Horta do Loureiro (Alvito) e reservatório VNB	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,026	0,040	0,065
80	Fiscalização Expansão em Santiago do Cacém (Reabilitação de SAA - Centro Produtor Vale da Rainha, Furos Escatelares, Reservatório de Romeirinhas)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,032	0,095	0,127
81	Fiscalização Reabilitação da Adução ao Torrão e aumento da reserva	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,014	0,012	0,026
82	Fiscalização Reservatório Aguiar (Viana do Alentejo)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,007	0,012	0,019
83	Fiscalização Reabilitação das Captações de Fonte da Telha (Moura)	2026	0,000	0,000	0,003	0,049	0,000	0,000	0,052
84	Fiscalização Adução a Silveiras e Marconi (Via Vendas Novas)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,016	0,055	0,071
85	Fiscalização Reforço de Armazenamento a Vendas Novas RA6	2027	0,000	0,000	0,000	0,002	0,068	0,046	0,115
86	Fiscalização Interligação SAA Vendas Novas - SAA Minutos	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,059	0,235	0,294
87	Fiscalização Empreitada ligação EDIA-Monte da Rocha	2025	0,000	0,007	0,009	0,000	0,000	0,000	0,016
88	Fiscalização Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 2ª Fase	2027	0,000	0,000	0,000	0,023	0,100	0,328	0,451
89	Fiscalização Telegestão 2ª fase	2025	0,000	0,007	0,014	0,000	0,000	0,000	0,021
90	Fiscalização Telegestão 3ª fase	2026	0,000	0,000	0,024	0,089	0,000	0,000	0,113
91	Fiscalização Reabilitação estrutural de Reservatórios (Almograve e S. Francisco da Serra)	2026	0,000	0,000	0,044	0,000	0,000	0,000	0,044
92	Fiscalização Reabilitação estrutural de Reservatórios - 2ª Fase (10 reservatórios)	2027	0,000	0,000	0,000	0,092	0,043	0,000	0,135
93	Fiscalização Conduta existente Ponte VN Milfontes	2026	0,000	0,000	0,013	0,009	0,000	0,000	0,022
94	Projeto Adução a Ribeira da Azenha	2027	0,000	0,000	0,000	0,035	0,000	0,000	0,035
95	Projeto de Reabilitação do Sistema de Grandãos	2027	0,000	0,000	0,000	0,010	0,000	0,000	0,010
Total de Investimento em Abastecimento de Água			4,297	5,584	13,929	35,134	47,116	42,808	144,571

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)									
1	ETAR e sistema interceptor de Cuba	<2025	2,638	2,917	0,094	0,000	0,000	0,000	3,011
2	SAR de Vila Alva	2027	0,000	0,000	0,000	0,021	0,375	0,591	0,986
3	ETAR de Penedo Gordo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	1,512	1,736	3,248
4	SAR S. Luís	2027	0,000	0,000	0,000	0,459	1,690	0,438	2,587
5	Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	2026	0,000	0,000	0,212	1,289	0,000	0,000	1,500
6	SAR de Mimosas	2026	0,000	0,000	0,091	0,386	0,023	0,000	0,500
7	Reabilitação da ETAR de Moura	2026	0,000	0,000	0,600	2,895	1,355	0,150	5,000
8	SAR de Panóias	2027	0,000	0,000	0,000	0,013	0,406	0,775	1,194
9	ETAR de Caborro (Montemor-o-Novo)	<2025	0,866	1,808	0,131	0,000	0,000	0,000	1,939
10	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	<2025	1,300	2,995	0,105	0,000	0,000	0,000	3,100
11	Emissário Marítimo da ETAR de VN Milfontes (Odemira)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,250	0,000	0,250
12	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	2026	0,000	0,000	0,282	1,128	1,046	0,000	2,456
13	SAR Semblana e Graça dos Padrões	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,800	0,000	0,800
14	Reabilitação SAR Vendas Novas (Sistema Elevatório de Vendas Novas)	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,042	1,958	2,000
15	Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo - fase 2	2026	0,000	0,000	0,170	1,280	0,000	0,000	1,450
16	Sistema interceptor de Grândola -Troço em falta	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,050	0,050	0,100
17	ApR ETAR Beja	2026	0,000	0,000	0,061	0,457	0,033	0,000	0,550
18	Grupo N 1 - ETAR Sabóia, ETAR Almogrove, ETAR Cavaleiro, ETAR Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	2026	0,000	0,000	0,250	1,163	1,800	0,612	3,825
19	Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	2026	0,000	0,000	0,367	2,671	1,850	0,000	4,888
20	Grupo N 3 - Beringel, Sta Vitória, Sta Clara do Louredo, Pedrógão, Ervidel, Selmes	2026	0,000	0,000	0,382	3,697	0,272	0,000	4,351
21	Grupo N 4 - Vimieiro, Arraiolos, S P Gafanhoeira	2026	0,000	0,000	0,083	0,506	0,000	0,000	0,588
22	Grupo N 5 - Alvalade, Cercal, SI Santiago, SAR Colos, São Domingos da Serra	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	1,942	0,415	2,357
23	Grupo N 6 - Sta Clara a Nova, Brinches, Aguiar, Jungeiros (Montes Velhos), Corte Pinto, Alcáçovas Sul	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	2,850	2,202	5,052
24	Grupo N 7 - SAR Póvoa de S. Miguel, ETAR N S Neves, ETAR de Sobral da Adiça, ETAR de Salvada/Cabeça Gorda, ETAR de Santo Aleixo de Restauração	2027	0,000	0,000	0,000	0,250	1,250	0,775	2,275

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)									
25	Grupo N 8 - ETAR de Montes Velhos, ETAR de Rio de Moinhos, ETAR de Entradas, ETAR de Baleizão	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	1,101	0,132	1,233
26	Grupo N 9 - ETAR de Pias, ETAR de Ferrenha, SAR de Safara, ETAR de Ficalho, ETAR de Lancheira, ETAR de Serpa, ETAR de Santo Amador	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,797	0,576	1,373
27	Grupo N 10 - Alcáçovas Norte, Igrejinha, Monte Touro, ETAR de Faro do Alentejo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,122	1,160	1,282
28	Grupo N 11 - Aldeia dos Fernandes, Sete, Albernoa	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,150	1,186	1,336
29	Grupo N 12 - Abela, Canal Caveira, Lousal	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,121	1,615	1,736
30	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	<2025	0,082	0,087	0,002	0,000	0,000	0,000	0,089
31	Lote 1 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	<2025	0,024	0,069	0,013	0,000	0,012	0,000	0,093
32	Projeto Lote 1: Sistemas de Transporte de Águas Residuais de Alcácer do Sal e Vendas Novas	<2025	0,012	0,061	0,049	0,000	0,000	0,012	0,123
33	Projeto Lote 2: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Odemira	<2025	0,008	0,038	0,030	0,000	0,000	0,008	0,075
34	Projeto Lote 3: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Almodôvar e Ourique	<2025	0,010	0,049	0,040	0,000	0,000	0,010	0,099
35	Projeto Lote 4: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Cuba, Viana do Alentejo e Vidigueira.	<2025	0,012	0,061	0,049	0,000	0,000	0,012	0,121
36	Projeto Lote 5: Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Viana do Alentejo	<2025	0,010	0,048	0,038	0,000	0,000	0,010	0,096
37	Lote 2 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	<2025	0,038	0,125	0,000	0,000	0,015	0,000	0,139
38	Projeto Estudos e Projeto para Reabilitação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Mimosa	2025	0,000	0,008	0,000	0,000	0,001	0,000	0,009
39	Projeto Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	2025	0,000	0,063	0,007	0,000	0,000	0,000	0,070
40	Lote 3 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	2025	0,000	0,160	0,000	0,000	0,018	0,000	0,177
41	Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 3 (Remodelação da ETAR de Messejana; ETAR, Intercetor e EE SAR de Semblana e Graça de Padrões; ETAR e sistema intercetor de Brunheiras / Foros do Galeado (Odemira))	2026	0,000	0,000	0,045	0,000	0,000	0,006	0,051
42	Projeto SI de Montemor - fase 2	2026	0,000	0,000	0,015	0,000	0,000	0,000	0,015
43	Consultoria área expropriações AR	2025	0,000	0,002	0,014	0,081	0,099	0,138	0,333
44	Fiscalização ETAR Moura	2026	0,000	0,000	0,027	0,130	0,061	0,007	0,225
45	Fiscalização ETAR Escoural	2026	0,000	0,000	0,013	0,051	0,047	0,000	0,111

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)									
46	Fiscalização SAR Vendas Novas	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,088	0,090
47	Fiscalização SI Grândola - Troço em falta	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,002	0,005
48	Fiscalização ApR ETAR Beja	2026	0,000	0,000	0,003	0,021	0,001	0,000	0,025
49	Fiscalização Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	2026	0,000	0,000	0,010	0,058	0,000	0,000	0,068
50	Fiscalização SAR de Mimoso	2026	0,000	0,000	0,004	0,017	0,001	0,000	0,023
51	Fiscalização Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo - fase 2	2026	0,000	0,000	0,008	0,058	0,000	0,000	0,065
52	Fiscalização Obras de remodelação da ETAR e sistema intercetor de São Luís e Ligação Bairro Azul (Odemira) e SAR de Colos	2027	0,000	0,000	0,000	0,021	0,076	0,020	0,116
53	Fiscalização ETAR e sistema intercetor de Penedo Gordo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,068	0,078	0,146
54	Fiscalização SAR de Panóias	2027	0,000	0,000	0,000	0,001	0,018	0,035	0,054
55	Fiscalização SAR Semblana e Graça dos Padres	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,036	0,000	0,036
56	Fiscalização Emissário Marítimo Milfontes	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,011	0,000	0,011
57	Fiscalização SAR Vila Alva	2027	0,000	0,000	0,000	0,001	0,017	0,027	0,044
58	Fiscalização Grupo N1 ETAR Sabóia, ETAR Almogrove, ETAR Cavaleiro, ETAR Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	2026	0,000	0,000	0,011	0,052	0,081	0,028	0,172
59	Fiscalização Grupo N 2 - Garvão, SAR AJustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	2026	0,000	0,000	0,017	0,120	0,083	0,000	0,220
60	Fiscalização Grupo N 3 - Beringel, Sta Vitória, Sta Clara do Louredo, Pedrógão, Ervidel, Selmes	2026	0,000	0,000	0,017	0,141	0,012	0,000	0,170
61	Fiscalização Grupo N 4 - Vimieiro, Arraiolos, S P Gafanhoeira	2026	0,000	0,000	0,004	0,023	0,000	0,000	0,026
62	Fiscalização Grupo N 5 - Alvalade, Cercal, SI Santiago, SAR Colos, São Domingos da Serra	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,087	0,019	0,106
63	Fiscalização Grupo N 6 - Sta Clara a Nova, Brinches, Aguiar, Jungeiros (Montes Velhos), Corte Pinto, Alcáçovas Sul	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,128	0,099	0,227
64	Fiscalização Grupo N 7 - SAR Póvoa de S. Miguel, ETAR N S Neves, ETAR de Sobral da Adiça, ETAR de Salvada/Cabeça Gorda, ETAR de Santo Aleixo de Restauração	2027	0,000	0,000	0,000	0,011	0,056	0,035	0,102
65	Fiscalização Grupo N 8 - ETAR de Montes Velhos, ETAR de Rio de Moinhos, ETAR de Entradas, ETAR de Baleizão	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,050	0,006	0,055
66	Fiscalização Grupo N 9 - ETAR de Pias, ETAR de Ferrenha, SAR de Safara, ETAR de Ficalho, ETAR de Lancheira, ETAR de Serpa, ETAR de Santo Amador	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,036	0,026	0,062
67	Fiscalização Grupo N 10 - Alcáçovas Norte, Igreja, Monte Touro, ETAR de Faro do Alentejo	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005	0,052	0,058
68	Fiscalização Grupo N 11 - Aldeia dos Fernandes, Sete, Albernoa	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,007	0,053	0,060

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 24 Real	Realização até Dez 25 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2028	Valor global previsto
					2026	2027	2028		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)									
69	Fiscalização Grupo N 12 - Abela, Canal Caveira, Lousal	2028	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005	0,073	0,078
70	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	<2025	0,042	0,049	0,014	0,081	0,099	0,136	0,379
71	Terrenos AR	<2025	0,037	0,053	0,136	0,811	0,992	1,375	3,367
Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais			5,078	8,592	3,390	17,890	21,963	16,725	68,560
Total de Investimento			9,375	14,177	17,319	53,024	69,079	59,533	213,131

3. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF)

Os investimentos previstos realizar no triénio 2026 a 2028 e anos seguintes encontram-se previstos no Contrato de Parceria e no Contrato de Gestão e respetivos aditamentos. Os contratos são suportados no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que se encontra anexo a estes, sendo este objeto de revisão quinquenal conforme previsto no respetivo contrato. Atualmente encontra-se em fase de conclusão e aprovação a revisão, porém o investimento previsto integra já as linhas orientadoras e pressupostos para o quinquénio de 2026 a 2030 e seguintes.

Pelo acima exposto, os investimentos previstos em Plano de Atividades e Orçamento de 2026 encontram-se contemplados nos documentos contratuais da Parceria, mostrando-se economicamente sustentáveis.

Importa referir que parte do investimento em curso e planeado para 2026 corresponde a empreitadas já contratualizadas e com financiamento garantido em operações do REACT-EU e ALENTEJO 2030, prevendo-se ainda que as restantes venham a ser financiadas entre 70% a 85% por fundos comunitários, conforme pressuposto subjacente aos contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos.

Cód.	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2026	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante ⁽¹⁾ sim/não	Previsto no EVEF aprovado		
				Fundos Comunitários Programa	Auto-Financiamento (%)	Endividamento (%)		sim/não	Se não: diligências para aprovação?	
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
7	Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	1,779	0,683	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
9	Reabilitação das Captações de Fonte da Telha (Moura)	1,150	0,060	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
10	Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	0,428	0,220	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
11	ETA de S. Teotónio (Odemira)	13,600	2,500	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
13	Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	4,910	0,326	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
20	Telegestão 2ª fase	0,601	0,455	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
21	Telegestão 3ª fase	2,509	0,529	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
22	Adução a Grândola 2ª Fase	1,493	0,325	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
23	Reforço da Fiabilidade de Adução a Beja	3,348	1,844	Alentejo 2030	76%	24%	0%	não	Sim	
26	Reabilitação SAA Arraiolos (R Arraiolos, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igreja) (Reabilitação captação Gafanhoeira) (Reabilitação captação Vímieiro)	3,188	0,409	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
27	Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	6,867	0,534	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
28	Expansão em Mértola Noroeste 2.ª Fase	1,506	0,070	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
30	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 1ª fase	1,933	1,158	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
34	Intervenção Barragem Enxoé e Monte Clérigo	1,700	1,700	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
35	Empreitada ligação EDIA-Monte da Rocha	0,350	0,200	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
36	Reabilitação estrutural de Reservatórios (Almograve e S. Francisco da Serra)	0,974	0,974	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
38	Reabilitação da conduta existente na Ponte de Vila Nova de Milfontes	0,490	0,294	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
39	Projeto Sistema de S. Teotónio	0,059	0,006	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
40	Projeto Sistema de São Teotónio - Adicional I	0,030	0,005	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
47	Projeto Adução a Alcarias e Conceição	0,020	0,018	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
48	Projeto Sistema Autónomo de São Barnabé	0,015	0,014	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
49	Projeto Adução a Santana da Serra	0,034	0,030	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
52	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	1,541	0,177	-	0%	100%	0%	não	Sim	

Cód.	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2026	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante ⁽¹⁾ sim/não	Previsto no EVEF aprovado		
				Fundos Comunitários Programa	(%)	Auto-Financiamento (%)		Endividamento (%)	sim/não	Se não: diligências para aprovação?
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
53	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	1,161	0,061	-	0%	100%	0%	não	Sim	
54	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	9,354	0,860	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	Sim	
55	Fiscalização Sistema Guadiana Sul	0,831	0,004	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
56	Fiscalização Reforço Adução a Beja	0,200	0,083	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
57	Fiscalização Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	0,080	0,031	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
58	Fiscalização Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	0,019	0,010	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
59	Fiscalização ETA de S. Teotónio (Odemira)	0,612	0,113	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
61	Fiscalização Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	0,221	0,015	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
66	Fiscalização Adução a Grândola 2ª Fase	0,067	0,015	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
67	Fiscalização Reabilitação SAA Arraiolos (R Arraiolos, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igrejinha) (Reabilitação captação Gafanhoeira) (Reabilitação captação Vimieiro)	0,143	0,018	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
68	Fiscalização Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	0,309	0,024	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
69	Fiscalização Expansão em Mértola Noroeste 2.ª Fase	0,068	0,003	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
71	Fiscalização Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética 1ª fase	0,087	0,052	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
74	Fiscalização Intervenção Barragem Enxoé	0,002	0,002	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
83	Fiscalização Reabilitação das Captações de Fonte da Telha (Moura)	0,052	0,003	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
87	Fiscalização Empreitada ligação EDIA-Monte da Rocha	0,016	0,009	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
89	Fiscalização Telegestão 2ª fase	0,021	0,014	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
90	Fiscalização Telegestão 3ª fase	0,113	0,024	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
91	Fiscalização Reabilitação estrutural de Reservatórios (Almograve e S. Francisco da Serra)	0,044	0,044	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
93	Fiscalização Conduta existente Ponte VN Milfontes	0,022	0,013	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
Total Investimento em Abastecimento de Água		61,945	13,929							

Cód.	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2026	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾ sim/não	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligências para aprovação?
				Programa	(%)	(%)	(%)			
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)										
1	ETAR e sistema interceptor de Cuba	3,011	0,094	REACT-EU	69%	31%	0%	não	Sim	
5	Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	1,500	0,212	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
6	SAR de Mimososa	0,500	0,091	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
7	Reabilitação da ETAR de Moura	5,000	0,600	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
9	ETAR de Ciburro (Montemor-o-Novo)	1,939	0,131	Alentejo 2030	84%	16%	0%	não	Sim	
10	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	3,100	0,105	Alentejo 2030	83%	17%	0%	não	Sim	
12	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	2,456	0,282	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
15	Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo - fase 2	1,450	0,170	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
17	ApR ETAR Beja	0,550	0,061	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
18	Grupo N 1 - ETAR Sabóia, ETAR Almogrove, ETAR Cavaleiro, ETAR Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	3,825	0,250	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
19	Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	4,888	0,367	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
20	Grupo N 3 - Beringel, Sta Vitória, Sta Clara do Louredo, Pedrógão, Ervidel, Selmes	4,351	0,382	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	não	(*)
21	Grupo N 4 - Vimieiro, Arraiolos, S P Gafanhoeira	0,588	0,083	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
30	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	0,089	0,002	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
31	Lote 1 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	0,093	0,013	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
32	Projeto Lote 1: Sistemas de Transporte de Águas Residuais de Alcácer do Sal e Vendas Novas	0,123	0,049	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
33	Projeto Lote 2: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Odemira	0,075	0,030	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
34	Projeto Lote 3: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Almodôvar e Ourique	0,099	0,040	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
35	Projeto Lote 4: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Cuba, Viana do Alentejo e Vidigueira.	0,121	0,049	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
36	Projeto Lote 5: Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Viana do Alentejo	0,096	0,038	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
39	Projeto Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	0,070	0,007	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
41	Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 3 (Remodelação da ETAR de Messejana; ETAR,	0,051	0,045	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)

Cód.	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2026	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾ sim/não	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento (%)	Endividamento (%)		sim/não	Se não: diligências para aprovação?
				Programa	(%)					
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)										
	Intercetor e EE SAR de Semblana e Graça de Padrões; ETAR e sistema intercetor de Brunheiras / Foros do Galeado (Odemira))									
42	Projeto SI de Montemor - fase 2	0,015	0,015	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
43	Consultoria área expropriações AR	0,333	0,014	-	0%	100%	0%	não	Sim	
44	Fiscalização ETAR Moura	0,225	0,027	-	0%	100%	0%	não	não	(*)
45	Fiscalização ETAR Escoural	0,111	0,013	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
48	Fiscalização ApR ETAR Beja	0,025	0,003	-	0%	100%	0%	não	não	(*)
49	Fiscalização Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	0,068	0,010	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
50	Fiscalização SAR de Mimosa	0,023	0,004	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
51	Fiscalização Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo - fase 2	0,065	0,008	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
58	Fiscalização Grupo N1 - ETAR Saboia, ETAR Almogrove, ETAR Cavaleiro, ETAR Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	0,172	0,011	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
59	Fiscalização Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	0,220	0,017	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
60	Fiscalização Grupo N 3 - Beringel, Sta Vitória, Sta Clara do Louredo, Pedrógão, Ervidel, Selmes	0,170	0,017	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
61	Fiscalização Grupo N 4 - Vimieiro, Arraiolos, S P Gafanhoeira	0,026	0,004	a candidatar	70%	30%	0%	não	não	(*)
70	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	0,379	0,014	-	0%	100%	0%	não	Sim	
71	Terrenos AR	3,367	0,136	a candidatar	70%	30%	0%	não	Sim	
Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais		39,174	3,390							
Total de Investimento		101,119	17,319							

(*) Os investimentos encontram-se integrados na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro em avaliação final e aprovação pela Comissão de Parceria e Acionistas.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 12 MILHÕES DE EUROS OU A 10 % DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2026

Considera-se Investimento relevante ou “com expressão material” o investimento que não figura no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa total prevista seja igual ou superior a 12 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2026, conforme previsto nas IPG 2026.

Para o cálculo deste valor foram considerados os valores do investimento previsional e do orçamento de exploração (CMVMC + FSE + GP + OGO) para 2026, cujo total se cifra em 46,214 milhões de euros.

Cálculo do Valor dos Investimentos Relevantes	Valor(M€) 2026
Investimento ⁽¹⁾	23,648
CMVMC	1,691
FSE ⁽²⁾	12,614
GP ⁽²⁾	8,152
OGPO	0,108
Total	46,214
10% do Orç de Investimento + Orç de Exploração	4,621

⁽¹⁾ O valor inclui os investimentos realizados no âmbito do plano de investimentos, investimentos diretos bem como capitalização de encargos, conforme rédito de construção indicado na DR

⁽²⁾ Ao valor dos FSE e Gastos com Pessoal foi retirado o efeito das capitalizações

No quadro seguinte são identificados os Novos Investimentos incluídos em Plano de Investimentos, com cobertura no EVEF, cuja execução no triénio se prevê superior a 4,621 milhões de euros.

Código	Descrição do Investimento	Atividade	Valor Total	Execução 2026-2028
11	ETA de S. Teotónio (Odemira)	Abastecimento de Água	13,600	13,600
12	Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	Abastecimento de Água	35,000	19,985
13	Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	Abastecimento de Água	4,910	4,910
27	Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	Abastecimento de Água	6,867	6,818
7	Reabilitação da ETAR de Moura	Saneamento de Águas Residuais	5,000	4,850
19	Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	Saneamento de Águas Residuais	4,888	4,888

Constituindo esta entidade gestora o instrumento de implementação do empreendimento resultante da parceria pública-pública entre o Estado e 20 Municípios, e estando em causa, em particular neste ciclo de investimentos, intervenções em infraestruturas de menor dimensão muito dispersas pelo território, solicitamos que o conceito de investimento relevante ou com expressão material se aplique ao universo de intervenções que integram o compromisso contratual do Estado e dos 20 Municípios, constantes do plano inicial de investimentos em infraestruturas, com conseqüente desconsideração para o limiar de endividamento de 2% nos termos da Lei do OE 2025.

Para além do compromisso público, também a maior dispersão e multiplicidade de intervenções de menor valor com sérias dificuldades acrescidas de agregar para enquadrar na definição dos novos investimentos com expressão material, agravada em simultâneo pelo aumento do limiar decorrente de fatores não controláveis como a energia, contribuem para fundamentar o presente pedido, à semelhança do que sucede com as intervenções previstas no plano de neutralidade energética.

A este respeito alerta-se que a combinação do exposto com o quadro económico e financeiro adverso que atravessamos, o sucessivo adiamento da abertura de Avisos para o Portugal 2030, a par da previsível insuficiência de verbas para o cofinanciamento de ações para o setor da Água em alta, esteve subjacente à suspensão temporária da assunção de novos compromissos para a execução dos investimentos previstos desde 2009, circunstância que encaramos com natural preocupação porquanto implica o protelar uma situação de elevada exposição a contencioso ambiental, num momento em que assistimos a uma acréscimo de exigências e uma maior pressão das comunidades com as matérias ligadas ao ambiente e à saúde pública, e se discute um aumento das exigências, com conseqüente exposição a contencioso ambientais a nível comunitário por parte do Estado Português.

O quadro seguinte desagrega o valor dos Novos Investimentos por exercícios:

Investimentos	Notas	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	Unidade	Euros
								2027 Previsão	2028 Previsão
ETA de S. Teotónio (Odemira)	Resiliência	0 €	0 €	0 €	0 €	1 000 000 €	2 500 000 €	6 000 000 €	5 100 000 €
Financiamento comunitário a candidatar		0 €	0 €	0 €	0 €	700 000 €	1 750 000 €	4 200 000 €	3 570 000 €
Autofinanciamento		0 €	0 €	0 €	0 €	300 000 €	750 000 €	1 800 000 €	1 530 000 €
VAL estimado (em €)	13 600 000 €								
Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	Resiliência	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	2 835 000 €	17 150 000 €
Financiamento comunitário a candidatar		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 984 500 €	12 005 000 €
Autofinanciamento		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	850 500 €	5 145 000 €
VAL estimado (em €)	19 985 000 €								
Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e	Resiliência	4 002 €	0 €	0 €	0 €	4 002 €	325 602 €	3 494 040 €	1 089 908 €

Investimentos	Notas	2025 PAO	2025 Estimativa	1.ºT2026 Previsão	2.ºT2026 Previsão	3.ºT2026 Previsão	4.ºT2026 Previsão	Unidade	Euros
								2027 Previsão	2028 Previsão
Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)									
Financiamento comunitário a candidatar		2 801 €	0 €	0 €	0 €	2 801 €	227 921 €	2 445 828 €	762 936 €
Autofinanciamento		1 201 €	0 €	0 €	0 €	1 201 €	97 681 €	1 048 212 €	326 972 €
VAL estimado (em €)	4 909 550 €								
Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduto Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	Resiliência	8 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	534 083 €	5 536 601 €	747 503 €
Financiamento comunitário a candidatar		5 600 €	0 €	0 €	0 €	0 €	373 858 €	3 875 621 €	523 252 €
Autofinanciamento		2 400 €	0 €	0 €	0 €	0 €	160 225 €	1 660 980 €	224 251 €
VAL estimado (em €)	6 818 187 €								
Reabilitação da ETAR de Moura	Cumprimento Legal	817 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	600 000 €	2 895 000 €	1 355 000 €
Financiamento comunitário a candidatar		571 900 €	0 €	0 €	0 €	0 €	420 000 €	2 026 500 €	948 500 €
Autofinanciamento		245 100 €	0 €	0 €	0 €	0 €	180 000 €	868 500 €	406 500 €
VAL estimado (em €)	4 850 000 €								
Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	Cumprimento Legal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	366 881 €	2 670 702 €	1 850 000 €
Financiamento comunitário a candidatar		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	256 817 €	1 869 491 €	1 295 000 €
Autofinanciamento		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	110 064 €	801 211 €	555 000 €
VAL estimado (em €)	4 887 583 €								
Total investimento		829 002 €	- €	- €	- €	1 004 002 €	4 326 566 €	23 431 343 €	27 292 411 €
Total financiamento		829 002 €	- €	- €	- €	1 004 002 €	4 326 566 €	23 431 343 €	27 292 411 €

5. MEMÓRIA DESCRITIVA DOS NOVOS INVESTIMENTOS, PLANO FINANCEIRO PLURIANUAL, OBJETIVOS A ATINGIR E INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

O Plano de Investimentos tem como finalidade a resolução de problemas há muito identificados na região do SPPIAAlenentejo. A sua execução tem por objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento “em alta” tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos em algumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas. Na componente de tratamento de águas residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para a consolidação da resolução de situações de contencioso comunitário e de efetivo incumprimento da legislação comunitária e nacional, que tem culminado no incremento do número de processos de contraordenação.

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos e realizados no âmbito dos contratos de parceria celebrados entre o Estado Português e o conjunto de Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir um sistema integrado, o SPPIAAlenentejo, compostos por vários sistemas, num quadro global de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, uma vez que está subjacente à parceria a promoção do desenvolvimento e coesão e solidariedade de todo o vasto território, que remetem para mecanismos de subsídio cruzada característico destes serviços de infraestruturas críticas essenciais. A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes e de quaisquer outros se encontra assegurada de forma global nos próprios contratos de parceria e de gestão, suportados no EVEF que os acompanha e onde estão previstos os investimentos e as respetivas formas de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus” com incentivos à eficiência, permitirão assegurar a sua sustentabilidade.

Assim, seguidamente, será apresentada a memória descritiva dos Novos Investimentos bem como os objetivos que se pretendam alcançar com a sua execução:

👉 **ETA de S. Teotónio (Odemira), no montante de 13,600M€**

O sistema de Santa Clara é constituído atualmente por diversas Estações de Tratamento de Água (ETA) que captam diretamente nos canais dos regantes, cada um destes com uma solução de tratamento local. A nova ETA de S. Teotónio, conjugada com o sistema de condutas a construir a jusante, irá permitir agregar os subsistemas de Odemira, Fataca, Zambujeira do Mar e Brejão num único subsistema com o mesmo nome que a ETA.

Sendo a origem de todo este sistema a Albufeira de Santa Clara, a ETA irá ter a capacidade de captar diretamente nos canais de rega da Associação de Beneficiários do Mira, estando, no entanto, em fase de estudo soluções alternativas com maior fiabilidade e resiliência do ponto de vista da adução de água bruta.

A ETA será dimensionada para um regime de funcionamento de 20 horas e um caudal máximo horário de 300 m³/h.

Localização e delimitação do terreno de implantação da ETA de São Teotónio:



Indicadores:

- Número de ETA a construir: 1
- População Residente Servida com melhoria de qualidade de água: 11.132

Concelho	Localidade	População residente (censos 2021)
Odemira	Odemira/Boavista dos Pinheiros	4 873
Odemira	Brejão	1 095
Odemira	Cavaleiro/Fataca/Malavado	924
Odemira	Zambujeira do Mar	854
Odemira	São Teotónio	3 386

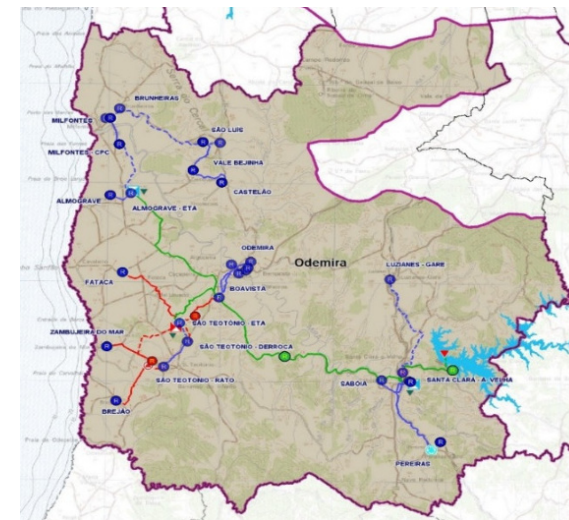
➤ Captação e conduta de Santa Clara para Odemira, no montante de 35,000M€

Pretende-se com a “Empreitada de Construção da Captação e Adução do Sistema de Santa Clara” criar uma captação como origem do Sistema, diretamente na Albufeira de Santa Clara, passando a responsabilidade de gestão, controlo e operação da captação e adução apenas para a AgdA.

Captada a água na albufeira esta é elevada para um reservatório de transição a partir do qual será construído um sistema de condutas que transportam de forma gravítica a água bruta até às ETA dos 3 grandes subsistemas de Santa Clara (SAA de Almogrove, SAA de São Teotónio e SAA de Santa Clara).

Esta empreitada está interligada à “Empreitada de Conceção Construção da ETA de S. Teotónio” e à “Empreitada de Adução do Sistema de S. Teotónio” uma vez que estas empreitadas serão responsáveis pela otimização deste sistema com implementação do subsistema de S. Teotónio, e que irá englobar os subsistemas de Odemira, Fataca, Zambujeira do Mar e Brejão que atualmente captam diretamente dos canais de rega.

Com este investimento os 7 subsistemas atuais do SAA de Santa Clara serão agregados em 3 subsistemas abastecidos diretamente da Albufeira de Santa Clara, sem necessidade de recorrer às infraestruturas de rega.



Indicadores:

- Km de Condutas a construir: 58,336
- Nº de Reservatórios: 2
- Nº de EE: 1 (captação na albufeira)
- População Residente Servida com melhoria de qualidade de água: 19.594

Concelho	Subsistema	População residente (censos 2021)
Odemira	Santa Clara	969
Odemira	São Teotónio	11 132
Odemira	Almogrove	7 493

➤ **Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2), no montante de 4,910M€**

Atualmente o abastecimento de água aos pontos de entrega Odemira, Boavista dos Pinheiros, São Teotónio, Brejão, Zambujeira do Mar e Fataca, Cavaleiro e Malavado implica a operação e manutenção de 5 estações de tratamento de água, com necessidades de reabilitação e as respetivas necessidades de conservação. Neste enquadramento e tendo em consideração os custos de exploração deste número de instalações a AgdA desenvolveu estudos para a definição e localização de uma solução de tratamento única.

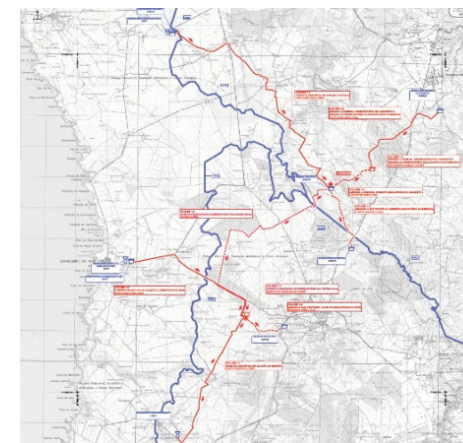
Neste pressuposto as soluções a desenvolver assentam na concentração de todo o volume dos sistemas de Odemira, Boavista dos Pinheiros, São Teotónio, Brejão, Zambujeira do Mar e Fataca, Cavaleiro e Malavado na futura ETA de São Teotónio (infraestrutura fora do âmbito deste projeto), e a construção das seguintes infraestruturas de adução:

- Condutas elevatórias entre a ETA de S. Teotónio e os reservatórios: do Carapeto e da Fontelhinha;
- Condução elevatória entre os reservatórios do Carapeto e Derroca;
- Condução gravítica entre a ETA de S. Teotónio e o reservatório da Fataca;
- Condução gravítica entre o reservatório da Fontelhinha e o reservatório da Zambujeira do Mar;
- Condução gravítica para o reservatório de Boavista dos Pinheiros/Odemira;
- Condução elevatória entre o reservatório da Fontelhinha e o reservatório do Brejão.
- Construção da nova EE de Fontelhinha, na câmara de carga do reservatório, para elevação para o reservatório do Rato;
- Reservatórios novos do Carapeto e Fontelhinha;

Solução proposta para o sistema de adução a São Teotónio:

Indicadores:

- Km de Condutas a construir: 36,344
- Nº de Reservatórios: 2
- Nº de EE: 1
- População Residente Servida com melhoria de qualidade de água:



Concelho	Localidade	População residente (censos 2021)
Odemira	Odemira/Boavista dos Pinheiros	4 873
Odemira	Brejão	1 095
Odemira	Cavaleiro/Fataca/Malavado	924
Odemira	Zambujeira do Mar	854
Odemira	São Teotónio	3 386

➤ **Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural, no montante de 6,867M€**

O sistema de Abastecimento de Água de Montemor-o-Novo, inclui-se no designado Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minutos, e destina-se a servir os concelhos de Montemor e Arraiolos. É um sistema que atualmente tem por origens várias captações subterrâneas, sem grande garantia de disponibilidades e ainda não interligadas entre si, o que confere uma grande fragilidade a este sistema.

Preconiza-se uma solução integrada, mais robusta, integrando outras origens mais fiáveis, subterrâneas e superficiais, atualmente em desenvolvimento, mas no curto prazo é necessário tomar medidas mitigadoras, urgentes, que passam por melhorar os sistemas de captação de águas subterrâneas existentes, em particular no que à cidade de Montemor-o-Novo diz respeito.

Face a um melhor conhecimento e maturidade na operação destes sistemas de abastecimento, foram revistos os valores de investimento previstos, por forma a garantir a fiabilidade e resiliência dos sistemas.

Para além da sede de concelho, é ainda igualmente preocupante a situação da povoação de Santiago do Escoural, servida por um sistema autónomo, com captações de muito baixa produtividade, e que recentemente, face ao período de seca que atravessámos, já se está a manifestar episodicamente insuficiente para suprir as necessidades da população, tendo sido procuradas localmente captações alternativas, mas sem sucesso.

Neste concelho, a cidade de Montemor-o-Novo apresenta uma grande fragilidade no seu sistema de abastecimento. Ainda que possua 3 centros produtores (Cavaleiro, Amoreira da Torre e Senhora da Visitação), as baixas produtividades ou a falta de qualidade, em alguns, bem como a falta de interligação entre eles, não permite uma verdadeira resiliência no abastecimento à cidade, o que está a ter graves consequências na garantia do abastecimento às populações.

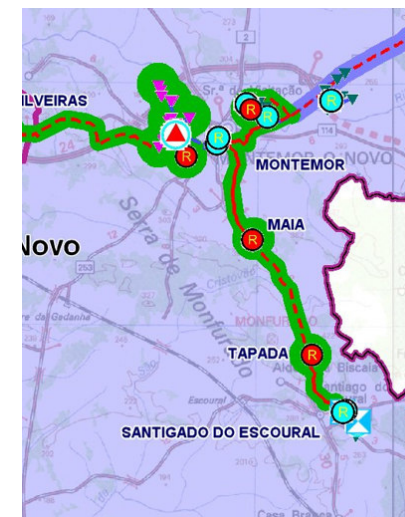
Neste projeto está incluída a reabilitação da Estação Elevatória do Centro Produtor de Cavaleiro, uma nova conduta adutora do Centro Produtor de Amoreira da Torre, a reabilitação do reservatório do Castelo e a reabilitação das captações subterrâneas.

Está ainda prevista a construção de uma adutora a Santiago do Escoural, para suprir os graves problemas de falta de água existentes, face à fraca produtividade das captações locais, reforçando-as com uma ligação aos centros produtores de Montemor-o-Novo.

Na figura apresentam-se as várias infraestruturas a intervir.

Indicadores:

- População residente (censos de 2021), com melhoria da garantia de abastecimento de água: Montemor-o-Novo e Santiago do Escoural - Objetivo (8356+807) 9163 habitantes
- km de condutas a construir: 31.700
- Nº de Reservatórios a construir: 3
- Nº de EE a construir: 1
- Nº de EE a reabilitar: 2



➤ Reabilitação da ETAR de Moura, no montante de 5,000M€

A atual ETAR de Moura, construída nos inícios dos anos 90, segundo um sistema de biomassa fixa materializado num leito percolador, tem apresentado ao longo do tempo avarias sucessivas dos vários equipamentos e em particular do sistema de distribuição do efluente ao percolador, que tem conduzido a longos períodos de incumprimentos dos parâmetros definidos no normativo de descarga. Por forma a assegurar a eficiência exigida para esta instalação, a AgdA tem em estudo uma solução que permite resolver os incumprimentos dotando a instalação das condições técnicas que permitam fazer face às atuais afluências e cumprindo os requisitos definidos no PIP.

Indicadores:

- Nº de ETAR a reabilitar: 1
- A população abrangida por esta instalação é de 7064 habitantes residentes (Censos 2021).

➤ Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros, no montante de 4,888M€

No grupo N2 encontram-se identificadas um conjunto de instalações de saneamento nos concelhos mais centrais da área de intervenção da AgdA, nomeadamente, os concelhos de Aljustrel, Ourique e Alcácer do Sal.

As infraestruturas atualmente em exploração, apresentam graves problemas de funcionamento e perda da eficiência de tratamento, por obsolescência das instalações e por falta de capacidade para tratar os efluentes recebidos.

O SAR de Aljustrel envolve a intervenção em 4 Pequenas Instalações de Tratamento de Águas Residuais (PITAR) que apresentam um registo de frequentes avarias nos equipamentos instalados, que têm sido de cada vez mais difícil reparação face ao obsoletismo da instalação e falta de equipamentos de substituição, estando desde há muito identificadas diversas necessidades de intervenção.

Sobre as instalações do concelho de Ourique, e visto que em ambas as localidades o tratamento do saneamento é assegurado por diversas PITAR, a solução técnica irá permitir a recolha e transporte dos efluentes gerados nestas duas localidades em duas ETAR bem como a remodelação dos respetivos sistemas interceptores.

Em Alcácer do Sal, a ETAR do Torrão foi dimensionada em 1977 para servir a população desta freguesia, cujo tratamento biológico consiste num sistema de tratamento por biomassa fixa através de leitos percoladores. Estruturalmente, esta infraestrutura encontra-se bastante degradada dada a sua idade, facto que associado ao próprio esquema de tratamento da

ETAR não permite garantir o cumprimento dos valores limite de emissão da licença de rejeição de águas residuais. As intervenções preconizadas para esta ETAR têm como objetivo inverter a atual situação melhorando a qualidade do efluente rejeitado, que aflui à albufeira da barragem de Vale do Gaio.

Indicadores:

- Nº de ETAR a reabilitar/contruir: 7
- A população associada a este lote, apresenta-se na tabela seguinte:

Concelho	Localidade	População residente (censos 2021)
Aljustrel	Aljustrel	4 545
Alcácer do Sal	Torrão	1 494
Ourique	Garvão	518
Ourique	Aldeia de Palheiros	314

6. PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Atendendo à criticidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do SPPIA Alentejo, quer em termos de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes rejeitados quer em termos de fiabilidade, os investimentos em curso e previstos realizar no triénio 2026 a 2028 encontram-se parcialmente candidatados e aprovados pelo REACT-EU e Alentejo 2030, importando realçar outros instrumentos financeiros orientados para a recuperação e resiliência, onde se inserem grande parte das intervenções previstas, incluindo o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, previsto no Despacho n.º 444/2020, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e da Secretária de Estado do Turismo, ainda em fase de aprovação. A este respeito referir que foi prevista uma taxa média de comparticipação comunitária de 70%, pressuposto subjacente aos contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos.

Importa referir que nas operações já contratualizadas com o REACT-EU e Alentejo 2030, encontram-se definidas as metas para cada projeto, sendo de destacar a melhoria dos sistemas em termos de quantidade e qualidade, bem como o aumento de cobertura e disponibilidade de serviço, sendo imprescindível a sua execução face a situações de escassez de recursos e degradação da qualidade em algumas das origens que suportam os sistemas de abastecimento de água. É ainda de referir que os investimentos em infraestruturas de saneamento correspondem a investimentos necessários para resolução de situações de contencioso ou pré-contencioso comunitário, ou de efetivo risco de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, para além dos sérios riscos de contencioso ambiental a nível nacional como atesta o importante histórico, circunstância particularmente crítica, reforçada com as preocupações neste domínio após a situação de pandemia. atual situação de pandemia veio reforçar as preocupações neste domínio.

Para o planeamento do investimento, foi elaborada uma análise de risco para priorização cuja metodologia avalia as consequências da não realização dos investimentos e a probabilidade de essas virem a ocorrer.

Relativamente às consequências, consideram-se as seguintes dimensões:

- Qualidade da água (tratamento AA);
- Quantidade de água
- Impacto ambiental (tratamento e descargas AR);
- Continuidade de serviço (falhas de serviço AA/AR);
- Eficiência (energia, controlo de perdas e afluências indevidas, processos internos);
- Condição de infraestruturas;
- Proteção e segurança dos trabalhadores e terceiros;
- Reputação;
- Cumprimento legal;

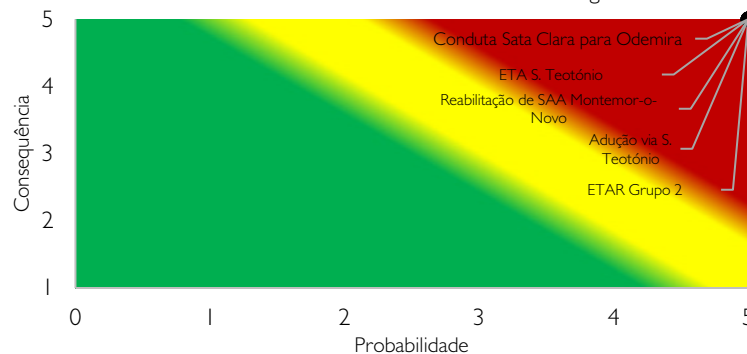
No que diz respeito à probabilidade, a escala de avaliação é a seguinte:

P (Provisões)	FL (Futuro – Longo Prazo)	FC (Futuro – Curto Prazo)	A (Atual)	AP (Atual Prioritário)
1	2	3	4	5
(∞)	≥ 3 anos	[1 a 3 anos[[Atual/ < 1 ano[[Atual/ < 1 ano[, identificado como prioritário

Atendendo ao facto do plano de investimentos para o triénio de 2026 a 2028 ser elevado, foram selecionados os cinco maiores investimentos da AgdA no triénio, designadamente: Captação e Condução de Santa Clara para Odemira; ETA de S. Teotónio (Odemira), Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Condução Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural, Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2) e Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros para os quais a seguir se apresenta a matriz de análise de risco para priorização.

Cód.	Designação do investimento	Desig. reduzida	Estimativa da população servida	Estimativa do valor total da empreitada	Motivo - Justificação do investimento	Implicações	Temporalidade do impacto	Impacto	Probabilidade	Consequência	Risco
12	Captação e Conduta de Santa Clara para Odemira	Conduta Sata Clara para Odemira	19 594	35,000	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade e quantidade identificados como críticos na área abrangida	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
11	ETA de S. Teotónio (Odemira)	ETA S. Teotónio	11 132	13,600	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade e quantidade identificados como críticos na área abrangida	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
27	Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	Reabilitação de SAA Montemor-o-Novo	9 163	6,867	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade e quantidade identificados como críticos na área abrangida	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
13	Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	Adução via S. Teotónio	11 132	4,910	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade e quantidade identificados como críticos na área abrangida	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
19	Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	ETAR Grupo 2	6 871	4,888	Processos de contencioso	Impacto Ambiental e Cumprimento Legal	Atual prioritária	Cumprimento Legal	5	5	25

Análise de risco dos investimentos da Agda



7. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

O quadro seguinte contempla o financiamento do investimento previsto para o triénio de 2026 a 2028, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAI Alentejo).

Financiamento do Investimento <i>Unidade: M€</i>	Real 2024	Estimativa 2025	Orçamento 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Variações			
						O26 / R24	O26 / EF25	P27 / O26	P28 / P27
BEI	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	0%	0%	0%
Banca Comercial / Acionista	0,000	1,918	7,457	7,547	8,614	100%	289%	119%	12%
Fundos Comunitários	5,022	5,072	8,933	33,807	46,955	78%	76%	278%	39%
Autofinanciamento	0,000	0,000	0,000	8,762	9,638	0%	0%	0%	0%
Capital Próprio	0,000	0,000	0,929	2,908	3,873	0%	100%	213%	33%
TOTAL	5,022	6,990	17,319	53,024	69,079	245%	148%	206%	30%

É expectável que o investimento previsto para o triénio 2026 a 2028 seja financiado maioritariamente pela obtenção de fundos comunitários, parcialmente contratados e que se esperam vir a candidatar no âmbito do quadro comunitário em curso, pela recuperação de créditos vencidos, pela gestão centralizada da tesouraria do Grupo AdP, dos empréstimos da banca comercial e consequente otimização às necessidades das suas empresas e pelo aumento do Capital Social previsto na revisão do EVEF da Parceria no período em referência.

Endividamento Financeiro Total (bruto) <i>Unidade: M€</i>	Real 2024	Estimativa 2025	Orçamento 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Variações			
						O26 / R24	O26 / EF25	P27 / O26	P28 / P27
BEI	40,000	39,355	38,065	36,129	33,548	-5%	-3%	-5%	-7%
Banca Comercial	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	0%	0%	0%
Financiamento Grupo AdP	24,777	21,391	29,841	51,370	70,386	20%	40%	72%	37%
TOTAL	64,777	60,745	67,905	87,499	103,934	5%	12%	29%	19%

VIII. - QUADRO SÍNTESE COM AS AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento às “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. vem apresentar a síntese das autorizações requeridas ao longo do presente documento, solicitando a respetiva análise e ficando na expectativa de decisão favorável para esses pedidos:

Nº	Ano	Tipo	Autorizações Necessárias	Âmbito	Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
Recursos Humanos							
1	2026	Recursos Humanos	Pedido de autorização para aumento do headcount em 28 trabalhadores a que corresponde o encargo em 2026 de 678 293€ e em 2027 e seguintes de 1 072 075€	Princípio Financeiro (Eficiência Operacional) & (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	Alínea c) do ponto 3.4 das IEPAO 2026-2028	Pág.35 e seguintes
2	2026	Conferir competência ao Conselho de Administração para substituição de trabalhadores	Assegurar a competência conferida ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade			Nº3 do art.139 do DLEO 2025 (DL nº13-A/2025, de 10 de março)	Pág.39
3	2026	Conferir competência à Administração para substituição de trabalhadores	Assegurar a competência conferida ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para autorização para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos			Nº9 do art.139 do DLEO 2025 (DL nº13-A/2025, de 10 de março)	Pág.39
Gastos com Pessoal							
4	2026	Gastos com Pessoal	Pedido de autorização para o gasto com o aumento de <i>Headcount</i> a que corresponde o encargo em 2026 de 678 293€ e em 2027 e seguintes de 1 072 075€	Princípio Financeiro (Eficiência Operacional) & (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	Alínea c) do ponto 3.4 das IEPAO 2026-2028	Pág.40 e seguintes
5	2026	Gastos com Pessoal	Pedido de autorização para a valorização da massa salarial em 2026, de 4,6%, ao abrigo do Acordo de Rendimentos Plurianual que inclui as Progressões (impacto de 310.739 euros)	Princípio Financeiro (Eficiência Operacional) & (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	-Código do Trabalho - Acordo de médio prazo para A melhoria dos rendimentos dos salários e da competitividade - Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo AdP	Pág.42
6	2026	Gastos com Pessoal	Pedido de autorização para as reclassificações ao abrigo da cláusula 21ª do ACT (impacto de 13.990 euros)	Princípio Financeiro (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	-Código do Trabalho - Acordo de médio prazo para A melhoria dos rendimentos dos salários e da competitividade - Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo AdP	Pág.42 e 43

Nº	Ano	Tipo	Autorizações Necessárias	Âmbito	Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
7	2026	Gastos com Pessoal	Pedido de autorização para promoção de 2 trabalhadores por Ato de Gestão (impacto de 20.955 euros)	Princípio Financeiro (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	- Código do Trabalho - Política Remuneratória do Grupo	Pág.43 a 45
8	2026	Gastos com Pessoal	Pedido de autorização para o ajustamento relativamente a 12 nomeações e atribuição de subsídios em funções de comissões de serviço (impacto de 73.639 euros)	Princípio Financeiro (Gastos Operacionais)	Capítulo IV - Recursos Humanos	-Código do Trabalho - Acordo de médio prazo para A melhoria dos rendimentos dos salários e da competitividade - Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo AdP	Pág.43 a 45
9	2026	Gastos Operacionais	Pedido de autorização para o ajustamento após atualização ao IHPC, no valor de 1,629.994 euros. Apesar dos gastos operacionais, estimados no PAO26, corrigidos da totalidade das disposições legais e dos efeitos de comparabilidade, serem superiores ao estimado para 2025, a empresa gera em 2026 volume de negócios capaz de fazer face ao crescimento destes gastos, acomodando a orientação (ponto 2.2 das IEPAO 2026).	Princípio Financeiro (Gastos Operacionais)	Capítulo V, Ponto 3, Alínea b)	Ponto 3.2 das IEPAO 2026-2028	Pág. 62
Endividamento							
10	2026	Endividamento superior a 2% em termos individuais	Não obstante a demonstrada capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros, encontrando-se a empresa em relação de Grupo, a evolução do endividamento deve ser aferida em termos consolidados	Princípio Financeiro (Endividamento)	Capítulo V, Ponto 3, Alínea k)	Ponto 5 das IEPAO 2026-2028	Pág. 74
Frota Automóvel							
11	2026	Frota Automóvel	Pedido de autorização para o aumento da frota automóvel em 22 viaturas para manter a capacidade de desenvolver a atividade numa área de abrangência de 17% do território nacional continental e elevada dispersão de infraestruturas	Princípio Financeiro (Aquisição ou locação de veículos para a frota operacional)	Capítulo V, Ponto 3, Alínea d), subalínea ii - Frota automóvel	Ponto 3.3 das IEPAO 2026-2028	Pág. 67 e 68

IX. - CONCLUSÕES

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026 foi elaborado com as melhores previsões, estimativas e informações à data e com base nas orientações constantes das *“Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos das empresas públicas do Sector Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”*, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em cumprimento do n.º 6, do art.º 39, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e também com base na Lei 82/2023, de 29 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro.

Com base no exposto, o Conselho de Administração irá propor aos acionistas que aprovem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026.

Beja, novembro de 2025

Assinado por: **DIOGO MARIA PARREIRA CABRAL CRUZ**
 NASCIMENTO
 Num. de Identificação: 10177263
 Data: 2025.11.03 16:36:27+00'00'
 Certificado por: SCAP
 Atributos certificados: Presidente de Órgão de Administração de
 AGDA - ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A. (NAT
 PT-509133843)

Diogo Nascimento
 (Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **Jorge Paulo Colaço Rosa**
 Num. de Identificação: 09627143
 Data: 2025.11.04 10:25:48+00'00'

Jorge Rosa
 (Vice- Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **Patrícia Alexandra Dias Brito Palma**
 Num. de Identificação: 10544188
 Data: 2025.11.04 14:06:52+00'00'

Patrícia Palma
 (Vogal do Conselho de Administração)

X. - ANEXOS

Anexo I

Fundamentação para a contratação de trabalhadores:

I Técnico Superior / Coordenador | Apoio Jurídico / Secretário da Sociedade

A multiplicação de assuntos que carecem de acompanhamento jurídico, conjugada com a necessidade de acompanhar o, cada vez maior, contencioso de forma mais direta, com cada vez mais deslocações a tribunais, torna muito difícil, para uma só pessoa, assegurar todos os serviços e, ainda, dar respostas em tempo útil.

Atenta a dimensão da AgdA, entende-se que existe a necessidade, no mínimo, da contratação de mais um Técnico Superior Jurídico que acumule a coordenação do departamento pois a multiplicidade de assuntos jurídicos a tratar, conjugados com um contencioso cada vez mais exigente, aconselham à existência de uma equipa jurídica.

As exigências de trabalho atuais implicam, necessariamente, um acumular de atrasos nas respostas a que o único trabalhador existente está obrigado, em especial na função de Secretário da Sociedade, decorrente do elevado número de reuniões a secretariar (Comissões Executivas semanais e Conselhos de Administração mensal, a que acrescem as reuniões da Comissão de Parceria) com algum atraso na análise jurídica de informações a ser submetidas às reuniões e, posteriormente, com o envio das deliberações de CE, para seguimento pelas direções/coordenações/áreas, atenta a periodicidade das reuniões, bem como o acumular de alguns atrasos na produção de atas.

Acresce ser de referir que o agudizar do contencioso, em especial o contraordenacional, com prazos processuais perentórios a cumprir, obriga à priorização dos assuntos, onde os que implicam prazos legais, naturalmente, ganham sobre os que não têm essa particularidade.

Atento o exposto, o Técnico Superior Jurídico existente ao acumular as funções de Gabinete Jurídico-Legal e de Secretário da Sociedade, sendo, simultaneamente, o único advogado que representa a empresa em juízo em praticamente todo o contencioso existente, acompanhando 58 processos, não sendo possível garantir isoladamente uma resposta atempada a todas as solicitações.

A existência de uma pequena equipa jurídica, permitiria, para além de contribuir para um plano sucessório, uma distribuição dos assuntos, o que levaria a uma resposta mais célere às solicitações, apresentando como mais-valia, face às contratações de apoios jurídicos externos, além de um custo inferior, a fixação de *know how* na empresa.

Por outro lado, a existência de uma equipa jurídica (com a valência de advocacia) também permitiria distribuir o contencioso, o qual, excluindo os processos confiados à GLC, continua a ser assegurado, na fase de julgamento, exclusivamente pelo Técnico Superior Jurídico existente, permitindo procurações conjuntas ou substabelecimentos, que trazem segurança acrescida à empresa, uma vez que, em caso de algum impedimento, ou infortúnio, existe outro advogado habilitado a continuar com os assuntos, o que não acontece agora.

I Técnico Superior / Coordenador | Sistemas de Informação e Digitalização

Atualmente, a área de Sistemas de Informação e Digitalização conta apenas com dois técnicos superiores, responsáveis por garantir a operacionalidade de todas as dimensões tecnológicas da empresa.

O seu leque de funções inclui: Helpdesk e suporte direto a todos os trabalhadores; configuração e manutenção de computadores, portáteis, telemóveis e outros equipamentos informáticos; gestão e manutenção dos servidores Windows e Linux; administração do servidor de ficheiros, Active Directory (AD) e print server; gestão de impressoras e consumíveis (instalação, manutenção, stocks e pedidos de compras); monitorização e configuração da firewall e das políticas de segurança; configuração e gestão da rede Wi-Fi; administração da central telefónica e dos telefones; gestão de backups, permissões, acessos e controlo de acessos a pastas e sistemas; gestão de licenças de software e atualização de equipamentos; gestão de pedidos de compras e de faturas de equipamentos informáticos.

Esta sobrecarga operacional compromete o desenvolvimento de áreas fundamentais para a empresa como a implementação da norma ISO 27001 (referencial internacional para a gestão da Segurança da Informação), desenvolvimento de procedimentos alinhados com a diretiva NIS2 na área da cibersegurança, da área de programação e desenvolvimento, e a implementação de melhorias essenciais, na componente informática, para a modernização continua da empresa.

A contratação de um coordenador de Sistemas de Informação permitirá aumentar o headcount da equipa de SI na AgdA para 3 técnico superiores potenciando a integração de novos processos nas funções desempenhadas pela equipa, indo ao encontro de áreas estratégicas e essenciais para o desenvolvimento e segurança digital na empresa (certificação na área da informática, cibersegurança e projetos de programação e desenvolvimento);

Permitir uma melhoria na gestão dos processos na área tecnológica e de serviços informáticos promovendo: 1) uma melhor gestão da equipa; 2) aumento de eficiência no planeamento e distribuição das tarefas; 3) uma interligação mais efetiva com as áreas operacionais e de suporte (ex: o levantamento detalhado dos processos internos junto das várias direções e departamentos (GO, DEA, RH, Operação, Compras, etc.); 4) junto dos utilizadores a adoção de boas práticas de segurança, integrando formações e ações regulares para reduzir riscos (ex: phishing, acessos indevidos, partilha de passwords); 5) o desenvolvimento de projetos de digitalização de processos documentais, automatizando aprovações, registos e pedidos internos, reduzindo significativamente o uso de papel e os emails dispersos; 6) a implementação de ferramentas colaborativas com a integração de workflows digitais em toda a empresa; 7) garantir processos mais robustos, automatizados, auditáveis, transparentes e alinhados com o Plano Estratégico dos Sistemas de Informação.

I Técnico Superior | Sustentabilidade Empresarial

O Departamento de Sustentabilidade Empresarial (DSE) tem um papel estratégico na integração de preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG) no modelo de negócio, avaliação e redução de riscos, geração de valor de longo prazo e propostas de medidas que respondam às expectativas de clientes, acionistas e reguladores.

A estas obrigações, acresce a necessidade de alargar o âmbito da certificação em Ambiente, Segurança e Energia (no Sistema de Gestão da Qualidade já estão todas as infraestruturas), para além de assegurar a certificação em outras normas como a segurança de sistemas de informação, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, gestão de ativos, a que se junta o reporte (interno, AdP, ERSAR), controlo interno de processos, *compliance*, entre outros.

Não menos relevante é a área geográfica da AgdA e o número de infraestruturas (superior a 1000), particularmente importante em matéria de Segurança no Trabalho. Outros projetos relevantes para a empresa, como o plano de descarbonização, plano de continuidade do negócio, voluntariado, estão também atribuídos ao DSE.

Para que seja efetivamente possível melhorar o desempenho e criar valor para a empresa, acionistas e para a região, é necessário a definição e implementação de uma estratégia assente na melhoria continua dos processos e o acompanhamento próximo da sua execução através de auditorias internas, o que atualmente não é assegurado com a frequência desejada por manifesta impossibilidade.

Face a tudo o que antecede, torna-se de extrema necessidade reforçar o corpo técnico do departamento, que apenas com 2 técnicos e 1 coordenadora que assegura também bastante trabalho técnico. A contratação de 1 técnico superior em 2026 permitirá reforçar a presença do DSE no terreno e assim assegurar um melhor acompanhamento da estratégia e da melhoria continua dos processos.

Acresce ser de referir que se acrescermos a esta contratação um novo técnico em 2027, permitirá internalizar uma parte do trabalho que atualmente se encontra a ser desenvolvido em regime de outsourcing através da subcontratação de prestação de serviços de saúde e segurança no trabalho.

2 Técnicos Superiores | Gestão de Origens

O Departamento de Gestão de Origens é responsável pela monitorização, avaliação, planeamento e gestão das origens de água que aprovisionam água tratada à rede pública da região do Alentejo, bem como, responsável pela gestão/planeamento e implementação da monitorização, e avaliação de conformidade legal, relativa ao autocontrolo das águas residuais; instrução de todo o processo de licenciamento de cariz ambiental (captação de água, rejeição de efluentes, ocupação de domínio hídrico e limpeza de linhas de água), desenvolvimento/apuramento de indicadores ERSAR relacionados com qualidade da água e cumprimento da licença e descarga; elaboração e comunicação às autoridades e outras entidades sobre anomalias observadas no âmbito da gestão das instalações de saneamento (ocorrências de bypass, avarias, afluências indevidas) e acompanhamento da execução de ações de limpeza de linhas de água. Este trabalho é essencial para garantir a qualidade da água para consumo humano, cumprimento dos requisitos de descarga e conformidade legal no âmbito do PCQA, Contratos de Concessão, TURH, inserido no âmbito dos vários Planos de Monitorização, contribuindo dessa forma para a sustentabilidade dos recursos hídricos e para o cumprimento das obrigações legais estabelecidas no quadro nacional e europeu (ex. Diretiva-Quadro da Água, DL n.º 69/2023, DL n.º Decretos-Lei n.º 226-A/2007; Diretiva 91/271/CEE; Decreto-Lei n.º 152/97 entre outros).

Nos últimos anos, tem-se verificado:

- Aumento da frequência e intensidade de eventos extremos (secas, contaminações, eutrofização) com forte impacto não só ao nível dos sistemas/operação, mas também ao nível técnico/administrativo com um aumento de participações em GT, reuniões, elaboração de informações e comunicações às autoridades.
- Crescimento das exigências legais e regulamentares (ex: maior frequência de monitorização e reporte e um aumento das exigências legais relacionadas com o acréscimo de parâmetros anteriormente não exigidos).

Num futuro próximo é expectável:

- Expansão da rede de origens monitorizadas indo ao encontro do Plano de Regularização de Captações (PRC) em curso. É expectável, a curto prazo, um considerável aumento de tarefas ao nível técnico/administrativo para fazer face a toda gestão/planeamento e implementação da monitorização dessas captações (~195 captações a regularizar no PRC)

- Aumento das exigências ao nível técnico/administrativo relacionadas com novas exigências legais (Nova DARU; AvR bacias de drenagem – PCQA - Diretiva-Quadro da Água);
- A escassez de recursos humanos no departamento tem resultado numa sobrecarga de tarefas, comprometendo a capacidade de resposta técnica e, em alguns casos, impossibilitando a realização de análises especializadas, pela ausência de técnicos com as competências requeridas, representando um risco significativo para a fiabilidade da informação produzida e para o cumprimento das obrigações legais.
- Manter-se o registo de crescimento das exigências legais e regulamentares e aumento da frequência e intensidade de eventos extremos.
- Alcançar temas como Plano de Segurança da Água; Plano de Contingência; Plano de Reutilização, Modelação – Origens e Disponibilidades/Procura e Eficiência e Contenção de Usos, Sensorização - modelação e IA/Machine Learning

Análise Custo-Benefício da Contratação

Encargo estimado por técnico superior

- Salário base anual: ~35.000 €/ano.
- Custo total para 2 técnicos: ~70.000 €/ano.

Benefícios diretos e indiretos da contratação:

Área de impacto	Indicador atual	Indicador esperado com reforço	Benefício monetizável ou qualitativo
Controlo/Gestão Plano de monitorização AA; AR e AN	Comunicação resultados no prazo legal	Antecipar comunicações	Redução do risco de coimas/sanções
Resposta a ocorrências (bypass, avarias, afluências indevidas)	Tempo médio de resposta: <48h	<24h	Minimização de impactos ambientais e de saúde pública
Planeamento e gestão de origens	Plano de monitorização atualizado	Gestão/atualização de resultados no mês a que se referem	Melhoria na resiliência hídrica e mitigação de risco de escassez
Cumprimento legal	N.º de não conformidades (APA/ERSAR)	0/ano	Redução de risco reputacional e legal
Custo com trabalho suplementar atual (ex. PSA)	~ 18.200 €/ano (*)	Poder-se-á estimar a redução até 50%	Compensação direta parcial do custo de contratação
Custo com FSE (ex. consultoria externa)	~ 15.000 €/ano (*)	Poder-se-á estimar a redução até 80%	Aproveitamento de competências internas (caso conseguirmos contratar um hidrogeólogo)

(*) valores apurados em PAO/PAC para contratação de prestadores de serviços – Elaboração PSA + Estudos hidrogeológicos.

Resumo da análise custo-benefício

- Custo total estimado: 70.000 €/ano
- Poupanças diretas estimadas (trabalho suplementar + FSE): ~12.000 €/ano
- Benefícios indiretos e mitigação de riscos legais: Potencialmente superiores a 50.000 €/ano em coimas evitadas, danos reputacionais e saúde pública

Melhoria dos Indicadores de Desempenho

A contratação permitirá melhoria concreta nos seguintes indicadores de desempenho:

- Índice de conformidade legal/reporte de ocorrências/reporte de resultados Planos de Monitorização
- Redução tempo médio de resposta a alertas
- Aumento percentagem de origens com plano de gestão atualizado
- Nível de risco hídrico por origem (análise multicritério)
- Redução de dependência de serviços externos
- Número médio de “horas extraordinárias” por técnico

Análise de Risco Associada à Não Contratação

Risco identificado	Probabilidade atual	Impacto	Medida de mitigação viável com nova contratação
Não cumprimento legal	Alta	Elevado	Reforço da capacidade de análise/monitorização e reporte
Ocorrência de situações devido a falhas de controlo	Média	Elevado	Aumento da capacidade de resposta técnica
Falha na gestão de escassez em origens críticas	Alta	Muito Elevado	Desenvolvimento de planos de contingência – Gestão sustentável
Reputação institucional perante ERSAR, AS e ARH	Alta	Elevado	Aumento da capacidade de cumprimento de indicadores de avaliação externa
Dependência de terceiros	Média	Moderado	Internalização de competências com técnicos superiores contratados

Cumprimento Legal e Obrigações Regulatórias

A contratação está alinhada com:

- Diretiva-Quadro da Água – exige monitorização e gestão eficiente das massas de água.
- Decreto-Lei n.º 69/2023 – reforça exigências na vigilância e controlo da qualidade da água. Exigências futuras ambiciosas, novos parâmetros, VP mais exigentes, integração AVR das bacias de drenagem das captações na AvR – PCQA.
- Indicadores da ERSAR – exigem níveis elevados de cumprimento e qualidade na gestão das origens.
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – metas regionais exigem capacidade técnica instalada para planeamento e execução.
- Diretiva 91/271/CEE e Decreto-Lei n.º 152/97 + Nova DARU - exigem níveis elevados de cumprimento e qualidade – cumprimento requisitos das licenças de descarga mais exigentes

A contratação de dois técnicos superiores é justificada:

- Pelo impacto direto na melhoria de indicadores de desempenho e cumprimento legal;
- Pela redução de custos indiretos (FSE, trabalho suplementar, coimas);
- Pela mitigação de riscos legais e reputacionais;
- Pelo reforço necessário à resiliência e sustentabilidade da gestão de recursos hídricos, essencial numa região vulnerável como o Alentejo.
- Transformação estratégica da forma como são geridos os recursos hídricos na AgdA. Concretamente:
 - Sensorização das captações (superficiais e subterrâneas) e introdução de tecnologias de monitorização remota, essenciais para uma gestão em tempo real;
 - Modelação hidrogeológica e hidráulica, como base e apoio à tomada de decisão para planeamento de operação e manutenção;
 - Utilização de ferramentas de IA/Machine Learning, promovendo uma abordagem preditiva da gestão das origens, otimizando o desempenho e prolongando a vida útil das infraestruturas

| Técnico Superior / Responsável | Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental

A área de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental, desempenha um papel determinante na afirmação da identidade institucional da Empresa e na concretização da sua missão de serviço público. Compete-lhe assegurar a gestão integrada da comunicação interna e externa, assegurar a implementação da imagem corporativa do Grupo AdP, reforçar a notoriedade e reputação da AgdA junto dos seus diversos públicos e desenvolver ações de sensibilização ambiental que contribuam para a educação e mudança de comportamentos da comunidade, em linha com os objetivos de sustentabilidade ambiental e social da Empresa.

A AgdA, enquanto entidade gestora de um sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, tem uma forte responsabilidade social e ambiental, sendo a comunicação e a sensibilização instrumentos estratégicos para reforçar a confiança dos clientes, das entidades parceiras e dos vários *stakeholders*. Nos últimos anos, estas funções têm sido asseguradas apenas por um técnico superior, centradas na execução de tarefas pontuais de comunicação, com orientação e supervisão direta da Administração.

Atualmente, a ausência de um responsável dedicado à definição da estratégia global de comunicação e sensibilização ambiental limita a capacidade da AgdA em planear, coordenar e avaliar de forma sistemática as suas ações nesta área. Esta situação em alguns constrangimentos, nomeadamente:

- Falta de alinhamento entre a comunicação institucional, as campanhas ambientais e as prioridades estratégicas da Empresa;
- Dificuldade em garantir uma imagem consistente e uma presença mediática planeada e proativa;
- Reduzida articulação entre as ações de sensibilização ambiental e os objetivos do Plano de Sustentabilidade e Responsabilidade Social;
- Dependência de respostas reativas face a necessidades de comunicação, em detrimento de uma abordagem planeada e orientada para resultados.

A criação da função de Responsável de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental permitirá colmatar estas fragilidades, conferindo à área uma liderança técnica e estratégica capaz de definir políticas, planos e instrumentos de comunicação integrados, bem como de assegurar a coerência das mensagens e da identidade visual da Empresa, fortalecendo a sua reputação e a perceção pública do valor do serviço prestado.

Análise de Custo-Benefício

A contratação proposta traduz-se num investimento anual estimado de 44 mil euros, correspondente a um técnico superior com perfil de direção intermédia, responsável pela implementação estratégica da área.

Os benefícios diretos e indiretos associados à contratação superam amplamente este custo, nomeadamente:

- Reforço da notoriedade e reputação institucional da AgdA, através de uma comunicação mais estratégica, consistente e orientada para resultados;
- Melhoria da comunicação interna, promovendo o alinhamento entre trabalhadores, a cultura organizacional e os objetivos da Empresa;
- Integração da sensibilização ambiental na estratégia de sustentabilidade, potenciando o impacto social das ações e contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Maior capacidade de resposta e proatividade mediática, reduzindo riscos reputacionais e reforçando a confiança dos stakeholders;
- Aumento da eficácia na gestão de campanhas e eventos, otimizando recursos e garantindo maior retorno de investimento em comunicação;
- Uniformização da imagem institucional, assegurando coerência e profissionalismo em todos os suportes e canais da Empresa.

Assim, a contratação de um Responsável de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental é indispensável para assegurar uma abordagem estratégica e integrada da comunicação institucional e ambiental, reforçando a imagem da AgdA enquanto entidade pública de referência no setor do ambiente, promotora de sustentabilidade, confiança e proximidade com as comunidades que serve.

I Técnico Superior / Coordenador | Gestão de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos desempenha um papel estratégico no alinhamento da gestão de pessoas com os objetivos da empresa e do Grupo AdP. Compete-lhe assegurar a gestão do recrutamento e seleção, desenvolvimento e formação, gestão de desempenho, mobilidade e carreiras, remunerações e benefícios. Enquanto entidade do Setor Empresarial do Estado, estamos ainda sujeitos a um quadro rigoroso de regras laborais e obrigações de reporte interno e externo, o que exige elevada capacidade técnica, gestão de processos complexos e cumprimento de prazos formais.

Não será possível, portanto, possível falar em gestão de recursos humanos sem quantificarmos. Desde 2021 que o quadro de pessoal tem crescido, nessa data com cerca de 135, trabalhadores, atualmente com cerca de 200 e uma previsão de chegar-se, a curto prazo, aos 237 trabalhadores. Referir que mesmo com o aumento do quadro de pessoal, que quase se vê duplicado, se mantém a ser desenvolvido por apenas 3 trabalhadoras pelo que se torna urgente, tendo em vista uma gestão de pessoas mais personalizada e menos administrativa.

Falar em aumento do número de trabalhadores é também observar um acréscimo e complexidade de todos os processos inerentes à gestão de pessoas. As dinâmicas exigem que a Área seja cada vez mais proactiva e integrada na gestão e não apenas implicada em respostas de carácter administrativo às exigências legais em vigor.

São múltiplas as responsabilidades e os processos desenvolvidos pelos até então 3 técnicos: i) Processamento Salarial e Obrigações Legais; ii) gestão do Trabalho Temporário, quando necessário, iii) Relatórios, Inquéritos e outros reportes; iv) Formação Profissional; v) Processos de Recrutamento e Seleção; vi) Medicina no Trabalho; vii) Estágios Profissionais; viii) Seguros de Vida e Saúde; ix) Avaliação de Desempenho; x) Fardamento e Calçado de Segurança; xi) Digitalização de Procedimentos RH; xii) Revisão do ACT e apoio global à holding; xiii) Iniciativas de apoio/desenvolvimento dos Trabalhadores; xiv) Outras informações e pareceres de recursos humanos; xv) Emissão de declarações e outros documentos; xvi) Admissão e Saída de Trabalhadores.

Se a Área for composta futuramente por 4 elementos, há espaço para uma divisão saudável dos processos e sobretudo tempo para refletir sobre a melhoria dos mesmos. Torna-se necessário a todo o momento: i) Expor novos instrumentos de gestão de recursos humanos; ii) Identificar, analisar e determinar as prioridades para o dia-a-dia de trabalho; iii) Reforçar a concentração e atuar mais decisivamente nas atividades prioritárias da Área; iv) Promover o desenvolvimento de competências de suporte.

As exigências internas têm-se configurado cada vez mais complexas e acentuadas, sendo que a estrutura e a dinâmica atual carecem de tempo para uma abordagem meticulosa e cuidada, o que atualmente não acontece pelo volume de trabalho excessivo subdividido pelo número de elementos disponíveis.

2 Técnicos Superiores | Engenharia

O principal objeto da Área da Engenharia, é a realização de projetos e empreitadas, desde a contratação, à gestão contratual até ao término das prestações de serviço e às receções definitivas, passando pela report e controlo, licenciamentos, vistorias, controlo e acompanhamento de todas as deficiências que ocorram durante o período de garantia, libertações de caucões, acresce a estas atividades, todo o apoio necessário e report ao desenvolvimento de candidaturas de financiamento e respetiva execução, emissão de pareceres, quer internos quer externos, numa área de intervenção que é de cerca de 17% do território nacional.

O plano de investimento previsto até 2030, é de cerca de 266 milhões de euros, prevendo-se a execução de cerca de 100 empreitadas a realizar num período de 5 anos, tentando assim garantir o máximo de apoio comunitário ao abrigo programa Portugal 2030. O atrás referido inclui, projeto, fiscalização, terrenos e empreitadas. Atualmente a equipa de engenharia é constituída por 5 técnicos, o que se demonstra ser nitidamente insuficiente para um correto acompanhamento e desempenho de funções, pondo em causa os objetivos pretendidos, até se tivermos em conta o tipo de obras que se preveem, nomeadamente de reabilitação de infra estruturas existentes, que terão que ser mantidas em funcionamento durante os períodos de intervenção, o aumento de litigância que se tem verificado nas empreitadas, toda a burocracia associada, o que vai exigir um maior acompanhamento por parte dos gestores de contrato.

Como tal, torna-se necessário aumentar o número de técnicos superiores de engenharia, por forma a garantir o devido acompanhamento, garantindo o cumprimento do plano de investimentos, os mais diversos prazos contratuais, bem como a qualidade das prestações de serviço e empreitadas, e demais obrigações legais associada a toda a contratação pública.

O não reforço da equipa de engenharia, poderá pôr em causa o plano de investimentos, como a perda de financiamentos fundamentais para a sustentabilidade da empresa

I Técnico Superior | Gestão de Ativos e Inovação Energética

Âmbito de atuação:

Gerir a aplicação das metodologias associadas à gestão de ativos e energia, durante todo o ciclo de vida das infraestruturas e equipamentos.

Responsabilidades:

Desenvolve não só atividades especializadas no âmbito da gestão de ativos, nomeadamente na recolha compilação análise de dados sobre os ativos corpóreos da empresa, efetuando a respetiva avaliação funcional, análise de riscos para elaborar e/ou rever do plano e orçamento de investimentos, propondo os ativos que devem ser substituídos ou intervencionados, a manutenção do inventário de ativos, o apoio à implementação de sistemas de gestão integrados, a disponibilização de informação georreferenciada e a emissão de pareceres sobre assuntos da sua especialidade, de acordo com as necessidades estabelecidas no contrato de concessão, contrato de parceria, a legislação e normas em vigor, com vista à implementação da estratégia de gestão de ativos, otimizando a vida útil das infraestruturas e assegurando elevados níveis de serviço ao cliente, como desenvolve atividades especializadas no âmbito da Inovação Energética, com o intuito de contribuir para a melhoria contínua do Sistema de Gestão de Energia, desenvolvendo estratégias e procedimentos a constar dos planos de eficiência energética, na definição de metodologias de identificação dos utilizadores significativos, na definição dos métodos de identificação das previsões de poupanças (energia e custos) e meios de verificação, promove a utilização eficiente das diferentes fontes de energia, avalia os resultados dos consumos efetivos e respetivos desvios, efetua o planeamento, e a gestão da manutenção que envolve equipamentos elétricos (transformadores, geradores, linhas elétricas, etc.) com a finalidade de obter sistemas de elevado desempenho energético, aumentando a disponibilidade energética, respeitando as normas de segurança de pessoas e equipamentos, coordena as operações de manutenção de equipamentos e sistemas e soluções técnicas na área da eficiência energética, acompanhamento dos investimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis, apoia nos processos de negociação da aquisição de energia, planear e assegura a realização de auditorias, acompanhar a evolução da legislação aplicável ao setor energético e desenvolver ações de formação e sensibilização internas.

Benefícios:

Melhor gestão dos bens da empresa, não só em termos financeiros, como de riscos de desempenho, aumentando a eficiência e a produtividade, reduzindo os custos com manutenções e prolongando vida útil dos equipamentos e infraestruturas. Permite a tomada de decisões estratégicas, na ótica da reparação ou substituição, tendo em conta os custos, riscos e retornos.

Riscos

Não implementação das metodologias associadas à gestão de ativos e energia nas infraestruturas da empresa, com perdas financeiras, quebras de serviço, redução da vida útil dos equipamentos e infraestruturas

I Técnico Superior / Coordenador | MAN_Operacional

Âmbito de atuação:

- Gestão operacional, Indicadores Operacionais e de recursos humanos

Responsabilidades:

- Planeamento anual, gestão de RH, coordenação técnica, indicadores operacionais;
- Elaboração de todo o plano e orçamento anual da área operacional;
- Efetuar a gestão dos recursos humanos da área operacional;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma política de melhoria contínua;
- Efetuar a coordenação e garantir a qualidade técnica das equipas a seu cargo;
- Coordenação e motivação das equipas sob a sua responsabilidade;
- Colaboração na definição e implementação de novos projetos de melhoria e eficiência operacional;

Benefícios:

- Aumento da percentagem de trabalho planeado.
- Redução de retrabalho e tempos de espera.
- Melhoria do cumprimento do plano de manutenção.

Indicadores impactados: % cumprimento plano de manutenção preventiva, aumento da % eficácia do PAO.

Análise de risco: sem coordenação reforçada, aumenta a probabilidade de incumprimento legal e falhas de reporte.

2 Técnicos Superiores / Responsável | MAN Área de Gestão Sul | MAN Área de Gestão Centro

Âmbito de atuação:

- Gestão operacional e de recursos humanos da sua área de responsabilidade e interlocução com a DOP.

Responsabilidades:

- Gestão local, priorização de necessidades, articulação com DOP.
- Efetuar a gestão dos recursos humanos da Área que dirige;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma política de melhoria contínua;
- Efetuar a coordenação e garantir a qualidade técnica da equipa a seu cargo;
- Coordenação e motivação da equipa sob a sua responsabilidade;
- Avaliar a prioridade das necessidades de manutenção e conservação das instalações em articulação com a DOP;
- Assegurar que os planos são executados de acordo com os procedimentos de manutenção, análises de risco e/ou outros requisitos indicados;
- Fornece dados para KPI's Operacionais.

Benefícios:

- Melhor capacidade de priorização de intervenções.
- Melhor priorização do backlog.
- Redução de horas extraordinárias pela melhor organização e distribuição de trabalhos.
- Aumento da taxa de execução de manutenção preventiva.

Indicadores impactados: tempo médio de resolução de OT corretivas, % execução de PT's.

Análise de risco: sem este perfil, mantém-se a sobrecarga de urgências sem critério objetivo e falhas no cumprimento de trabalhos planeados.

6 Técnicos de Manutenção | MAN Área de Gestão Sul (1) | MAN Área de Gestão Este (2) | MAN Área de Gestão Noroeste (2) | MAN Área de Gestão Centro (1)

Âmbito de atuação:

- Efetuar diagnósticos e manutenções preventivas em instalações de abastecimento e saneamento e gestão de armazéns.

Responsabilidades:

- execução direta de diagnósticos, reparações e planos preventivos;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma política de melhoria contínua;
- Efetuar diagnósticos de necessidades de manutenção e conservação das instalações de acordo com o plano de manutenção;
- Efetuar e/ou acompanhar os trabalhos previstos no plano de manutenção;
- Efetuar o controle dos stocks existentes, distribuição de peças e equipamentos;
- Efetuar levantamento mensais de necessidades de reposição de stocks;
- Acompanhamento prestadores de serviços, fornecedores e comissionamento de equipamentos.

Benefícios:

- +12 160 h/ano de capacidade produtiva.

- Redução do backlog em trajetória plurianual.
- Supressão de FSE em reparações simples.
- Controlo de inventários.

Indicadores impactados: aumento da % de manutenção preventiva, redução de falhas no abastecimento e saneamento.

Análise de risco: sem reforço, backlog cresce e aumenta risco de falhas de serviço além de aumento de custos com a aquisição de equipamentos ainda durante a sua vida útil.

I Técnico Superior | MAN Instrumentação e Automação

Âmbito de atuação:

- Suporte técnico especializado às equipas de terreno na área da telegestão

Responsabilidades:

- Suporte técnico especializado às equipas de terreno na área da telegestão;
- Planear e implementar os planos de manutenção preventiva e corretiva de acordo com as necessidades da empresa e planeamento do aprovisionamento dos materiais;
- Acompanhamento prestadores de serviços, fornecedores e comissionamento de equipamentos;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma política de melhoria contínua;
- Acompanhamento das equipas de terreno em intervenções da sua área de atuação;
- Fazer consultas de mercado de material técnico da área de especialização e/ou efetuar pedidos ao PL&E do material necessário.

Benefícios:

- Redução de falhas de controlo e automação.
- Supressão de FSE em calibrações e comissionamentos.
- Melhoria do First-Time Fix.

Indicadores impactados: redução de interrupções por falhas de telegestão;

Análise de risco: falhas de telegestão podem originar interrupções não programadas e incumprimento de parâmetros legais.

I Técnico Superior | MAN Eletromecânica

Âmbito de atuação:

- Suporte técnico especializado às equipas de terreno na área da eletromecânica.

Responsabilidades:

- diagnósticos de condição,
- termos de referência,
- suporte técnico transversal.

Benefícios:

- Redução de custos de falha e retrabalho.
- Melhores especificações técnicas, reduzindo FSE.
- Apoio a urgências com menor custo.

Indicadores impactados: MTBF (Mean Time Between Failures), % reincidências corretivas, custos de manutenção corretiva vs total.

Análise de risco: sem este perfil, aumenta a dependência de fornecedores externos e o risco de falhas críticas em ativos.

I Técnico Operativo | Área de Gestão de Bica Fria / Minutos

A equipa de abastecimento da área de Gestão Bica Fria_Minutos conta com 8 elementos para dar resposta às necessidades de operação das infraestruturas dos concelhos de Vendas Novas e Arraiolos, e parte do concelho de Montemor-o-Novo.

Com a integração prevista das infraestruturas associadas ao abastecimento das localidades de São Cristóvão, Casa Branca, Cabrela, Cortiçadas do Lavre, Foros de Vale Figueira, Maia, Reguengo, São Mateus (concelho de Montemor-o-Novo), verifica-se a necessidade de proceder ao reforço da equipa, mediante a contratação de I Técnico Operativo.

Análise Custo-Benefício

A contratação proposta poderá traduzir-se num acréscimo com custos de pessoal na ordem dos 27 mil euros.

Como benefícios associados à referida contratação, pode referir-se o seguinte:

- Capacidade para dar resposta à operação nas novas infraestruturas a integrar;
- Maior robustez da equipa SAA.

2 Técnicos Superiores / Responsáveis | SAR Noroeste e SAR Sul

No último trimestre do ano 2024 teve lugar a internalização total da atividade saneamento, tendo a mesma sido acompanhada pela integração de novos trabalhadores na AgdA, nomeadamente no que se refere à categoria de técnicos operativos. Ao nível da categoria de técnico superior, no que se refere aos Centros Operacionais Sul e Noroeste, não se verificou qualquer alteração, passando os Coordenadores, Responsáveis de Área e Técnicos Superiores dos referidos Centros Operacionais a acumular a orientação técnica das infraestruturas de saneamento, e o acompanhamento/supervisão das novas equipas, com as restantes tarefas que já lhes estavam afetas. Tal situação resultou numa sobrecarga, tendo-se vindo a refletir ao nível do desempenho diário das equipas, bem como nos respetivos resultados globais da atividade.

Para além do já referido, é ainda de salientar que os Centros Operacionais Sul e Noroeste integram um conjunto considerável de infraestruturas de abastecimento que ainda não foram intervencionadas pela AgdA, apresentando as mesmas uma fiabilidade muito baixa, situação que exige um maior esforço de acompanhamento do ponto de vista operacional.

Por outro lado, as crescentes exigências decorrentes das alterações da legislação obrigam cada vez mais a um rigoroso acompanhamento dos processos, bem como a uma especialização das equipas.

Assim, considera-se que a contratação de dois Técnicos Superiores/Responsáveis para a Área de Saneamento de Águas Residuais dos Centros Operacionais Noroeste e sul, respetivamente, irá permitir dar uma melhor resposta aos novos desafios que foram colocados à equipa, na sequência da internalização da atividade saneamento.

Análise Custo-Benefício

A contratação proposta poderá traduzir-se num acréscimo com custos de pessoal na ordem dos 92 mil euros (cerca de 46 mil euros por Técnico Superior/Responsável de Área).

Como benefícios associados à referida contratação, pode referir-se o seguinte:

- Maior segregação de tarefas, eliminando desta forma a sobrecarga atualmente existente;
- Maior foco sobre os problemas;
- Maior capacidade de análise técnica, e maior rigor na produção de informações;
- Maior especialização em cada uma das áreas de atividade da AgdA (abastecimento e saneamento);
- Redução nos prazos de resposta a solicitações internas e externas.

Considera-se que os benefícios apresentados poderão ter impacto direto na totalidade dos indicadores operacionais, e indireto nos restantes indicadores da empresa.

3 Técnicos de Operação | SAR Noroeste, SAR Centro e SAR Este

No último trimestre do ano 2024 teve lugar a internalização total da atividade saneamento, tendo a mesma sido acompanhada pela integração de novos trabalhadores na AgdA, nomeadamente no que se refere à categoria de técnicos operativos. Assim, a gestão técnica das novas equipas, bem como a respetiva supervisão ficou a cargo dos Coordenadores, Responsáveis de Área e Técnicos Superiores dos respetivos Centros Operacionais. Tal situação resultou numa sobrecarga, tendo-se vindo a refletir ao nível do desempenho diário das equipas, bem como nos respetivos resultados globais da atividade.

As crescentes exigências ao nível do saneamento, exigem cada vez mais por parte das entidades gestoras um controlo rigoroso dos processos, bem uma adaptação às novas regras. Assim, considera-se fundamental dotar as equipas de elementos com experiência suficiente para garantir um acompanhamento e supervisão no terreno, de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Assim, com a contratação de três Técnicos de Operação, para os Centros Operacionais Noroeste, Centro e Sul, respetivamente, pretende-se minimizar a sobrecarga de tarefas existente atualmente, e conferir maior robustez à equipa.

Análise Custo-Benefício

A contratação proposta poderá traduzir-se num acréscimo com custos de pessoal na ordem dos 117 mil euros (cerca de 39 mil euros por Técnico de Operação).

Como benefícios associados à referida contratação, pode referir-se o seguinte:

- Maior segregação de tarefas, eliminando desta forma a sobrecarga atualmente existente;
- Maior foco sobre os problemas;
- Maior rigor no acompanhamento das equipas;
- Maior acompanhamento das prestações de serviços no terreno.

Considera-se que os benefícios apresentados poderão ter impacto direto nos indicadores associados à atividade saneamento.

I Técnico Superior | DAF – Planeamento e Controlo de Gestão

A área de Planeamento e Controlo de Gestão, integrada na Direção Administrativa e Financeira, desempenha um papel essencial na gestão da Empresa competindo-lhe assegurar o planeamento, execução e monitorização do orçamento, participar e acompanhar a realização dos Estudos de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), calcular e acompanhar indicadores de desempenho, elaborar reportes internos e externos e fornecer informação de suporte à decisão, assim como a apresentação e gestão de candidaturas a fundos comunitários e o acompanhamento do plano de investimentos, entre outros. Enquanto empresa do Setor Empresarial do Estado, a AgdA está sujeita a um vasto conjunto de obrigações

de reporte, planeamento e controlo, nomeadamente perante a tutela financeira e setorial, acionistas e entidades reguladoras. O cumprimento destas obrigações exige cada vez mais, um maior rigor técnico, fiabilidade de informação e cumprimento de prazos.

Atualmente, a área dispõe apenas de dois técnicos para a execução de todas as atividades acima descritas, o que representa um risco elevado de interrupção das atividades, em particular no caso ausências temporárias (baixa, férias ou outros impedimentos), as funções críticas de planeamento, reporte e monitorização ficam comprometidas, afetando a capacidade da área em garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de gestão.

Além disso, o volume de trabalho não tem permitido uma abordagem analítica e prospetiva adequada, limitando o desenvolvimento de novos modelos de acompanhamento e a identificação de oportunidades de eficiência interna, por exemplo, a criação de um *dashboard* de indicadores. O reforço da equipa é, portanto, indispensável para garantir continuidade, fiabilidade e qualidade da informação financeira da empresa bem como o reporte atempado de todas as orientações cometidas.

Análise de Custo-Benefício

A contratação proposta traduz-se num investimento anual estimado de 40 mil euros, correspondente a um técnico superior.

Os benefícios diretos e indiretos superam amplamente este custo, nomeadamente:

- Melhoria da qualidade da informação de gestão, fundamental ao processo de decisão e ao reporte a que a empresa se encontra obrigada;
- Aumento da capacidade analítica e de planeamento, permitindo maior eficiência na elaboração do orçamento e no controlo da sua execução;
- Melhor acompanhamento do plano de investimentos, garantindo coerência entre execução orçamental, financiamento e planeamento estratégico;
- Reforço da capacidade de captação de fundos comunitários, com potencial para gerar receitas adicionais e reduzir encargos financeiros para a empresa;
- Cumprimento rigoroso das obrigações de reporte às entidades de tutela, acionista e reguladores.

Em contrapartida, a não concretização da contratação tem riscos e custos indiretos:

- Potencial incumprimento de prazos de reporte e falhas no acompanhamento orçamental e de investimentos;
- Perda de oportunidades de financiamento comunitário por incapacidade de resposta ou falta de acompanhamento técnico adequado;
- Risco reputacional e institucional decorrente de atrasos ou imprecisões na informação;

- Menor capacidade de planeamento estratégico e de suporte à decisão.

Assim, a contratação de um novo trabalhador para a área de Planeamento e Controlo de Gestão é indispensável para assegurar a continuidade e qualidade das atividades sob responsabilidade da Direção Administrativa e Financeira, o cumprimento das obrigações do SEE e o reforço da capacidade de gestão, planeamento e financiamento.

I Técnico Operativo | SAR Este

No último trimestre do ano 2024 teve lugar a internalização total da atividade saneamento, tendo a mesma sido acompanhada pela integração de 3 novos técnicos operativos para o Centro Operacional Este, com o objetivo de dar resposta à operação de 17 ETAR. A equipa em questão tem-se revelado bastante reduzida, face às necessidades encontradas, não existindo qualquer folga para incremento de atividades.

Prevê-se que a ETAR de Moura entre em remodelação em 2026, sendo que no âmbito da empreita está prevista a alteração da tipologia de tratamento. O novo tipo de tratamento preconizado acarreta uma maior exigência do ponto de vista operacional, pelo que os tempos de afetação dos técnicos operativos à instalação em questão irão aumentar consideravelmente.

Não estando a equipa atual dimensionada para fazer face às novas exigências de operação da ETAR de Moura, verifica-se a necessidade de proceder ao respetivo reforço, mediante a contratação de I Técnico Operativo.

Análise Custo-Benefício

A contratação proposta poderá traduzir-se num acréscimo com custos de pessoal na ordem dos 27 mil euros.

Como benefícios associados à referida contratação, pode referir-se o seguinte:

- Garantia de operação da nova instalação dentro dos padrões recomendados;
- Maior robustez da equipa SAR.

Considera-se que os benefícios apresentados poderão ter impacto direto nos indicadores associados à atividade saneamento.

Visto. Concordo.

Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

José

Passos

Assinado de
forma digital por
José Passos

Dados: 2026.03.19
11:06:26 Z

Visto. Concordo.

À consideração do Senhor Diretor Geral da Entidade do Tesouro e Finanças.

Assinado por: **ALICE MARIA VAZ PAULOS**
Num. de Identificação: 10057353
Data: 2026.03.19 10:21:22+00'00'



RELATÓRIO DE ANÁLISE n.º 48/2026, de 19 de março

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028 (“PAO2026-28”) da

AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (“AgdA”)

(SISEE, 2025-11-18; correio eletrónico, 2026-03-13)

Despacho n.º 249/2026-SETF

Visto. Atento o exposto no presente Relatório da ETF e nos termos solicitados, aprova-se o Relatório de Análise relativo ao PAO 2026 da AgdA conforme proposto no ponto 9 *infra*, sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa, com as seguintes limitações:

- i. aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 20,917 milhões de euros;
- ii. aumento dos Gastos com Pessoal, até ao limite máximo desta rubrica, em 2026, de 7,281 milhões de euros. Note-se que a verba associada à anualização de encargos com contratações já autorizadas não poderá ter utilização distinta;
- iii. aumento de gastos com a contratação de estudos, pareceres e consultoria até ao limite de 10 mil euros;
- iv. celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade;
- v. recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, desde que previsto no planeamento de recursos humanos.

Adicionalmente, considera-se que o previsto nas alíneas ii. a vi. do ponto 4.5 *infra*, se enquadra na autonomia de gestão, desde que cumpridos os termos definidos do DLEO e no caso dos Gastos com Pessoal, o Despacho n.º 1173-A/2026, de 2 de fevereiro referente a valorizações salariais no SEE.

Relativamente ao Plano de Investimentos, os que não se enquadram no EVEF em vigor poderão ser apresentados através de aditamento ao PAO 2026-2028, após aprovação pela ERSAR e Tutela Setorial do EVEF.

Remeta-se à Senhora MAEn. para, em caso de aprovação, devolução do despacho a este Gabinete e dê-se conhecimento à ETF (a qual deverá comunicar à proponente o teor do Despacho conjunto, após a aprovação do PAO 2026), à AdP, SGPS, S.A. e à Parpública.

**Silva
Lopes**

Assinado de
forma digital por
João Silva Lopes
Dados:
2026.03.20
17:01:16 Z

1. SÍNTESE

1A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO
<p>Proposta de PAO: é composta pelo Plano de Atividades e Orçamento, anual e plurianual, Adenda ao PAO (Excel) e pelo Plano de Investimentos.</p> <p>Parecer do Revisor Oficial de Contas: ainda que se refira à necessidade de serem concedidas exceções relativamente ao que dispõem as IEPAO2026¹, são favoráveis à aprovação da proposta.</p> <p>Parecer da Tutela Setorial relativamente aos Investimentos: Através do Despacho n.º 19/MAEN/2026, a Senhor Ministra do Ambiente e Energia concordou com o Plano de investimentos para o triénio 2026-2028 proposto pela da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. referindo que não se registam ressalvas ao mesmo.</p>	<p>A proposta encontra-se formalmente bem instruída.</p>

1B. Autorizações Necessárias

AUTORIZAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO
Para aumento dos <i>Gastos Operacionais</i> em 2,1 milhões de euros em 2026 (10,3%) (cf. ponto 3.2)	O aumento está fortemente impactado pelo aumento dos <i>FSE</i> e dos <i>Gastos com pessoal</i> (cf. pontos 3.3 e 4.7)	Ponto 3.2 das IEPAO2026	Os <i>FSE</i> , após revisão posterior à proposta por parte da empresa, irão diminuir 161 mil euros em 2026. O aumento dos <i>Gastos com pessoal</i> encontra-se apenas parcialmente fundamentado (cf. ponto 4.12)	Concessão de autorização, até ao limite² de 20,917 milhões de euros.
Para o aumento dos <i>Gastos com pessoal</i> (cf. ponto 4.12)	Deve-se aos fatores elencados no ponto 4.8	Ponto 3.4 das IEPAO2026	Parcialmente fundamentado (cf. ponto 4.7 a 4.12).	Concessão de autorização, limitando os <i>Gastos com pessoal</i>, em 2026, a 7,281 milhões de euros. A verba associada à anualização de encargos com contratações já autorizadas não poderá ter utilização distinta.

¹ Despacho N.º 245/2025-SETF, de 11 de agosto, que aprova em anexo as: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS”.

² Valor apurado com base nos ajustamentos ao nível dos Gastos com pessoal e dos FSE.

AUTORIZAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO
Para a contratação de 28 trabalhadores (cf. pontos 4.2 e 4.3)	Os quatro grandes motivos apresentados pela empresa para fundamentar a necessidade das contratações são: i) consolidação da internalização da atividade de saneamento; ii) incorporação de novas infraestruturas sob gestão; iii) Reforço da qualidade do serviço prestado; e iv) cumprimento de requisitos legais.	Ponto 3.4 das IEPAO2026	Uma vez que as contratações têm como suporte a revisão do EVEF que não se encontra aprovada, considera-se que as mesmas não deverão ser autorizadas.	Não concessão de autorização.
Para a contratação, em regime de AOV, de 22 viaturas operacionais em 2026 (cf. pontos 5.2 e 5.35.2)	13 viaturas destinam-se ao reforço da capacidade operacional, com à internalização da atividade de saneamento, e 9 viaturas serão afetadas a funções de suporte e apoio transversal à empresa.	Ponto 3.3 das IEPAO2026	Não se encontra suficientemente demonstrada a imprescindibilidade das mesmas.	Não concessão de autorização.
Para a substituição de duas viaturas (cf. ponto 5.3)	Duas viaturas operacionais a combustão por duas viaturas da mesma tipologia	Ponto 3.3 das IEPAO2026	O documento enquadrador de renovação da frota transversal ao grupo não identifica as referidas viaturas	Não concessão de autorização.
Para o aumento dos gastos com contratação de estudos, pareceres e consultoria em 1,5 mil euros (cf. ponto 5)	Pese embora o valor apresentado para 2026 (10 mil euros) seja superior ao da estimativa de fecho de 2025, é o mesmo do aprovado no PAO 2025.		Valor residual (representa apenas 0,1% do total de FSE em 2026).	Concessão de autorização até ao limite de 10 mil euros.

1C. Evolução Económica e Financeira

INDICADOR	OBSERVAÇÕES
Eficiência operacional	O rácio dos <i>Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios</i> , após ajustamentos que se consideram adequados realizar para efeitos de aferição deste rácio e caso venham a ser aceites, melhora 0,7 p.p. em 2026, situando-se em 75,2% (cf. ponto 6).
Necessidades de financiamento	Em 2026, a empresa prevê aumentar o seu financiamento remunerado em 7,2 milhões de euros (12%), incumprindo assim o limite do crescimento do endividamento de 2%. Contudo, o limite de endividamento das empresas do Grupo AdP será aferido como um todo, competindo à AdP SGPS, S.A. assegurar o efetivo cumprimento do limite. Em 2027 e 2028, a empresa prevê um crescimento do endividamento de 28,1% e 19,8%, respetivamente, visando o financiamento de parte do seu plano de investimentos.

1D. Plano de Investimentos

O plano de investimentos para 2026-2028 proposto pela empresa (desenvolvido no ponto 8 adiante) ascende a 139,4 milhões de euros, dos quais 17,3 milhões de euros a realizar em 2026 (12,4%), 53 milhões de euros em 2027 (38%) e 69,1 milhões de euros em 2028 (49,6%). Refira-se que o Plano de Investimento proposto para o triénio tem subjacente uma revisão do EVEF proposto pela empresa, mas que ainda não se encontra autorizado e como a ETF recomenda as limitações apresentas no ponto 8 do presente relatório. Note-se que a revisão proposta tem subjacente a revisão em alta tarifa que visa precisamente, entre outros gastos de funcionamento, financiar o investimento proposto.

1E. Conclusão

Face ao exposto, nomeadamente quanto à verificação da evolução favorável da Eficiência Operacional, desde que os termos propostos no ponto 10 sejam aceites considera-se que a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028*” apresentado pela Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A., reunirá as condições para, concordando e querendo, merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

2. ANTECEDENTES

Entre os dias 5 e 6 de novembro de 2025 a AgdA submeteu no portal da *internet* do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (“SISEE”) a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento*” para 2026-2028 e o ficheiro de apoio previsto, nas instruções para elaboração das propostas emanadas pela DGTF. Posteriormente, em 2025-11-18, submeteu na mesma plataforma o “*Parecer do Revisor Oficial de Contas*”. Por fim, em 2026-03-13 foram ainda recebidos pela ETF/EASSPE esclarecimentos complementares por correio eletrónico.

Para análise da proposta de PAO 2026-2028, foi considerada informação transversal ao Grupo AdP que a ETF solicitou à AdP, SGPS, S.A. e que respeita a:

- Orientações sobre Recursos humanos emanadas pela AdP, SPGS, SA para as empresas do grupo; e
- Plano de renovação da frota do Grupo AdP.

A ETF/EASSPE procedeu à análise dos documentos mencionados, do que resultou o presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise incidiu sobre a proposta de PAO2026-28, e respetivos esclarecimentos adicionais, tendo para o efeito sido verificado o cumprimento das IEPAO2026.

3A. Ponto prévio

Na proposta de PAO apresentada, a empresa refere que “*No que diz respeito ao ano de 2026 e seguintes, importa ter presente que o orçamento plurianual foi elaborado tendo em*

consideração os pressupostos de atividade e de investimento previstos no contrato de gestão e respetivo aditamento, bem como na proposta de revisão do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) para o quinquénio de 2026 a 2030 e remanescente período da Parceria, que se encontra em fase de conclusão para posterior aprovação”. Ora, na referida proposta de revisão ao EVEF a empresa vem propor a aplicação de novas tarifas (ver quadro abaixo), que terão um significativo impacto no *Volume de negócios* e, conseqüentemente, nos resultados da empresa. Uma vez que ainda se encontra em análise pelos Parceiros e pela Comissão de Parceria, estando ainda sujeitas a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”), a referida atualização não será considerada, e como tal, dado que o efeito volume é residual³, considera-se uma atualização tarifária em linha com o IHPC (2,1%).

Atualização da Tarifa				
	Componente Fixa AA	Componente Variável AA	Componente Fixa AR	Componente Variável AR
Tarifa até 30.06.2026 EVEF atual	35,8789	0,5702	26,0311	0,5515
Tarifa após 01.07.2026 EVEF em revisão	47,6686	0,7253	31,7134	0,6690

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

Tal como no caso da revisão das tarifas, todos os pedidos de autorização que tenham como suporte a revisão do EVEF, não serão para já considerados.

Note-se que, caso a revisão do EVEF venha a ser a aprovada, e se a mesma vier a ter impacto no PAO2026, a AgDA poderá apresentar uma alteração à proposta de PAO2026-28.

De modo a possibilitar a análise da proposta de PAO2026, a ETF procedeu a ajustamentos à demonstração de rendimentos e gastos simplificada⁴ abaixo identificados:

Evolução do Volume de negócios e dos Gastos operacionais	Unidade: milhares de euros					Δ (2026-2025)	
	2024	2025	2026	2027	2028	Valor	%
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão		
Volume de negócios	23 896	26 829	27 393	27 940	28 499	563	+2%
Gastos Operacionais	18 153	20 358	20 917	22 285	22 358	559	+3%
CMVMC	1 429	1 545	1 691	1 381	1 375	146	+9%
FSE	11 233	12 107	11 945	12 398	12 261	-161	-1%
Pessoal	5 491	6 706	7 281	8 506	8 723	575	+9%

Fontes: Proposta de PAO para 2026-28 e PAO2025-27

Uma vez que os valores estimados para o *Volume de negócios* e *Gastos operacionais* diferem dos apresentados na proposta de PAO, a apreciação dos restantes capítulos, designadamente Balanço, Demonstração de Fluxos de Caixa e demais indicadores -financeiros, por serem extemporâneas e apresentaram desvios relevantes face a projeção atual e aos pressupostos que estiveram na sua elaboração, a análise será efetuada com base nas demonstrações financeiras prospetivas apresentadas pela empresa, não sendo efetuados ajustamentos aos

³ Segundo informação dada pela empresa.

⁴ Apenas se consideraram os impactos ao nível dos rendimentos e gastos operacionais, pois a empresa no presente não tem condições de elaborar demonstrações financeiras previsionais e a ETF também não as tem para se substituir à empresa, nem nunca o poderia fazer, pois a responsabilidade de tal informação é do CA.

referidos mapas, nem a construção de cenários alternativos. Nesta medida, as conclusões obtidas quanto à evolução da situação económico-financeira da empresa assumem um carácter necessariamente indicativo, atendendo a que os valores subjacentes assentam em pressupostos ainda não aprovados, os quais poderão vir a ser objeto de alteração.

3B. Coerência da proposta

Na tabela seguinte é apresentada a comparação das rubricas principais da proposta em análise com os valores do PAO2025-27.

Unidade: milhares de euros

Coerência com o PAO do triénio anterior	PAO2025-27			Proposta de PAO2026-28			Δ PAO2026 - PAO2025		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Volume de negócios	23 477	28 821	29 398	23 896	26 829	31 682	+2%	-7%	+8%
Gastos Operacionais	19 604	22 666	22 398	18 153	20 358	22 458	-7%	-10%	+0%
CMVMC	1 486	1 623	1 272	1 429	1 545	1 691	-4%	-5%	+33%
FSE	12 598	14 145	13 791	11 233	12 107	12 614	-11%	-14%	-9%
Pessoal	5 520	6 898	7 335	5 491	6 706	8 152	-1%	-3%	+11%
Investimento	7 564	10 079	45 199	9 375	14 177	17 319	+24%	+41%	-62%

Fontes: Proposta de PAO para 2026-28 e PAO2025-27

Destaca-se o aumento em 2026 do *Volume de negócios* em 8%, contrastando com a diminuição verificada em 2025 de 7%. Estas variações devem-se ao facto de a empresa desde o ano passado estar a considerar uma atualização da tarifa. A aplicação da nova tarifa prevista na revisão do EVEF está, no entanto, ainda em análise pelos Parceiros e pela Comissão de Parceria, estando ainda sujeita a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”) antes de entrar em vigor.

No que se refere aos investimentos, verifica-se que em 2024 e em 2025 os mesmos ficaram acima do estimado, contrastando com o valor estimado para 2026 que diminui 62% face ao estimado para o mesmo ano no PAO2025-27.

3C. Situação Económica

Relativamente à evolução dos rendimentos, gastos e resultados em 2026 e no triénio, realçam-se os seguintes aspetos:

3.1. O *Volume de negócios* previsto na proposta aumentaria de 26,8 milhões de euros para 31,7 milhões de euros (18,1%) em 2026. O aumento estimado resultaria, essencialmente, da aplicação da tarifa prevista na revisão do EVEF.

No entanto, conforme referido no *Ponto prévio*, uma vez que a revisão do EVEF ainda não se encontra aprovada, considera-se uma atualização tarifária em linha com o IHPC (2,1%). Neste sentido, estima-se que o *Volume de negócios* em 2026 aumente 2,1%, atingindo 27,4 milhões de euros.

Nota ainda para o facto de que, com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na Lei de Bases do setor, o tarifário da AgdA é estruturado com base em custos aceites, que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as

amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos+3%).

- 3.2. A evolução do conjunto dos *Gastos operacionais* (CMVMC, FSE e *Gastos com pessoal*) evidência a previsão de aumento, nominal e real, destes encargos em 2026. Para 2026, na proposta apresentada a empresa previu um crescimento de 10,3% e como tal superior à variação do IHPC (2%), sendo, no entanto, inferior à taxa de crescimento prevista para as *Vendas e prestações de serviço* (18,1%).

Ajustando os *Gastos operacionais*, nomeadamente os FSE e os *Gastos com pessoal* (cf. ponto 4.12), cujo pedido de autorização para o aumento é em parte suportado com a revisão do EVEF, o aumento dos *Gastos operacionais* em 2026 será de 2,7%, ou seja, ainda assim, superior à variação do IHPC e à taxa de crescimento prevista para as *Vendas e prestações de serviço* (2,1%).

- 3.3. Na proposta apresentada, a AgdA previra uma variação dos encargos com FSE, com um aumento de 508 mil euros em 2026 (4,2%), é explicada do seguinte modo:

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE - Subcontratos	1 371 554	214 631	779 565	229 576	454 105	452 950	-549 989	-71%
FSE - Assistência Técnica	180 667	276 301	370 950	528 123	322 007	321 739	157 173	42%
FSE - Colheitas e Análise	537 424	742 655	712 734	845 512	769 352	771 189	132 778	19%
FSE - Tratamento de Resíduos e Lamas	1 347 200	1 878 027	1 236 184	1 294 378	1 132 673	1 210 484	58 194	5%
FSE - Administração e Gestão	537 662	648 477	603 655	712 856	817 530	821 238	109 200	18%
FSE - Outros Serviços e Trabalhos Especializados	125 832	611 866	124 308	150 652	801 929	841 322	26 344	21%
FSE - Publicidade e Propaganda	12 362	65 740	48 615	72 314	71 421	72 849	23 699	49%
FSE - Segurança no Trabalho	74 756	218 350	87 872	98 936	79 997	81 597	11 064	13%
FSE - Conservação e Reparação	1 888 588	4 660 972	2 549 927	3 457 218	3 009 748	3 068 590	907 291	36%
FSE - Materiais	100 486	117 446	102 746	114 883	66 210	67 682	12 137	12%
FSE - Energia e Fluidos	4 007 694	3 730 901	4 124 588	4 124 376	4 259 948	3 907 811	-212	0%
FSE - Deslocações, Estádias e Transportes	131 515	97 393	118 587	143 875	116 567	118 898	25 288	21%
FSE - Rendas e Alugueres	579 214	447 631	783 608	312 414	74 727	76 221	-471 194	-60%
FSE - Comunicações	65 557	80 109	69 854	81 527	82 416	84 065	11 673	17%
FSE - Seguros	86 861	85 543	88 106	91 225	108 656	125 047	3 119	4%
FSE - Limpeza, Higiene e Conforto	54 452	116 469	64 169	116 469	114 642	116 935	52 300	82%
FSE - Outros Serviços	130 816	152 606	241 225	240 068	116 352	122 223	-1 157	0%
TOTAL	11 232 639	14 145 119	12 106 693	12 614 401	12 398 280	12 260 842	507 707	4%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

Salientam-se as variações em:

- *Conservação e reparação* com um aumento de 907,3 mil euros (36%), dada a necessidade de aumento de manutenção preventiva nas mais variadas infraestruturas. Segundo a empresa, a implementação progressiva da função de manutenção planeada, que conta com um histórico insustentável de níveis de execução do plano de manutenção, traduz-se hoje num esforço acrescido para recuperação do défice acumulado de conservação das infraestruturas em elevado estado de degradação;
- *Subcontratos* com uma diminuição de 550 mil euros (71%), atendendo à estratégia de internalização da atividade de saneamento, iniciada em 2024 e que se prevê consolidada em 2026;

- *Rendas e alugueres* com uma diminuição de 471,2 mil euros, justificada pela renovação da frota, e contabilização dos novos contratos ao abrigo da IFRS16, como Ativos.

Mais recentemente, em 13 de março de 2026 e na sequência dos contactos levados a cabo pela ETF, a AgdA reviu em baixa a sua previsão do montante global de *FSE*, para 2026, em 669,2 mil euros. Assim, o total de *FSE* previstos para 2026 ascende a 11,945 milhões de euros estimando-se uma diminuição em 161 mil euros (1,3%) face ao estimado para 2025.

3.4. Relativamente às variações em outras rubricas de 2025 para 2026 e no triénio, relevam-se:

- o *Desvio de Recuperação de Gastos (défice/superávit) (“DRG”)*⁵ que, assumindo o *Volume de negócios* em análise na revisão do EVEF, diminuiria em 86 mil euros em 2026 (27,1%).

Contudo, considerando o *Volume de negócios* e os *Gastos operacionais* revistos em conformidade com o EVEF em vigor, existe uma alta probabilidade de se assistir a um agravamento do défice de recuperação de gastos, refletindo a insuficiência das receitas reguladas face ao aumento dos custos, reforço significativo do investimento previsto e remuneração garantida do capital.

- o aumento das depreciações em 9,2 milhões de euros (131,7%) em 2026, continuando a aumentar nos anos seguintes, a uma taxa média anual de 19%, atingindo 20,1 milhões de euros em 2028. Esta evolução está diretamente relacionada com um aumento significativo do plano de investimentos da empresa a partir de 2025, que será alvo de análise no ponto 8; e
- o aumento dos *Subsídios ao investimento* em 6,1 milhões de euros (178%) em 2026. Estes são reconhecidos quando existe uma segurança razoável no seu recebimento e são registados como passivos não correntes no Balanço e reconhecidos na Demonstração de resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacente.

3.5. Sobre a evolução dos resultados, por força do mencionado no Ponto prévio, dada a falta de informação, a análise poderia ficar prejudicada. Deste modo, optou-se por não se efetuar qualquer análise sobre a evolução do *EBITDA*, *EBIT* e *RL*.

3.6. Ainda assim refira-se que o *Resultado líquido* não reflete o desempenho económico da exploração, mas sim a remuneração do capital próprio definida contratualmente. De acordo com o modelo regulatório estabelecido, o *Resultado líquido* de cada exercício é ajustado via DRG de forma a assegurar, em termos regulatórios, uma remuneração dos

⁵ Nos termos do contrato de concessão e dos normativos contabilísticos aplicáveis, a empresa contabiliza o desvio entre as receitas que teria de cobrar para fazer face aos custos incorridos, e as receitas que cobra uma vez que atua num mercado com tarifas calculadas de acordo com regras definidas pelo regulador do setor, uma vez que se trata de um bem essencial.

capitais próprios elegíveis, incluindo a reserva legal, equivalente à aplicação da taxa de referência (rentabilidade média das Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de três pontos percentuais). Assim, eventuais desvios entre o resultado gerado pela exploração e o resultado regulatório são registados no DRG, não sendo incorporadas diferenças decorrentes de ineficiências produtivas, de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

3D. Situação Financeira

- 3.7. Tal como referido no ponto 3A. do presente relatório, a AgdA apresentou uma proposta de PAO 2026-2028 assente em pressupostos constantes na proposta de revisão do EVEF que ainda não se encontra aprovada. Como tal, as demonstrações financeiras, onde se inclui o Balanço, enfermam deste princípio que no entender da ETF não deveria ter estado na base da preparação da proposta de PAO 2026-2028. Assim, a análise abaixo apresentada visa a análise de uma tendência e não de uma previsão adequada à realidade atual da empresa.
- 3.8. O *Ativo não corrente*, que representa 94% do total do *Ativo*, aumenta 22,6 milhões de euros em 2026 (12,4%) e tem uma taxa média de crescimento no triénio é de 19,7%. Este comportamento decorre do forte crescimento do investimento previsto para o triénio o que se traduz num crescimento do *Ativo intangível* médio no triénio de 41,6 milhões de euros (24,2%). Para 2026, a empresa prevê um crescimento desta rubrica em 21,2 milhões de euros (12,3%). A rubrica *Ativos por impostos diferidos* para 2026 apresenta um acréscimo de cerca de 2,0 milhões de euros (34,9%), continuando a crescer ao longo do triénio com especial destaque para 2027 em que a variação prevista face ao período homólogo é de 60,8% (4,8 milhões de euros).
- 3.9. O *Ativo corrente* apresenta uma previsão de crescimento em 2026 de 1,8 milhões de euros (17,8%), continua a crescer ao longo do triénio com especial destaque para o ano de 2027. Esta variação é, especialmente, explicada pela variação de *Outras contas a receber* cujo crescimento previsto para 2026 é de 1,4 milhões de euros (86,1%) e para 2027 de 16 milhões de euros (517%).

Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Ativo)	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
ATIVO	188 703	192 902	217 328	286 300	348 657	24 426	+13%
Ativo não corrente	175 421	182 720	205 333	253 694	313 216	22 612	+12%
Ativos sob direito de uso	329	2 249	2 118	1 574	795	-131	-6%
Ativos intangíveis	166 872	172 288	193 477	238 162	297 165	21 189	+12%
Outros ativos financeiros	24	24	24	0	0	0	0%
Ativos por impostos diferidos	5 506	5 854	7 897	12 695	14 436	2 043	+35%
Clientes, contribuintes e utentes	165	94	24	0	0	-71	-75%
Desvio de recuperação de gastos (deficitário)	2 525	2 209	1 793	1 263	820	-417	-19%
Ativo corrente	13 282	10 182	11 995	32 606	35 442	1 813	+18%
Inventários	128	114	118	56	54	4	+4%
Adiantamentos a fornecedores	7 161	7 231	7 834	9 493	9 537	603	+8%
Estado e outros entes públicos	377	317	89	3 507	3 732	-228	-72%
Outras contas a receber	4 541	1 665	3 100	19 138	21 706	1 434	+86%
Caixa e depósitos bancários	1 076	855	855	412	413	0	+0%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

- 3.10. O *Capital próprio* aumenta 1,6 milhões de euros (10,4%) em 2026, explicado em 0,9 milhões pela variação do *Capital subscrito* e 0,7 milhões de euros dos *Resultados transitados*. A empresa pretende seguir uma política de retenção de resultados, optando por transitar o *Resultado líquido* obtido em cada um dos exercícios. Quanto às *Reservas*, observa-se que a empresa está a proceder ao seu reforço a uma taxa de 5% sobre o *Resultado Líquido* de cada um dos exercícios. Salienta-se que os aumentos de capital previstos para 2026, 2027 e 2028 estão previstos na revisão do EVEF e, como tal, ainda aguardam autorização para serem realizados.
- 3.11. Em matéria de responsabilidades, a AgdA prevê um crescimento do seu *Passivo* em 22,8 milhões de euros (12,9%), o que se traduz num agravamento real do *Passivo*.
- 3.12. O *Passivo não corrente* previsto para 2026 agrava-se em 21,2 milhões de euros explicado pelo crescimento dos *Financiamentos obtidos* em 6,2 milhões de euros (10,6%) e das *Amortizações ao investimento contratual* não realizado em 7,2 milhões de euros (107,9%). Refira-se que ambas as contas continuam a crescer ao longo do triénio em virtude das exigências do investimento previsto para o triénio.
- 3.13. O *Passivo corrente* previsto para 2026 reflete uma previsão de crescimento de 1,5 milhões de euros explicado em cerca de um milhão pelos *Financiamentos obtidos*, *Fornecedores* em 0,5 milhões de euros e *Passivos da locação* em 0,2 milhões de euros. Refira-se que no final do triénio, a empresa prevê que o *Passivo corrente* seja inferior ao estimado para 2025 em 5,6 milhões de euros (-39,4%), explicado, em grande parte, pela redução do valor de *Fornecedores* (3,2 milhões de euros | 52,3%).

Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Capital próprio + Passivo)	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital próprio	15 178	15 894	17 541	21 453	26 585	1 647	+10%
Capital subscrito	11 333	11 333	12 262	15 170	19 043	929,2	+8%
Reservas	3 079	3 441	3 476	3 512	3 563	36	+1%
Resultados transitados	0	405	1 085	1 767	2 721	680	+168%
Resultado líquido do período	767	716	718	1 004	1 259	2	+0%
Passivo	173 525	177 008	199 787	264 847	322 073	22 779	+13%
Passivo não corrente	161 592	162 317	183 552	255 358	313 176	21 234	+13%
Provisões	481	715	1 042	1 042	1 042	328	+46%
Financiamentos obtidos	63 241	58 664	64 870	84 691	101 425	6 206	+11%
Passivos da locação	146	1 576	1 438	741	44	-138	-9%
Fornecedores	0	0	4 667	3 111	1 556	4 667	-
Passivos por impostos diferidos	4 399	4 959	6 998	7 834	8 388	2 040	+41%
Amortizações de investimento futuro	5 990	6 714	13 957	29 064	29 921	7 242	+108%
Subsídios ao investimento	87 335	89 689	90 579	128 875	170 800	889	+1%
Passivo corrente	11 933	14 690	16 235	9 488	8 896	1 545	+11%
Fornecedores	4 214	6 088	6 631	2 921	2 906	544	+9%
Estado e outros entes públicos	1 615	204	246	229	235	42	+21%
Financiamentos obtidos	1 536	2 081	3 035	2 808	2 509	954	+46%
Passivos da locação	122	525	697	697	697	172	+33%
Outras contas a pagar	4 295	5 792	5 495	774	795	-297	-5%
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	152	0	130	2 060	1 755	130	-

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

- 3.14. No que respeita aos rácios de *Liquidez*, *Endividamento* e *Autonomia financeira*, uma vez que a análise destes rácios poderia conduzir a conclusões pouco robustas, atendendo a

que os valores subjacentes correspondem aos constantes das demonstrações financeiras prospetivas da empresa, não refletindo os ajustamentos considerados no âmbito da presente análise, opta-se por não proceder à análise da respetiva evolução.

3E. Fluxos de Caixa

3.15. Tal como referido no ponto 3A. do presente relatório, a AgdA apresentou uma proposta de PAO 2026-2028 assente em pressupostos constantes na proposta de revisão do EVEF que ainda não se encontra aprovada. Como tal, as demonstrações financeiras, onde se inclui a Demonstração de Fluxos de Caixa, enfermam deste princípio que no entender da ETF não deveria ter estado na base da preparação da proposta de PAO 2026-2028. Assim, a análise abaixo apresentada visa a análise de uma tendência e não de uma previsão adequada à realidade atual da empresa.

A evolução dos fluxos de caixa entre 2024 e 2028 é apresentada na tabela seguinte, sendo de salientar que:

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	5 679	6 731	9 082	12 122	16 721	2 350	+35%
Caixa gerada pelas operações	4 372	6 714	8 496	11 522	16 106	1 782	+27%
Recebimentos de clientes	24 927	30 836	33 154	37 693	38 660	2 318	+8%
(-) Pagamentos a fornecedores	15 282	18 882	16 506	17 665	13 832	-2 376	-13%
(-) Pagamentos ao pessoal	5 273	5 240	8 152	8 506	8 723	2 912	+56%
Caixa adicional gerada pelas operações	1 306	17	585	600	615	569	+3397%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	221	-3 160	-14 975	-14 489	-20 123	-11 815	-374%
(-) Pagamentos respeitantes a investimento	5 106	8 231	23 907	48 295	67 078	15 676	+190%
(-) Ativos intangíveis	5 106	8 231	23 907	48 295	67 078	15 676	+190%
Recebimentos provenientes de investimento	5 327	5 072	8 933	33 807	46 955	3 861	+76%
Subsídios ao investimento	5 327	5 072	8 933	33 807	46 955	3 861	+76%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-5 586	-3 792	5 893	5 292	6 401	9 685	+255%
Recebimentos provenientes de financiamento	2 000	5 239	9 882	10 456	12 487	4 643	+89%
Financiamentos obtidos	2 000	5 210	8 905	7 547	8 614	3 695	+71%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	929	2 908	3 873	929	-
Outras operações de financiamento	0	29	48	0	0	19	+63%
(-) Pagamentos respeitantes a financiamento	7 586	9 031	3 989	5 164	6 086	-5 042	-56%
(-) Financiamentos obtidos	4 705	7 040	1 745	2 390	2 808	-5 295	-75%
(-) Juros e gastos similares	2 625	1 867	2 244	2 774	3 278	377	+20%
(-) Outras operações de financiamento	256	124	0	0	0	-124	-100%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	314	-221	0	2 925	2 998	221	+100%
Caixa e seus equivalentes no início do período	762	1 076	855	855	3 780	-221	-21%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 076	855	855	3 780	6 779	0	0%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

3.16. a atividade operacional da AgdA gera saldos positivos em todos os anos do triénio, antecipando-se um aumento de 2,4 milhões de euros em 2026.

3.17. os Fluxos de caixa das atividades de investimento apresentam um saldo negativo em todos os anos do triénio. Em 2026 regista-se uma diminuição de 11,8 milhões de euros (374%) que decorre, essencialmente, do aumento previsto no plano de investimentos para o triénio do PAO, com o conseqüente pagamento a fornecedores de investimento. Em contrapartida, a empresa prevê um aumento expressivo de recebimentos de

Subsídios ao investimento no triénio, partindo-se do pressuposto que o investimento venha a ser participado em pelo menos 70%.

3.18. Relativamente aos *Fluxos de caixa das atividades de financiamento*, os recebimentos incluem as entradas dos novos financiamentos incorridos, via suprimentos da AdP SGPS. Relativamente aos pagamentos, destaca-se os pagamentos de empréstimos obtidos respeitam aos reembolsos dos financiamentos BEI detidos pela AgdA, de acordo com o seu plano de amortização.

É ainda de referir que para o ano 2026 e seguintes, estão previstos aumentos do Capital Social em 0,929 milhões de euros, 2,908 milhões de euros e 3,873 milhões de euros, de acordo com o previsto na revisão do EVEF, e que contribuirão para mitigar a necessidade de aumento do financiamento remunerado.

3.19. a *Caixa e seus equivalentes no fim do período* irá manter-se inalterada em 2026.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. A evolução do número de trabalhadores é apresentada na tabela infra, prevendo-se um aumento de 28 trabalhadores em 2026 face à estimativa para 2025, que corresponde à saída de um trabalhador por reforma, a sua substituição e a contratação de 28 novos trabalhadores

Pessoal	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	9	9	9	9	9	0	0%
N.º de cargos de direção	7	8	10	10	10	2	+25%
N.º dos restantes trabalhadores	195	201	227	228	229	26	+13%
N.º total de trabalhadores	211	218	246	247	248	28	+13%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

4.2. A empresa aponta quatro grandes motivos para o aumento do quadro de pessoal:

- Consolidação da internalização da atividade de saneamento, até ao momento parcialmente subcontratada;
- A incorporação de novas infraestruturas sob gestão;
- Reforço da qualidade do serviço prestado, em especial da manutenção, em função de necessidades observadas no terreno; e
- cumprimento de requisitos legais.

As contratações propostas são apresentadas no quadro abaixo, indicando a unidade organizacional, a função, a carreira, o motivo e o enquadramento salarial.

Unidade: milhares de euros

Categoria	Função	Área/Dpto	Data de admissão	Fundamentação necessidade	2026	2027	2028
Técnico superior B	Coordenador de Departamento	Apoio Jurídico/Secretário da Sociedade	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	43,376	58,917	58,917
Técnico superior B	Coordenador de Departamento	Sistemas de Informação e Digitalização	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	27,835	58,917	58,917
Técnico superior B	Técnico Superior de SE	Sustentabilidade Empresarial	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	15,04	31,793	31,793
Técnico superior B	Técnico Superior de GO	Gestão de Origens	01/04/2026	Cumprimento de requisitos legais	23,417	31,793	31,793
Técnico superior B	Técnico Superior de GO	Gestão de Origens	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8,377	31,793	31,793
Técnico superior B	Responsável de Área	Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	31,77	43,146	43,146
Técnico superior B	Coordenador de Departamento	Gestão de Recursos Humanos	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23,417	31,793	31,793
Técnico superior B	Técnico Superior de Engenharia	Engenharia	01/07/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	17,194	36,359	36,359
Técnico superior B	Técnico Superior de Engenharia	Engenharia	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8,377	31,793	31,793
Técnico superior B	Técnico Superior de Engenharia	Gestão de Ativos e Inovação Energética	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23,417	31,793	31,793
Técnico superior B	Coordenador de Departamento	MAN Operacional	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	43,376	58,917	58,917
Técnico superior B	Responsável de Área	MAN Área de Gestão Sul	01/04/2026	Internalização da atividade	37,455	50,725	50,725
Técnico superior B	Responsável de Área	MAN Área de Gestão Centro	01/04/2026	Internalização da atividade	37,455	50,725	50,725
Técnico superior B	Técnico Superior de IA	Instrumentação e Automação	01/10/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	8,377	31,793	31,793
Técnico superior B	Técnico Superior de Eletromecânica	Eletromecânica	01/04/2026	Reforço da qualidade do serviço prestado	23,417	31,793	31,793
Técnico superior B	Responsável de Área	SAR Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	33,788	45,836	45,836
Técnico Superior B	Responsável de Área	SAR Sul	01/03/2026	Internalização da atividade	37,804	45,836	45,836
Técnico Superior B	Técnico Superior de Controlo de Gestão	Planeamento e Controlo de Gestão	01/11/2026	Cumprimento de requisitos legais	6,609	37,612	37,612
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Sul	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Este	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Este	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Noroeste	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico B	Técnico de Manutenção	MAN Área de Gestão Centro	01/04/2026	Internalização da atividade	23,055	31,18	31,18
Técnico Operativo B	Técnico Operativo	Área de Gestão de Bica Fria / Minutos	01/04/2026	Integração de novas infraestrutura	19,86	26,871	26,871
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Noroeste	01/09/2026	Internalização da atividade	13,634	38,93	38,93
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Centro	01/08/2026	Internalização da atividade	17,042	38,93	38,93
Técnico C	Técnico de Operação	SAR Este	01/01/2026	Internalização da atividade	38,93	38,93	38,93
Total					678,297	1 072,075	1 072,075

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

Para além destes motivos, a empresa salienta que, a partir do estudo enviado pelo Grupo AdP à ETF relativo às Orientações sobre Recursos humanos para as diferentes empresas que compõe o Grupo, é possível verificar que, após agrupamento das empresas por clusters em função da sua atividade, a AgdA é a empresa que apresenta um maior desvio face ao vetor de correlação, tendo o número de RH abaixo da média e uma das empresas em que um trabalhador terá de dar uma maior cobertura territorial e acompanhar um maior número de infraestruturas.

Estes fatores decorrem, no entanto, de a AgdA ainda manter parte da sua atividade subcontratada e de atuar numa região com infraestruturas muito dispersas e com muito baixa densidade populacional.

- 4.3. Salienta-se, contudo, que independentemente da fundamentação individual apresentada pela empresa para cada uma das contratações, uma vez que as mesmas têm como suporte a revisão do EVEF que não se encontra aprovada, considera-se que as mesmas não deverão ser autorizadas.
- 4.4. Para 2027 e 2028, a empresa pretende contratar um trabalhador em cada um dos anos. Considera-se, no entanto, extemporâneo autorizar desde já estas contratações, pelo que, a AgdA deverá fundamentar os mesmos conforme a legislação em vigor e demonstrar a sua imprescindibilidade, sendo o caso, apreciados nas propostas de PAO2027-29 e PAO2028-30.
- 4.5. Por fim, a empresa solicita autorização para:
- i. Assegurar a competência ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para:
 - a) a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade; e
 - b) o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de

- trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos;
- ii. Para a reclassificação de sete trabalhadores, com um aumento esperado de encargos com pessoal de 14 mil euros, incluindo já o impacto dos respetivos encargos sociais;
 - iii. Para a promoção de dois trabalhadores, com um aumento estimado de gastos com pessoal de 21 mil euros, incluindo já o impacto dos respetivos encargos sociais;
 - iv. Para a atribuição de subsídios de Isenção de Horário de Trabalho (“IHT”) a dois trabalhadores, com um aumento esperado de encargos com pessoal de 10,3 mil euros, incluindo já o impacto dos respetivos encargos sociais;
 - v. Para a atribuição de subsídios de responsabilidade a três trabalhadores, com um aumento esperado de encargos com pessoal de 18,4 mil euros, incluindo já o impacto dos respetivos encargos sociais; e
 - vi. Para a Nomeação de Comissões de Serviço a sete trabalhadores, com um aumento esperado de encargos com pessoal de 44,9 mil euros, incluindo já o impacto dos respetivos encargos sociais.
- 4.6. Relativamente a i., entende-se fundamentado e enquadrado no que dispõem as IEPAO2026 relativamente à autonomia de gestão do Conselho de Administração da empresa, nomeadamente no ponto 9, alíneas a e b.

Relativamente às alíneas ii. a vi., considera-se que as mesmas se enquadram na autonomia de gestão desde que cumpridos os termos definidos do DLEO que incluem, nomeadamente, os limites orçamentais que no caso dos Gastos com Pessoal encontram-se, igualmente, sujeitos ao decidido no Despacho n.º 1173-A/2026, de 2 de fevereiro referente a valorizações salariais no SEE, em matéria de variação da Massa Salarial para o ano de 2026.

Gastos com o pessoal

- 4.7. No que respeita aos *Gastos com pessoal*, a AgdA prevê que estes aumentem em 1,4 milhões de euros (21,6%) face a 2025.

Unidade: milhares de euros

Gastos com pessoal	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos com órgãos sociais	355	387	401	444	454	15	+4%
Gastos com cargos de direção	472	515	553	609	626	38	+7%
Remunerações do pessoal	4 331	5 749	7 112	6 773	6 950	1 363	+24%
Ajudas de custo	1	1	1	1	1	0	-2%
Restantes encargos	332	54	85	679	693	31	+58%
Gastos totais com pessoal	5 491	6 706	8 152	8 506	8 723	1 446	+22%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

- 4.8. A variação prevista para os *Gastos com pessoal* para 2026 é explicada pelo movimento apresentado no quadro abaixo:

Unidade: milhares de euros

Gastos com pessoal estimados para 2025		6 706
i)	Variação de gastos com órgãos sociais	15
ii)	Gastos adicionais com as contratações de 2025	61
iii)	Gastos com as novas contratações	678
iv)	Valorizações remuneratórias obrigatórias (ACT)	46
	Progressões	32
	Reclassificações - Cláusula 21ª do ACT	14
v)	Orientações expressas do acionista Estado (Acordo Tripartido 2025-2028*)	322
vi)	Promoções	21
vii)	Novos IHT	10
viii)	Novas Comissões de serviço	45
ix)	Atribuição subsídios de responsabilidade	18
x)	Absentismo	192
xi)	Outros	38
Gastos com pessoal previstos para 2026		8 152

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

- 4.9. Entende-se que o acréscimo de gastos com as alíneas ii) e x) encontram-se adequadamente justificados e como tal em condições de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, querendo, autorizar o acréscimo de *Gastos com pessoal*.
- 4.10. No que diz respeito à parcela do aumento que contempla os gastos associados às orientações do acionista, nomeadamente os relacionados com a concretização do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial, tendo em atenção o referido no n.º 2 do Despacho n.º 1173-A/2026⁶ sobre as Orientações sobre a política salarial a adotar no setor empresarial do Estado em 2026, o aumento da Massa Salarial global em 2026 será, no máximo, de 4,6% face a 2025.
- 4.11. Assim, considera-se que, independentemente de a empresa possuir autonomia de gestão para proceder a promoções ou à atribuição de subsídios de IHT, de responsabilidade e de Comissão de Gestão, o aumento da massa salarial decidido através de Despacho relativamente a valorizações salariais no SEE, deve incluir, para além dos automatismos decorrentes do ACT, a totalidade dos acréscimos que não decorram do efeito volume.

Entendimento ETF/EASSPE		Unidade: milhares de euros
Gastos com pessoal estimados para 2025		6 706
(+)	Anualização contratações autorizadas PAO2025	103
(+)	Absentismo	192
Gastos com pessoal estimados para 2026 ajustados		7 001
@4,6%		322,0
Valorização salarial ajustada		322,0

- 4.12. Neste sentido, sugere-se que os *Gastos com pessoal* em sede de PAO2026-28 fiquem limitados a 7,281 milhões de euros face a 2025.

⁶ “O aumento da massa salarial global (...) tem em conta todos os efeitos e componentes remuneratórias, incluindo, designadamente, as atualizações salariais, progressões e promoções”.

Unidade: milhares de euros

Gastos com pessoal estimados para 2025	6 706
Gastos adicionais com as contratações de 2025	61
Valorizações remuneratórias obrigatórias	322
Absentismo	192
Gastos com pessoal previstos para 2026	7 281

5. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

5.1. O conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria aumenta 1,5 mil euros (18%) de 2025 para 2026. Trata-se de um valor muito residual que representa apenas 0,1% do total de FSE em 2026.

5.2. Relativamente à frota automóvel a empresa prevê que no final de 2025 o seu parque automóvel totalize 84 viaturas com as seguintes tipologias: 26 ligeiros comerciais (Pick-up), 40 ligeiros comerciais – Furgão e 18 ligeiros de passageiros.

Para 2026 a empresa solicita autorização para a contratação de 22 viaturas destinadas à frota operacional, das quais 11 a combustão e 11 elétricas. Deste total, 13 viaturas destinam-se ao reforço da capacidade operacional, com vista a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da internalização da atividade de saneamento, enquanto nove serão afetas a funções de suporte e apoio transversal à empresa. A empresa refere que este acréscimo de frota acompanha o aumento proposto do número de recursos humanos.

Na proposta a empresa solicita ainda a substituição de duas viaturas operacionais a combustão por duas viaturas da mesma tipologia.

5.3. Refira-se que, há cerca de um ano a então UTAM, atual EASSPE/ETF, iniciou um trabalho mais próximo do Grupo AdP, através da holding, com vista a dispor de elementos e conhecimento que permita análises mais sustentadas por parte da EAS SPE/ETF. No que à frota respeita, a ETF, como mecanismo de preparação do exercício de planeamento para o período 2026-2028, solicitou à AdP, SGPS o envio de informação respeitante ao designado Plano Frota Verde atualizado, onde a empresa também incluiu informação sobre autorizações necessárias e já obtidas para o ano de 2025. No que à AgdA respeita, o documento de renovação da frota transversal ao grupo:

- i. para o ano de 2025, identifica um número de viaturas coincidente com o estimado pela AgdA na proposta de PAO 2026-28;
- ii. para o ano de 2026 identifica a necessidade de contratação de 22 viaturas. Não obstante a coerência deste documento enquadrador com a proposta de PAO, considera-se que, tendo em conta que a recomendação relativa ao aumento do quadro de pessoal é de não autorização, e atendendo a que a fundamentação apresentada pela empresa não explicita de forma suficiente a imprescindibilidade das mesmas, nem indica o valor global anual dos gastos associados, entende-se que o

- aumento da frota não deverá ser autorizado, podendo o mesmo vir a ser analisado em pedido autónomo, após eventuais esclarecimentos; e
- iii. a renovação de duas viaturas não consta do documento enquadrador de renovação da frota transversal ao grupo, pelo que se entende que as mesmas não deverão ser autorizadas pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Refira-se ainda que, para 2027 a empresa prevê a necessidade de substituir mais 10 viaturas operacionais em regime de AOV. Considera-se, no entanto, extemporâneo autorizar desde já estas substituições, pelo que, a AgdA deverá fundamentar as mesmas, conforme a legislação em vigor e demonstrar a sua necessidade e imprescindibilidade, sendo o caso, apreciadas na proposta de PAO2027-29.

Unidade: milhares de euros

Estudos, pareceres, projetos e consultoria Frota automóvel	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	75,9	8,5	10,0	0,0	0,0	1,5	+18%
Gastos associados à frota automóvel	803,0	1 204,2	1 307,2	868,2	832,5	103,0	+9%
N.º de veículos operacionais	84	84	106	106	106	22	+26%
N.º de veículos não operacionais	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

6. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

3.20. Tal como referido no ponto 3A. do presente relatório, a AgdA apresentou uma proposta de PAO 2026-2028 assente em pressupostos constantes na proposta de revisão do EVEF que ainda não se encontra aprovada. Como tal, as demonstrações financeiras enfermam deste princípio que no entender da ETF não deveria ter estado na base da preparação da proposta de PAO 2026-2028. Assim, a análise da eficiência operacional foi realizada tendo em consideração os ajustamentos ao nível do Volume de negócios e Gastos Operacionais identificados pela empresa por forma a adequar ao EVEF em vigor, em resultado das interações havidas entre a ETF e a AgdA.

6.1. Tal como dispõem as IEPAO2026, deve ser garantido em 2026 uma eficiência operacional, medida pelo rácio dos *Gastos operacionais* sobre o *Volume de negócios*, igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados. Através da aplicação direta do rácio, com os valores do *Volume de negócios* e dos *Gastos operacionais* apresentados no ponto prévio, a AgdA prevê, para 2026, a sua deterioração em 6,1 p.p.

6.2. Mais recentemente, em 2026-03-13, através de mensagem de correio eletrónico, a empresa referiu que, tendo em conta a revisão em baixa do *Volume de negócios*, deverá ser efetuado um ajustamento nos *FSE* no montante de 669,204 mil euros.

6.3. Assim, limitando os *Gastos com pessoal* a 7,281 milhões de euros conforme descrito no ponto 4.12 e descontando o efeito das valorizações remuneratórias, uma vez que o mesmo afeta a comparabilidade do rácio entre o ano 2025 e 2026, nestas circunstâncias,

o rácio dos Gastos operacionais sobre o Volume de negócios melhora, diminuindo 0,7 p.p. em 2026.

Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2024	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	1 429	1 545	1 691	1 381	1 375	146	+9%
Fornecimentos e serviços externos	11 233	12 107	11 945	12 398	12 261	-161	-1%
Gastos com pessoal	5 491	6 706	8 152	8 506	8 723	1 446	+22%
Gastos operacionais	18 153	20 358	21 788	22 285	22 358	1 431	+7%
Limitação dos Gastos com pessoal			7 281				
(-) Impactos decorrentes de obrigações legais			322				
Valorizações remuneratórias			322				
Gastos operacionais ajustados (GOa)	18 153	20 358	20 595	22 285	22 358	237	+1%
Vendas e prestações de serviços	23 896	26 829	27 393	27 940	28 499	563	+2%
Vendas e prestações de serviços (VN)	23 896	26 829	27 393	27 940	28 499	563	+2%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	76,0%	75,9%	75,2%	79,8%	78,5%	-0,7 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

7. FINANCIAMENTO, ENDIVIDAMENTO E PAGAMENTOS EM ATRASO

Para 2026, a empresa estima um crescimento do endividamento de 5,2%, estando previsto um aumento do financiamento remunerado em 7,2 milhões de euros (12%), um aumento de capital subscrito de 929,2 mil euros (8%) e um conjunto de novos investimentos com expressão material que totalizam 4,3 milhões de euros.

Unidade: milhares de euros

Novos invest. com expressão material					
Investimento	2026	2027	2028	Custo total	Custo triénio
ETA de S. Teotónio (Odemira)	2 500	6 000	5 100	13 600	13 600
Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	-	2 835	17 150	35 000	19 985
Adução a Boavista Pinheiros e Zambujeira do Mar e Reabilitação de adutoras em Odemira e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão	326	3 494	1 090	4 910	4 910
Reabilitação SAA Montemor-o-Novo e Adução ao Escoural	534	5 537	748	6 867	6 818
Reabilitação da ETAR de Moura	600	2 895	1 355	5 000	4 850
Grupo N 2 - Garvão, SAR Aljustrel, Torrão, Aldeia de Palheiros	367	2 671	1 850	4 888	4 888
Total	4 327	23 431	27 292	70 265	55 051

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

A empresa irá assim ultrapassar o limite de crescimento anual do endividamento (2%). No entanto, ao abrigo do ponto 5 do Apêndice das IEPAO 2026-2028, o limite de endividamento das empresas do Grupo AdP será aferido como um todo, competindo à AdP SGPS, S.A. assegurar o efetivo cumprimento do limite.

Para 2027 e 2028 estão previstos aumentos de capital, previstos na revisão do EVEF em vigor, de 2,9 milhões de euros e 3,9 milhões de euros, respetivamente, para fazer face ao plano de investimentos proposto. Ainda assim, a empresa prevê um crescimento do endividamento de 28,1% para 2027 e de 19,8% para 2028.

A empresa não tem valores de pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento estimado é de 32 dias.

	Execução 2024	Estimativa 2025	Previsão 2026	Previsão 2027	Previsão 2028
PMP médio (dias)	32	32	32	32	32
Δ PMP anual		0%	0%	0%	0%
Pagamentos em atraso	0	0	0	0	0

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

8. PLANO DE INVESTIMENTOS

O plano de investimentos para 2026-2028 apresentado ascende a 139,4 milhões de euros, dos quais 17,3 milhões de euros a realizar em 2026 (12,4%), 53 milhões de euros em 2027 (38%) e 69,1 milhões de euros em 2028 (49,5%). Visa, segundo a empresa, assegurar a fiabilidade e a continuidade do sistema multimunicipal de abastecimento de água através da construção de novas infraestruturas e a reabilitação de existentes e na componente de tratamento de águas residuais responder a necessidades de renovação e reabilitação de infraestruturas existentes.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2024	2025	2026	2027	2028	TOTAL 2026-2028	Após 2028
Abastecimento de Água	2 153	2 662	13 929	35 134	47 116	96 179	42 808
Empreitada	1 794	888	12 282	30 955	42 451	85 688	37 874
Estudos	59	1 153	72	310	33	415	18
Fiscalização	169	147	477	1 393	1 910	3 780	1 704
Terrenos	62	325	860	2 167	2 297	5 324	2 610
Assessorias/outros	69	149	239	310	425	973	602
Saneamento de Águas Residuais	2 870	4 328	3 390	17 890	21 963	43 243	16 725
Empreitada	2 553	3 308	2 826	16 213	19 836	38 876	14 372
Estudos	73	863	287	0	45	332	57
Fiscalização	205	117	112	704	893	1 709	647
Terrenos	0	16	136	811	992	1 939	1 375
Assessorias/outros	39	24	27	162	198	388	274
TOTAL	5 023	6 990	17 319	53 024	69 079	139 422	59 533
Novos invest. com expressão material			4 327	0	0		

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

Estes montantes representam um esforço de investimento muito significativo, traduzindo-se num crescimento acelerado do ativo da empresa ao longo do período, superior ao crescimento do *Volume de negócios* e à capacidade de geração operacional de caixa evidenciada pela AgdA, sendo por isso necessário recorrer a *Apoios de tesouraria* da AdP SGPS, para fazer face a estas necessidades decorrentes do seu plano de investimento.

O plano de investimentos apresentado encontra-se enquadrado num contexto em que o EVEF se encontra em processo de revisão, não dispondo, à data, de aprovação final por parte do Regulador (ERSAR) nem da Tutela setorial.

Unidade: milhares de euros

Investimentos iniciados em 2026	Previsto no EVEF aprovado	
	Sim	Não
Abastecimento de Água	4 928,6 35%	9 000,4 65%
Saneamento de Águas Residuais	720,0 21%	2 669,6 79%

Fonte: Proposta de PAO para 2026-28

Verifica-se que o plano de investimentos apresentado não é compatível com o EVEF atualmente aprovado, assentando, na prática, num EVEF revisto que ainda não foi validado pelas entidades competentes.

A empresa salienta ainda que uma parte do investimento em curso e planeado para 2026 corresponde a empreitadas já contratualizadas e com financiamento garantido em operações do *REACT- EU* e *ALENTEJO 2030*, prevendo-se ainda que as restantes venham a ser financiadas entre 70% a 85% por fundos comunitários, conforme pressuposto subjacente aos contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos. No entanto, a partir dos dados apresentados, verifica-se que apenas quatro projetos (todos eles previstos no EVEF aprovado) têm candidatura aprovada:

- i. Reforço da Fiabilidade de Adução a Beja, com um valor global previsto de 3,348 milhões de euros (1,844 milhões de euros em 2026), cujo financiamento será assegurado em 76% pelo *ALENTEJO 2030*;
- ii. ETAR e sistema intercetor de Cuba, com um valor global previsto de 3,011 milhões de euros (94 mil euros em 2026), cujo financiamento será assegurado em 69% pelo *REACT-EU*;
- iii. ETAR de Ciborro (Montemor-o-Novo), com um valor global de 1,939 milhões de euros (131 mil euros em 2026), cujo financiamento será assegurado em 84% pelo *ALENTEJO 20230*; e
- iv. ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém), com um valor global de 3,1 milhões de euros (105 mil euros em 2026), cujo financiamento será assegurado em 83% pelo *ALENTEJO 2030*.

A empresa apresenta ainda seis investimentos (vide quadro do ponto 7) que se inserem nos critérios abrangidos para serem considerados “novos investimentos com expressão material”.

Estes investimentos, com exceção da *Captação e conduta de Santa Clara para Odemira* têm início previsto para 2026 e um custo total no triénio de 55,1 milhões de euros, ou seja, representam cerca de 40% do total de investimentos previsto para o período 2026-2028.

A empresa estima alcançar financiamentos comunitários para estes investimentos no valor de 3 milhões de euros em 2026 e 26,5 milhões de euros no total do triénio. Contudo, por não constarem do EVEF aprovado, ainda nenhum tem financiamento comunitário assegurado.

Assim, dada a expressão material destes investimentos e o seu impacto no endividamento entende-se que os mesmos deverão ser objeto de apreciação em pedido autónomo, após maior detalhe por parte da empresa.

Relativamente ao financiamento do plano de investimentos, a empresa estima que o investimento previsto para o triénio 2026 a 2028 seja financiado maioritariamente pela obtenção de fundos comunitários que se esperam vir a candidatar no âmbito do quadro comunitário em curso, pela gestão centralizada da tesouraria do Grupo AdP, dos empréstimos da banca comercial e consequente otimização às necessidades das suas empresas e pelo aumento do Capital Social previsto na revisão do EVEF da Parceria no período em referência. Salienta-se, mais uma vez, que a revisão do EVEF não se encontra aprovada o que leva a ETF

a recomendar limitações ao Plano de Investimento e às fontes de financiamento nomeadamente no que respeita ao aumento de Capital.

9. CONCLUSÃO

A proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026-2028*” da AgdA requer a concordância de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças com as autorizações abaixo elencadas:

- i. o aumento dos *Gastos operacionais* até ao limite de 20,917 milhões de euros;
- ii. o aumento dos *Gastos com pessoal*, até ao limite máximo desta rubrica, em 2026, de 7,281 milhões de euros. Note-se que a verba associada à anualização de encargos com contratações já autorizadas não poderá ter utilização distinta; e
- iii. o aumento de gastos com a contratação de estudos, pareceres e consultoria até ao limite de 10 mil euros.

Nestas condições, considera-se que a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028*” da Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A., incluindo o Plano de Investimentos, com exceção dos investimentos que a empresa enquadra na Concessão, mas que não se encontram aprovados no âmbito do EVEF em vigor, reunirá as condições para, concordando e querendo, merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A empresa apresenta uma variação do endividamento superior ao estabelecido para o setor empresarial do estado, e como tal aplicado às empresas que o integram. No entanto, no caso de grupos de empresas tal pode ser aferido em grupo. A variação do crescimento do endividamento prevista para 2026 é superior aos 2%, que se entende ser de acolher desde que a AdP, SGPS assegure o cumprimento da variação deste indicador para o Grupo. No caso da AgdA, regista-se que a empresa tem vários investimentos previstos com início em 2027 e em 2028, anos em que o Grupo AdP prevê aumentar significativamente o seu volume de endividamento. Neste enquadramento, recomenda-se que esta realidade seja devidamente considerada na elaboração dos próximos Planos de Atividade e Orçamento.

Sebastião Falcão
Consultor

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do sector de atividade;
2. A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA) submeteu, no Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISEE), o PAO para o período 2026-2028 (PAO 2026), sobre o qual o Órgão de Fiscalização da AgdA emitiu parecer favorável, sujeita à aceitação das fundamentações apresentadas pela empresa para as exceções pretendidas;
3. Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Entidade do Tesouro e das Finanças (ETF) elaborou o Relatório de Análise n.º 48/2026, de 19 de março, no qual conclui que o PAO 2026 da AgdA se encontra em condições de merecer aprovação, com as condicionantes identificadas na respetiva conclusão; e
4. O Relatório de Análise referido no número anterior foi aprovado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias, conforme previstas no referido Despacho.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, aprova-se o PAO 2026-28 da AgdA, circunscrito ao exercício de 2026 e com as condicionantes enunciadas acima.

A Ministra do Ambiente e
Energia,

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças,

Assinado de
forma digital por
Maria da Graça
Carvalho
Dados:
2026.03.30
11:30:36 +01'00'

(Maria da Graça Carvalho)

Assinado de
forma digital
por João Silva
Lopes
Dados:
2026.03.30
14:55:52 +01'00'

(João Silva Lopes)